

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**MÁRCIO ZAMBONI NESKE**

**COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO: A RESSIGNIFICAÇÃO DO LUGAR  
EM “ZONAS MARGINALIZADAS” NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Porto Alegre**

**2014**

**MÁRCIO ZAMBONI NESKE**

**COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO: A RESSIGNIFICAÇÃO DO LUGAR  
EM “ZONAS MARGINALIZADAS” NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

**Série PGDR – Tese n° 76**

**Porto Alegre**

**2014**

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

### CIP - Catalogação na Publicação

Neske, Marcio Zamboni

Colonialidade e desenvolvimento: a ressignificação do lugar em "zonas marginalizadas" no sul do Rio Grande do Sul / Marcio Zamboni Neske. -- 2014. 160 f.

Orientador: Jalcione Pereira de Almeida.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Alto Camaquã. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Estudos Decoloniais. 4. Modernidade. I. Almeida, Jalcione Pereira de , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**MÁRCIO ZAMBONI NESKE**

**COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO: A RESSIGNIFICAÇÃO DO LUGAR  
EM “ZONAS MARGINALIZADAS” NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida – Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Claudia Job Schmitt  
UFRRJ

---

Profa. Dra. Tanice Andreatta  
UFSM

---

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky  
UFRGS

Dedico essa tese à minha mãe Gelsi, a meu avô Ângelo (*in memoriam*) e à minha avó Dina (*in memoriam*), por tudo.

## AGRADECIMENTOS

Depois de uma jornada longa, desafiadora e por vezes angustiante, chega o momento tão importante e envolvente quanto ao finalizar a escrita da tese. Terminei essa tese com a satisfação de uma tarefa concluída, mas, sobretudo, com a certeza que me tornei uma pessoa melhor por todos os acontecimentos e vivências experimentadas nesse período. Finalizar essa caminhada somente foi possível pelas “conexões” ligadas a muitos humanos e “não humanos” que, a sua maneira, participaram da construção dessa tese. Dedico algumas palavras de imensa gratidão.

A Deus, pelas oportunidades da vida e pela proteção de sempre!

À minha mãe Gelsi. Na sua serenidade, sempre foi tão forte em conviver com a distância “geográfica” de tantos anos, e me deu, na dose certa, o que um filho necessita: amor e apoio. Obrigado, mãe, por todos os ensinamentos que me auxiliaram chegar até aqui.

Um agradecimento super especial aos meus irmãos Marcelo, Salete e Adriana, e também ao meu sobrinho Jordan e as pequenas e queridas sobrinhas Elisabeth, Luisa e Isis. Obrigado pelo apoio e estímulo.

Agradeço ao professor Jalcione por ter aceitado essa orientação e por ter oportunizado importantes momentos de aprendizados durante a orientação desse trabalho. Levarei como legado muitos exemplos da sua forma de atuação como pesquisador e orientador.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que oportunizou durante o período de mestrado e doutorado o ensino gratuito e de qualidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), onde tive a oportunidade de alçar voos mais altos. Agradeço a todos os professores e funcionários. Um agradecimento especial aos professores Jalcione Almeida, José Carlos dos Anjos e Sérgio Schneider, que sempre conduziram brilhantemente o exercício docente, e exerceram grande influência na minha formação acadêmica e profissional.

Ao Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS), pelas discussões e aprendizados. Deixo meu agradecimento à Lorena Fleury, Felipe Vargas, Adriana Paredes, Otávio Canto, Camila Prates, Yara Aranda, Patrícia Binkowski, Luis Felipe da Rocha, Cleyton Gerhardt, Ana Meira e Rodrigo Dornelles.

À toda equipe de professores, tutores e funcionários do PLAGEDER. Agradeço a oportunidade de exercício da docência. Em especial, agradeço a Tania Cruz, pela amizade e confiança de sempre.

Agradeço aos professores José Carlos dos Anjos, Guilherme Radomsky e Claudia Schmitt por aceitarem em participar da banca de qualificação do projeto de tese, oferecendo contribuições valiosas para a realização da pesquisa de campo e direcionamento teórico-epistemológico.

À família Lemos. Agradeço ao apoio incondicional ao seu Eli Lemos e dona Dionísia Lemos. Muito obrigado pela acolhida de sempre, pela companhia e conselhos. Esse agradecimento também se estende à Diovana, André, Michele e Rafaela.

Ao amigo Marcos Borba. Foi um grande incentivador para eu fazer pós-graduação no PGDR ainda na época da graduação, e agradeço por todas as oportunidades de intensos diálogos “teóricos” que tivemos e que muito contribuíram para a minha formação acadêmica. Também agradeço à Patrícia Infantini e a pequena Maria pelos diversos acolhimentos e conversas agradáveis.

Ao amigo Claudio Ribeiro que, gentilmente, possibilitou diversas interlocuções e viagens durante a pesquisa.

Ao amigo Humberto Alves. Também agradeço a oportunidade pelas conversas profícuas a respeito de diversos temas envolvendo o desenvolvimento rural na região do Alto Camaquã.

À amiga Andressa Teixeira agradeço por sempre se mostrar colaborativa em diversas “questões da vida”. Estendo esse agradecimento a dona Eloá que continuamente alegrava a casa nas suas passagens por Porto Alegre.

Um agradecimento à Âmbar, a gata da casa, que, nos momentos de fadiga, sempre exerceu um extraordinário *agenciamento* confortador.

Aos “colonos” Marcelo, Neridiana, Jeremias, Ângela e a pequena Sofia (“Sofi”). Agradeço pelos diversos momentos alegres de convívio que mantivemos.

Aos queridos amigos Ádrea e Armando, pelos belos momentos que sempre tivemos a oportunidade de “cultivar” e “adubar” a eterna amizade. Estendo esse agradecimento às “pequenas” Yolanda e Gabriela e a Dona Iolanda.

Aos também queridos amigos João e Josi, pela oportunidade que tivemos de compartilhar nossos cotidianos *nos apartamentos*.

Aos outros tantos queridos amigos(as) Stela, Mateus, Patinsky, Camilo, Lina, Evander, Elvis, Adilson, Marcinha, Otávio, Heitor, Lorena, Felipe, Fabiano, Dani, Fabi Thomé, Tania Cruz, Dani Garcez e seu Magalhães, que sempre oportunizaram encontros alegres, regados a muita amizade.

À colega e amiga Chaiane, pelos ótimos momentos de diálogo sobre nossos trabalhos.

Agradeço aos colegas da turma de doutorado 2010 Daniela, Alessandra, Ana, Chaiane, Tércio, Jairo, Carolina, Ieda, Cleomara, Maria de Lourdes, Nilson e Simone, pelos momentos de aprendizado e trocas de experiências em diferentes momentos, especialmente na disciplina de seminário de projetos.

Ao CNPq, pela concessão de bolsa durante o período de doutorado.

A todas as instituições e organizações do Alto Camaquã (Embrapa, Emater, Universidades, Sindicatos, Associações, Prefeituras), por terem contribuído com a realização da pesquisa de campo.

À Alessandra, minha noiva, que, em todos os momentos, esteve ao meu lado apoiando os meus passos e vibrando alegremente com as minhas conquistas. As minhas conquistas são nossas conquistas. Obrigado por tudo!!

À família da Alessandra, seu Enio, dona Vera e Leandra, agradeço o apoio. Estendo esse agradecimento a todos os seus familiares (tios, tias, primos, primas), pelo incentivo e pelos alegres encontros de final de ano.

Devo um agradecimento especial às famílias dos pecuaristas familiares que sempre gentilmente me receberam em suas casas e permitiram que eu fizesse parte de seus cotidianos. Obrigado pelos aprendizados a cada homem, mulher e criança.



## RESUMO

O termo desenvolvimento, mesmo tendo assumido diferentes significados ao longo dos tempos, sobretudo nas últimas décadas, inexoravelmente alude a uma condição dominante que o associa à ideia de modernidade e progresso. Muitas das definições e referenciais sobre a discussão envolvendo esse tema não estão consolidadas, sendo constantemente questionadas, tendo em vista que o desenvolvimento, tal qual como é tratado por dentro da concepção de modernidade, não têm sido capaz de cumprir com todas suas promessas. A partir do final dos anos de 1990 emerge na América Latina uma nova corrente de pensamento denominada de estudos decoloniais, que surgem como forma de questionar a maneira como a história moderna foi constituída a partir das suas concepções dominantes. Desse modo, os estudos decoloniais são projetos epistemológicos que, no seu conjunto, procuram redescifrar as categorias teóricas euro-ameriocêntricas, denunciando a parcialidade da produção do saber e do conhecimento sobre o que se convencionou chamar de “Terceiro Mundo”. À luz dos estudos decoloniais, esse estudo tem como objetivo analisar a configuração do imaginário do sistema-mundial colonial/moderno, evidenciando como se reproduz a colonialidade e emergem processos decoloniais que reconfiguram histórias locais das chamadas “zonas marginalizadas”, tendo por base empírica a região denominada Alto Camaquã, localizada no sul do Rio Grande do Sul. No processo histórico de colonização do Alto Camaquã, o qual seguiu os rastros do “descobrimento” do Brasil e da América Latina, instaurou-se um padrão de poder vinculado à inferiorização do *outro* que moldou a estrutura da narrativa moderna. Assim, a dominação colonial pressupôs a produção de um conhecimento sobre o colonizado que foi, simultaneamente, a produção de desconhecimento, uma vez que, o caráter violento como o colonialismo se impôs, silenciou o sujeito colonial subalterno (índios, negros, camponeses) no curso da sua história colonial, perpetuando na história “pós-colonial”. Forjou-se, de tal modo, no curso da formação do sistema-mundo moderno/colonial, uma subjetividade de inferioridade não apenas de sujeitos, mas também do lugar, ou seja, o Alto Camaquã como uma região pobre, atrasada, subdesenvolvida e sem competências para sustentar um modelo de desenvolvimento ancorado nos padrões da modernidade. Procurando reescrever narrativas do desenvolvimento desde *baixo*, foi possível identificar no contexto empírico de estudo a existência de outros *locus* de enunciação que operam nas margens da modernidade/colonialidade. Esses *locus* enunciativos demarcam outras posições dos sujeitos subalternos, que são, eles próprios, *locus* enunciativos contra-hegemônicos à verdade imputada pela modernidade. O que se verificou foi a existência de enunciações que envolvem a construção positiva de si mesmo, naquilo que historicamente tem sido negado e colocado a uma condição de inferioridade e fracasso, e que preservam experiências de mundo que tem mudado o curso dos acontecimentos, criando alternativas ao “mundo desenvolvido”.

**Palavras-chave:** Alto Camaquã. Desenvolvimento rural. Estudos decoloniais. Modernidade.

## ABSTRACT

The term development, even having assumed different meanings over time particularly in recent decades, inexorably refers to a dominant condition that associates this term to the idea of modernity and progress. Many of the definitions and references surrounding this issue have not been consolidated; then several issues have been constantly debated. This situation is related to the fact that development, in the way it is treated inside the conception of modernity, has not been able to accomplish all its promises. Since the late 1990s a new school of thought called *decolonial studies* has emerged in Latin America, which appears as a form of questioning the way the modern history was established from its dominant conceptions. In this sense, the postcolonial studies are epistemological projects that, taken together, aim to (re)decipher Euro-American centered theoretical categories, denouncing the partiality of knowledge production on the so-called Third World. In light of the *decolonial studies*, this study aims to analyze the configuration of the imaginary of modern/colonial world-system, demonstrating how the coloniality is reproduced and how *decolonial processes*, which reconfigure local histories of the so called “marginalized zones”, emerge having as empirical basis the region named as Alto Camaquã, in Rio Grande do Sul. In the historical process of colonization of Alto Camaquã, which followed the traces of the discovery of Brazil and Latin America, it has been established a power standard linked to the inferiorization of *the other* which has shaped the modern narrative structure. Thus, the colonial denomination presupposed the production of knowledge about the colonization that was, simultaneously, the production of “no knowledge”, being that the violent character in which the colonialism imposed itself silenced the colonial subaltern subject (Indians, afro-descendants, peasants) in course of its colonial history, perpetuating in the “post-colonial” history. It has been planted, in such a strong way, in course of formation of the modern/colonial world-system, inferiority subjectiveness not only on the subjects but also on the place, that is, Alto Camaquã as being a poor, backward, underdeveloped region without competence to support a development model anchored in modernity standards. Trying to rewrite narratives of development from the *bottom*, it has been possible to identify in the empirical context of study the existence of other loci of enunciation which act in the margins of modernity/coloniality. These enunciative loci demark other positions of subaltern subjects, which are, they themselves, enunciative loci against-hegemonic towards the truth implanted by modernity. The existence of enunciations that involve positive construction of the self was verified, in what historically has been denied and placed on a condition of inferiority and failure, which preserve world experiences that have changed the course of happenings, creating alternatives to the “developed world”.

**Keywords:** Alto Camaquã. Rural development. Decolonial studies. Modernity.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da região do Alto Camaquã.....	18
Figura 2 – Tríade modernidade/colonialidade/decolonialidade. ....	35
Figura 3 – Configuração da gramática decolonial do desenvolvimento. ....	36
Figura 4 – Mapa cristão T/O de Isidoro Sevilha. ....	53
Figura 5 – Primeiro mapa mundial criado por Martin Waldseemüller, em 1507.....	54
Figura 6 – Mapa com localização dos grupos ameríndios no período colonial no atual Rio Grande do Sul, com destaque (em vermelho).....	61
Figura 7 – Vista da região do Rincão dos Francos, Bagé, RS. ....	70
Figura 8 – Casa remanescente do século XIX em ruína. Rincão dos Dutras, Santana da Boa Vista, RS.....	71
Figura 9 – Peão de estância descendente de escravo. Pinheiro Machado, RS. ....	76
Figura 10 – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) dos municípios do Rio Grande do Sul, Brasil (2009).....	82
Figura 11 – Regiões dos Coredes de acordo com os indicadores de disparidades.....	83
Figura 12 – Imagem evidenciando a soja na “terra da pecuária”. ....	92
Figura 13 – Soja em estágio inicial de crescimento no município de Pinheiro Machado.....	92
Figura 14 – Imprensa local destacando reflexos da soja na economia da região .....	94
Figura 15 – Imprensa local destacando a inauguração de uma revenda de máquinas agrícolas em Bagé.....	94
Figura 16 – Ocupação silvícola na região do Alto Camaquã entre 2000 e 2007. ....	96
Figura 17 – Plantio de eucalipto na região do Alto Camaquã. ....	98
Figura 18 – Narrativas em ação cosmopolítica crítica-subalterna e modernidade/colonialidade do desenvolvimento da região do Alto Camaquã.....	103
Figura 19 – Rede sociotécnica que compõe o Projeto Alto Camaquã .....	103
Figura 20 – Dia de trabalho em uma das UEPAs .....	115
Figura 21 – Elementos do processo organizativo da comercialização do cordeiro Alto Camaquã.....	121
Figura 22 – Rede de comercialização do cordeiro Alto Camaquã.....	122

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das entrevistas realizadas na pesquisa de campo - 2012.....	48
Quadro 2 – Relação de Associações Comunitárias de pecuaristas, por município, filiadas à ADAC.....	110
Quadro 3 – Produtos gerados pelos pecuaristas familiares em cada linha produtiva.....	120

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Estrutura fundiária do município de Bagé – 1855.....	68
Tabela 2 – Estrutura fundiária da região do Alto Camaquã. ....	77
Tabela 3 – Estrutura do Valor Agregado Bruto (VAB) dos municípios da região do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul, Brasil - 2010. ....	81
Tabela 4 – Evolução da área (hectares) plantada com soja na região do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul, Brasil, no período de 2000 a 2012.....	91

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAC	Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANT	<i>Actor-Network Theory</i>
APATUR	Associação Pampa Gaúcho de Turismo
AZONASUL	Associação dos Municípios da Zona Sul
CLACSO	Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais
COMUDES	Conselho Municipais de Desenvolvimento
COREDE	Conselho Regional do Desenvolvimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice de Condição de Vida
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDR	Índice de Desenvolvimento Rural
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
LABECO	Laboratório de Estudos em Agroecologia e Recursos Naturais
MCD	Modernidade/colonialidade/decolonialidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Projeto Alto Camaquã
PCN	Processo de Comunidades Negras
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas

PDE	Plano de Desenvolvimento Econômico
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
REAC	Rede de Produtores do Alto Camaquã
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Rural
SEPLAG	Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
UEPAs	Unidades Experimentais Participativas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
VAB	Valor Agregado Bruto

## SUMÁRIO

<b>1 CONTEXTO E PROBLEMÁTICA DE ESTUDO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 SITUANDO O ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO - METODOLÓGICO ..</b>	<b>22</b>
2.1 O “DESLOCAMENTO” DA HISTÓRIA NA MODERNIDADE: ENUNCIÇÃO PÓS-COLONIAL E A INSURGÊNCIA SUBALTERNA.....	22
2.2 A AMÉRICA LATINA COMO <i>LOCUS</i> DE ENUNCIÇÃO: O GIRO DECOLONIAL DO PROGRAMA MODERNIDADE/COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE.....	25
2.3 MUNDOS E CONHECIMENTOS DE OUTROS MODOS: DIFERENÇA COLONIAL E PENSAMENTO FRONTEIRIÇO .....	31
2.4 O QUADRO METODOLÓGICO .....	37
<b>2.4.1 Dos procedimentos de pesquisa .....</b>	<b>40</b>
<b>2.4.2 Encontrando uma porta de entrada na rede.....</b>	<b>42</b>
<b>3 COLONIALIDADE E MATRIZ DO PODER NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>50</b>
3.1 O PONTO DE PARTIDA: “DESCOBRIMENTO” DA AMÉRICA E A FORMAÇÃO DA COLONIALIDADE NO SISTEMA-MUNDO MODERNO/COLONIAL .....	50
3.2 “TERRA DE NINGUÉM”: COLONIALISMO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO RIO-GRANDENSE.....	57
3.3 ORIGEM E CONSTÂNCIA DAS MINORIAS. A CONSOLIDAÇÃO DO LATIFÚNDIO PASTORIL SULINO .....	66
<b>4 COLONIALIDADE EM AÇÃO NA REGIÃO DO ALTO CAMAQUÃ.....</b>	<b>78</b>
4.1 A NORMATIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: OS INDICADORES E A INVENÇÃO DA POBREZA .....	78
4.2 A RETOMADA DA MODERNIZAÇÃO TARDIA DA AGRICULTURA EM ÁREAS DE PECUÁRIA.....	85
4.3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA MEDIADA PELOS “REFLORESTAMENTOS” .....	95
<b>5 A GRAMÁTICA DECOLONIAL E A RESSIGNIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>100</b>
5.1 COSMOPOLITISMO CRÍTICO-SUBALTERNO: O PROJETO ALTO CAMAQUÃ .	100



5.2 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS. O CAMPO NATIVO MOBILIZANDO OS HUMANOS NA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO LOCAL.....	111
5.3 ECONOMIAS DE <i>OUTROS</i> MODOS: O CORDEIRO DO ALTO CAMAQUÃ.....	119
<b>6 CONCLUSÕES.....</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXO A – ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO CAMAQUÃ .....</b>	<b>147</b>

## 1 CONTEXTO E PROBLEMÁTICA DE ESTUDO

Lendo o livro *Venenos de Deus, remédios do diabo* (2008) do romancista moçambicano Mia Couto, no primeiro semestre do doutorado, em 2010, percebi que havia algum tipo de relação entre os acontecimentos da imaginária Vila Cacimba, onde transcorre a narrativa do autor, com algumas questões que tanto me inquietavam em relação ao desenvolvimento na região do Alto Camaquã, local de estudo empírico da tese. A representação ficcional da África de Mia Couto, procura reinventar a linguagem cotidiana colonial e pós-colonial, problematizando a estigmatização da identidade e alteridade africana causada pelo colonialismo que, mesmo com o seu fim, segue se perpetuando. Mia Couto apresenta enredos da vida na Vila Cacimba que podem ser entendidos como um “entre-lugar”, no sentido atribuído por Bhabha (1998), onde se verificam cicatrizes de uma herança colonial que segue agindo sobre o presente pós-colonial africano.

A leitura da obra de Mia Couto, imprevista para um momento em que estava absorvido por tantas outras leituras do doutorado, foi imprescindível naquele momento, pois ainda procurava referências teóricas/epistemológicas para definir uma problemática de pesquisa de tese. Passei a perceber na narrativa de Mia Couto o quão forte as experiências do colonialismo são capazes de atravessar o tempo, e projetarem sobre o presente os vestígios de um passado marcado por vários tipos de violência (física, epistêmica, política), que, em nome de uma razão moderna, deslegitimam culturas, saberes e lugares. Mais tarde, ainda em 2010, quando tive contato com autores da escola dos estudos decoloniais latino-americanos, com a leitura de Mia Couto em mente, ficou mais compreensível entender as continuidades históricas que definem a relação colonialismo/modernidade.

Minhas experiências acadêmicas com a região do Alto Camaquã entre 2001 e 2006, durante o período da graduação em Biologia, perpassando pela pesquisa de mestrado (2007-2009), no seu conjunto, me despertavam inúmeras inquietações com relação ao desenvolvimento rural daquela região. Era possível verificar em representações discursivas diversas (científica, política, imprensa local-regional, etc.) a existência de um regime discursivo de fundo que apresentava certa regularidade, enquadrando essa região como a mais pobre do Rio Grande do Sul. Passei a me perguntar: que condições são responsáveis por legitimar um rigoroso regime de produção e circulação discursivo que evocam essa região com adjetivos que a estigmatizam como pobre/atrasada/subdesenvolvida? Comecei a perceber e entender que os discursos estigmatizantes, são os mesmos discursos que acreditam que as promessas sedutoras da modernidade e do progresso serão, algum dia, cumpridas. Mas, não é

só isso. O fato de alguém assumir essa região como pobre/atrasada/subdesenvolvida, significa a aceitação e a imposição de uma condição de inferioridade perante uma situação desejada, ou vislumbrada como melhor. O que é sintomático desses discursos, é que as mentes e corações que os legitimam possuem algum tipo de vínculo epistêmico que estão enraizados no seio do sistema moderno/colonial.

O núcleo operativo das concepções hegemônicas do desenvolvimento tem sido fortemente centrado em uma teleologia da modernidade e, portanto, ambos (modernidade e desenvolvimento) tem historicamente representado uma tentativa de ordenar o mundo de acordo com certos princípios ocidentais universalizantes. Essa perspectiva da modernidade (e do desenvolvimento) tem sido amplamente questionada e criticada, já que muitas insuficiências sociológicas permanecem incontornadas e insuperadas na explicação do mundo supostamente ordenado e previsível por ela prognosticado.

Desse modo, as inconformidades da modernidade sob o prisma da constituição de uma realidade totalizante têm sido refutadas por abordagens teóricas que têm procurado oferecer outras formas de compreensão da realidade social. É nesse sentido que insurgências epistêmicas têm se ampliado vertiginosamente no campo da teoria social e antropológica como movimento contestatório da “teorização generalizante” euroamericana da modernidade e do desenvolvimento.

O alcance da crítica à modernidade e ao desenvolvimento tem sido estendido intensamente ao campo dos estudos decoloniais latino-americanos, os quais têm como objetivo comum a tentativa de estabelecer epistemologias alternativas para se repensar a modernidade e o desenvolvimento. Trata-se, desse modo, de um processo que está relacionado ao que Mignolo (2010) classifica como desobediência epistêmica, no sentido atribuído ao movimento de pensamento epistêmico de *oposição* que tem visado romper com as formas de controle teóricos/epistêmicos que ao longo do tempo tem nutrido e legitimado as concepções dominantes da modernidade.

Com isso, a refutação das crenças modernistas pela perspectiva dos estudos decoloniais tem consagrado desde a *periferia* uma nova geopolítica do conhecimento por meio da consolidação de formas de enunciação particulares sobre as noções de modernidade e desenvolvimento. Conforme Escobar (2008), é necessário questionar os limites espaciais e temporais da modernidade e considerar a existência de “modernidades múltiplas”, euro-americanocêntricas e não euro-americanocêntricas, o que torna possível re-imaginar a heterogeneidade de outras formas possíveis de desenvolvimento.

Neste contexto, o tema de pesquisa dessa tese se situa no plano das epistemologias socioantropológicas que tem como ponto de contato a crítica às concepções hegemônicas do desenvolvimento e da modernidade, perspectivas que têm procurado descolonizar os significados, práticas e discursos que conferem legitimidade a essas concepções. Significa com isso, compreender a diversidade e as diferenças de outras formas de desenvolvimento que conferem singularidade histórica e que têm operado fora dos marcos consagrados da modernidade euroamericana.

Segundo Santos (2010), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, uma linha imaginária, que divide o mundo e o polariza entre os que estão “do lado de cá” da linha, e aqueles que estão “do lado de lá” da linha abissal. Para Santos (2010, p. 32, grifos do autor) “a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente”, ou seja, a ponto de não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. No campo do desenvolvimento, a metáfora do pensamento abissal de Santos (2010) permite entender como a linha abissal está constituída por um sistema visível regido por uma crença moderna que considera o desenvolvimento, enquanto realidade possível, uma verdade hegemônica em termos de concepções, práticas e discursos.

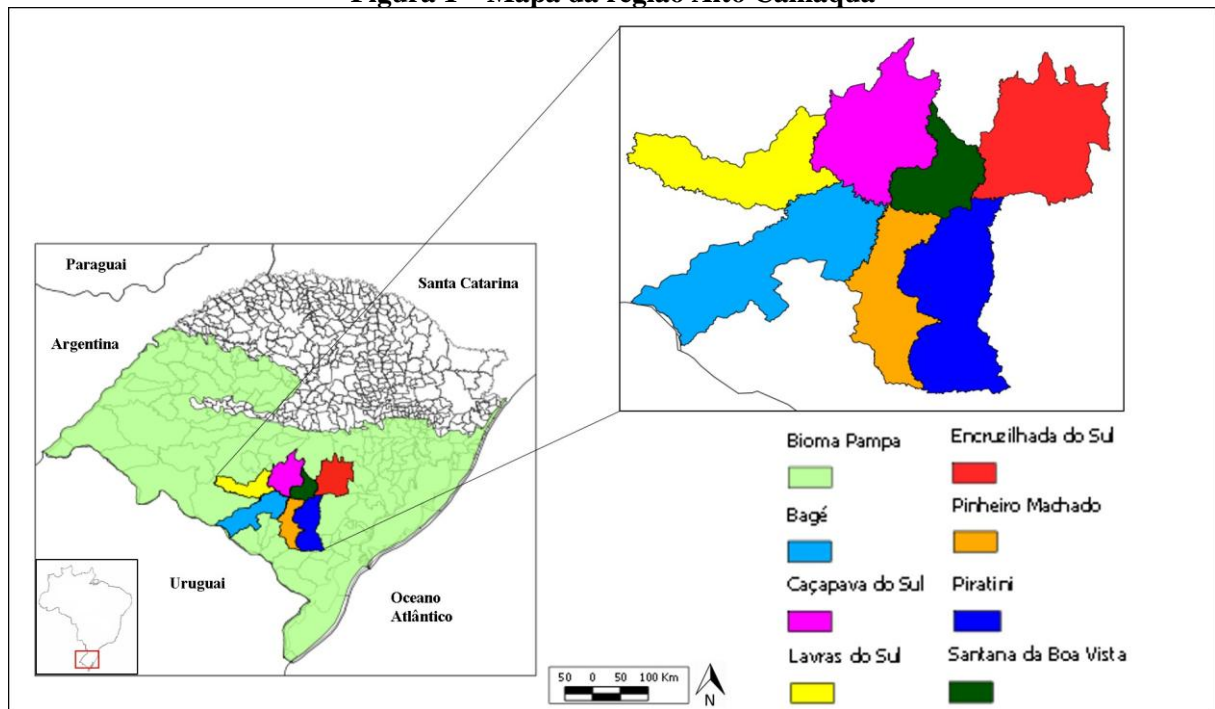
Partindo dessa perspectiva, ao se analisar o desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul, se verificam estratégias, discursos e práticas fundadas no pensamento abissal que estão do “lado de cá” da linha. Certamente, a modernização da agricultura é o elemento mais elementar desse processo e, no período atual, noções contemporâneas como agronegócio, neoliberalismo econômico, dão conta de visualizar como o pensamento abissal segue operando e reproduzindo noções hegemônicas de desenvolvimento.

O que é ressaltado pelo pensamento abissal vinculado às forças políticas, econômicas, sociais e teóricas modernizantes, é o esplendor e a capacidade que a modernização da agricultura teve em transformar as sociedades enquadradas como “tradicionais”/“atrasadas” em sociedades “modernas”/“avançadas”. Nesse sentido, as regiões ou sociedades que ficaram à margem da modernização, que não apresentaram competências (segundo a leitura moderna) para incorporar modelos de desenvolvimento “modernos”, salvo uma condição de mudança, permanecem e permanecerão sendo reduzidas e reprimidas à condição de inferioridade, ou seja, “do lado de lá” da linha abissal.

Esse é o caso da região do Alto Camaquã (Figura 1), que, no decurso de um período recente dos últimos 20 anos, seguindo os pressupostos do pensamento abissal, passou a ser “rotulada” como sendo uma região atrasada e subdesenvolvida (BANDEIRA, 1994;

ALONSO, 2006; ROCHA, 2011). A narrativa moderna que assevera essa região como atrasada e subdesenvolvida, enaltece um baixo dinamismo econômico estagnário, ainda muito dependente de uma matriz produtiva baseada na pecuária de corte. Portanto, a *falta* de diversificação e de *mais* modernização dos sistemas produtivos e de setores industriais e comerciais, é tida como sintoma de um anacronismo que conduziu a região a um processo letárgico de desenvolvimento.

**Figura 1 – Mapa da região Alto Camaquã**



Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Do ponto de vista geopolítico, a região do Alto Camaquã pertence à bacia hidrográfica do Rio Camaquã, a qual é constituída por 29 municípios e possui uma área de 21.260 km<sup>2</sup> (FEPAM, 2011). O adjetivo “Alto” deve-se ao fato de estar localizado no terço superior da bacia hidrográfica do Rio Camaquã. A região possui uma área de 8.500 km<sup>2</sup> abrangendo os municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini e Pinheiro Machado.

Se a história da região foi forjada a partir do século XVII pela tríade entre cultura, natureza e pecuária, e foi assim, pela atividade da pecuária de corte, que passou a ser reconhecida no imaginário social e econômico do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, essa base produtiva vem sendo profundamente alterada nos últimos anos. A disponibilidade de terras “virgens” e o seu baixo custo, tem oportunizado a reestruturação dos desenhos produtivos da exploração capitalista na região do Alto Camaquã, atraindo novas atividades

produtivas, como é o caso dos empreendimentos florestais de empresas transnacionais, ou mesmo a intensificação das atividades agrícolas que avançam aceleradamente sobre as áreas do Bioma Pampa, como o caso da soja. Se até um passado recente o Alto Camaquã era lembrado como a região de predominância do latifúndio pastoril, em tempos atuais, passou a ser considerada como um novo eldorado para o agronegócio, evidenciando muito claramente como a linha abissal do desenvolvimento se perpetua e é capaz de se revitalizar e reinventar a todo momento.

Não se trata, portanto, de uma “nova” lógica que visa reparar os “fracassos” do desenvolvimento econômico do Alto Camaquã, mas de uma lógica “velha” com propósitos claros que evidenciam as continuidades históricas do pensamento abissal. Assim, coexistem presentemente no “lado de cá” da linha abissal duas representações dessa região, a primeira, uma representação negativa, associada à imagem do “atraso” da pecuária e a desvalorização da natureza (paisagem de campo sujo, vegetação arbustiva e “mato”, solo “pobre”) e, a segunda, positiva, reveladora de novas oportunidades para o desenvolvimento a partir da intensificação produtiva e da apropriação e uso da natureza.

Essas duas representações da linha abissal interpostas pela modernidade, e que se deslocam pelo processo histórico do Alto Camaquã, são manifestações e efeitos da colonialidade. Segundo Quijano (1992), a colonialidade caracteriza um modelo hegemônico de dominação global próprio do sistema-mundo moderno-colonial que se originou com o colonialismo europeu no século XVI, e mesmo após o fim do colonialismo político (independência dos Estados-nação), a ordem capitalista colonizadora permanece exercendo uma relação de dominação colonial.

A colonialidade marca o lado “escuro” da modernidade, e anula outros tipos de representação do desenvolvimento situadas no “lado de lá” da linha abissal. Desse modo, a colonialidade do desenvolvimento assenta a sua hegemonia na produção de ausências, na invisibilização e subalternização de outros saberes, formas de conhecimento, ou seja, de desenvolvimento de “outros modos” situados na margem da colonialidade/modernidade. Porém, todo processo hegemônico de desenvolvimento envolve simultaneamente processos contra-hegemônicos, assentados na criação de relações econômicas, políticas, ecológicas e culturais que definem uma posição subalterna, porém, representam projetos decoloniais (ESCOBAR, 2008; GROSGUÉL; MIGNOLO, 2008).

Isso pressupõe que os conteúdos e os significados da modernidade e do desenvolvimento são adaptados, travestidos e ressignificados pelos sujeitos subalternos, definindo, assim, não apenas processos de resistência aos modelos globais, mas de

reexistência das histórias locais. Nesse sentido, assume-se que na região Alto Camaquã, do “lado de lá” da linha abissal, um “outro” desenvolvimento que se encontra “anulado” pelo pensamento abissal, está por ser revelado e o próprio lugar por ser reinventado. Significa, com isso, recuperar as experiências pretéritas silenciadas pela colonialidade, e assumir que a modernidade que se impôs como paradigma hegemônico representa uma versão reduzida, simplificada, e que empobrece a diversidade de outras formas de ser e estar no mundo.

Desse modo, emerge dessa problemática as questões de pesquisa: Como se configuram as origens do sistema-mundo colonial/moderno da região Alto Camaquã? Como a colonialidade opera no contexto das lógicas locais de desenvolvimento? Como emergem processos insurgentes à lógica da modernidade/colonialidade?

Ligado às questões estabelecidas, o objetivo geral da pesquisa é analisar a configuração do imaginário do sistema-mundo moderno/colonial, evidenciando como se reproduz a colonialidade e emergem processos decoloniais que reconfiguram histórias locais no contexto da região Alto Camaquã. Como objetivos específicos, procura-se:

- a) analisar a origem da modernidade/colonialidade no contexto da formação do sistema-mundo moderno/colonial;
- b) identificar as lógicas de ação da colonialidade no âmbito das estratégias de desenvolvimento; e
- c) apreender as práticas e discursos que estruturam e configuram a gramática decolonial do desenvolvimento na região Alto Camaquã.

Nesse curso recente que a academia, de modo geral, vivencia na busca de novas incursões teórico-analíticas de representações mais plurais sobre o desenvolvimento rural, os desafios dos estudos rurais estão em estabelecer sistemas de análise que permitem apreender como o desenvolvimento se efetiva por dinâmicas, processos e fenômenos particularizados. De tal maneira, é propositivo nesse projeto de pesquisa identificar e alinhar categorias e noções do desenvolvimento ao lado das categorias e noções atribuídas pelo *subalternizado*, procurando, desse modo, entender o desenvolvimento desde a perspectiva do *outro* excluído. Significa, desse modo, ampliar os espaços epistemológicos e teóricos para identificar outras ontologias que representem, elas próprias, o lado oculto das concepções homogeneizantes da modernidade e do desenvolvimento.

Nesse sentido, considerando as condições históricas em que regiões “marginas” seguem sofrendo os efeitos da imposição da colonialidade, é possível identificar como o subalternizado tem negociado a sua alteridade com a modernidade/colonialidade? Esse foi o quadro epistemológico que despertou o interesse e as motivações pelo tema de pesquisa na

região Alto Camaquã. Apontar respostas a essa questão mais geral é um desafio, tendo como modo de análise a renúncia às tradições teóricas (marxismo agrário, teoria da dependência, teoria da modernização, economia política, entre outras) dos estudos rurais que compõem o “núcleo duro” da modernidade, resgatando e revisando, de outro modo, as teorias e epistemologias que têm operado na margem da modernidade ou fora dela.

Além desse capítulo introdutório, a tese está organizada e estruturada em mais cinco capítulos. O segundo capítulo apresenta os quadros epistemológico e metodológico da tese. Primeiramente, se discute, como eixo central, as noções e conceitos dos estudos decoloniais, destacando as contribuições para pensar processos decoloniais no âmbito da temática do desenvolvimento. Em seguida, são descritas as estratégias metodológicas, onde são apresentados os procedimentos utilizados na fase de pesquisa de campo. Na sequência, o terceiro capítulo adentra nos processos históricos constituintes da tríade colonialismo/colonialidade/modernidade, analisando como se constituiu uma matriz colonial do poder no Rio Grande do Sul, e as relações com a região Alto Camaquã. O quarto capítulo foca mais diretamente da relação entre colonialidade e desenvolvimento, evidenciando os regimes discursos e ações que configuram estratégias de desenvolvimento ligados à lógica da colonialidade. O quinto capítulo centra-se na análise dos processos e práticas sociais insurgentes que definem uma gramática decolonial da modernidade e do desenvolvimento. Por fim, no sexto e último capítulo são apresentadas as conclusões da tese.



## 2 SITUANDO O ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO - METODOLÓGICO

Devemos deixar de ser o que não temos sido, o que nunca seremos, e o que não temos que ser, quer dizer, estritamente modernos (QUIJANO, 1990<sup>1</sup> *apud* ESCOBAR, 1998, p. 415, tradução nossa).

Como forma de responder às questões de pesquisa formuladas e atingir aos objetivos propostos, o posicionamento epistemológico da tese se centra (não exclusivamente) no quadro dos estudos decoloniais latino-americanos. No entanto, considera-se importante demarcar algumas diferenças existentes entre os chamados estudos decoloniais e estudos pós-coloniais, pois frequentemente se observa a utilização desses termos como se fossem equivalentes, o que na verdade não é, embora existam pontos de convergência.

Uma condição em comum entre a escola dos estudos pós-coloniais e decoloniais está no fato que consideram que toda enunciação tem um lugar de origem, o que confere possibilidades distintas de abordar a relação centro-periferia no contexto da modernidade. No entanto, uma leitura mais atenta permite verificar que essas escolas partem de lócus enunciativos diferentes, que envolvem conhecimentos situados, a partir, sobretudo, de experiências que marcam trajetórias coloniais particularizadas. Portanto, são abordagens diferentes, e segundo Mignolo (2009, p. 271) “são laranjas de distintos pomares, embora apenas laranjas”.

### 2.1 O “DESLOCAMENTO” DA HISTÓRIA NA MODERNIDADE: ENUNCIÇÃO PÓS-COLONIAL E A INSURGÊNCIA SUBALTERNA

Para Costa (2006), as principais correntes teóricas que os estudos pós-coloniais derivam são o pós-estruturalismo, o pós-modernismo e os estudos culturais. Não é difícil perceber que o marxismo gramsciano (Antonio Gramsci), e mais particularmente a perspectiva pós-estruturalista da escola francesa (Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Jacques Lacan) forneceram as bases teóricas e representam a origem comum para muitos dos intelectuais dos estudos pós-coloniais. Esse é o caso observado em relação a alguns dos autores mais influentes do grupo sul-asiático, onde estão incluídos Edward Said, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Dipesh Chakrabarty, Gyan Prakash, entre outros.

---

<sup>1</sup> QUIJANO, A. Estética de la utopia. *Revista del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v. 19, n. 57, p. 34-37, out. 1990.

Os estudos pós-coloniais são projetos epistemológicos que, no seu conjunto, remetem a uma categoria de análise crítica que surge nos anos de 1980, tendo como ponto de partida redescifrar as categorias epistemológicas euro-ameriocêntricas denunciando a parcialidade da produção do saber dessas categorias sobre o chamado Terceiro Mundo. Para Santos (2010), o pós-colonialismo procura dar primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação e também na compreensão do mundo contemporâneo. Desse modo, os estudos pós-coloniais surgem como uma forma de questionar a maneira como a história moderna foi constituída a partir das concepções dominantes de modernidade. Por isso, questionar a metanarrativa da modernidade legitimadora de dominação e poder encontra-se no centro dos estudos pós-coloniais, ensejando reflexões e experiências em um conjunto de áreas do conhecimento como a literatura, história, antropologia, sociologia, desenvolvimento e ciência política.

Sobre a utilização do termo “pós-colonial”, segundo Almeida (2000), o termo deve ser compreendido como o período posterior ao colonialismo, mas também posterior ao fracasso dos projetos nacionalistas e anti-colonialistas aplicados logo após as independências, e ainda ser aplicado referindo-se aos complexos de relações transnacionais entre ex-colônias e ex-centros colonizadores.

Para Bhabha (1998), a perspectiva pós-colonial emerge do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste-Oeste, Norte-Sul. No entanto, de acordo com Hall (2003), o termo não sinaliza simplesmente uma simples sucessão cronológica do tipo “antes/depois”, pois o movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos, ao contrário, a perspectiva pós-colonial marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra. Segundo esse autor, problemas de dependência e marginalização, típicos do período colonial, persistem no pós-colonial, porém, essas relações se dão a partir de novas configurações.

De acordo com Mezzadra e Rahola (2008), ao propor uma confrontação na releitura entre “história” e as “histórias” como um elemento essencial do tempo histórico moderno, a crítica pós-colonial evidencia a heterogeneidade constitutiva da própria história. Nesse sentido, como argumenta Hall (2003, p. 109), o pós-colonialismo “relê a colonização como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural, e produz uma transcrita descentrada, diaspórica ou ‘global’ das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação”.

Os estudos pós-coloniais, tal como vem sendo abordado por diferentes autores, têm oferecido importante contribuição crítica para uma renovação sobre a concepção de modernidade. Nesse sentido, os estudos subalternos sul-asiáticos e latino-americanos, enquanto um campo de investigação da perspectiva pós-colonial, têm procurado desconstruir a história hegemônica da modernidade, demonstrando a maneira como a história dos colonizados foi escrita por um ponto de vista dominante colonialista euro-amerocêntrico, denunciando que, ao contrário, a maior parte dessa história foi constituída por grupos subalternos (CHAKRABARTY, 2000; SPIVAK, 2010).

Conforme Chakrabarty (2000), o propósito declarado dos estudos subalternos é o de produzir uma análise histórica onde os grupos subalternos têm sido vistos como sujeitos de sua história, pois a prática acadêmica prevaiente na historiografia tem se negado a reconhecer o subalterno como criador de seu próprio destino. Sendo assim, para esse autor os estudos subalternos têm estabelecido novas interrogações na forma de reescrever a história e provocado distanciamentos da tradição historiografia marxista inglesa. Segundo o autor,

A historiografia subalternista necessariamente implicou em: (a) uma separação relativa da história do poder desde qualquer história universalista do capital; (b) uma crítica da forma de nação; e (c) uma interrogação das relações entre poder e conhecimento (CHAKRABARTY, 2000, p. 8, tradução nossa).

Nota-se, portanto, que os estudos subalternos, enquanto um campo de especialização dos estudos pós-coloniais, têm representado uma nova maneira de teorizar a agenda intelectual para as histórias pós-coloniais. Assim, reler a estrutura do tempo histórico da modernidade sob um ângulo mais amplo, “descortinando” temporalidades plurais, é um legado importante dos estudos pós-coloniais. Significa com isso, em uma perspectiva mais ampla, estabelecer novos aportes epistemológicos para propor uma ruptura com a própria noção de modernidade dominante criada pelo historicismo linear e, em particular, reconhecer os espaços híbridos de enunciação pós-colonial por meio da afirmação das diferenças e continuidades que nunca se romperam.

O trabalho seminal de Spivak (2010) “*Pode o subalterno falar?*”, publicado originalmente em 1988, repercutiu notoriamente nos estudos subalternos, evidenciando que a condição de subalternidade é, ela própria, o sujeito silenciado e não representado. A proposição provocativa contida no título questionador de Spivak, mas de forma mais geral, a estratégia de escritura historiográfica do grupo sul-asiático dos estudos subalternos a respeito do sujeito subalterno, serão algumas das orientações epistemológicas deste trabalho de tese no

sentido das possibilidades de reinterpretar o desenvolvimento do Alto Camaquã considerando, para tanto, a verdade silenciada do subalterno como capacidade de auto-representação.

Complementando essa perspectiva de “historicizar o acontecimento” que é possível extrair como unidade analítica dos estudos subalternos sul-asiáticos, do lado do grupo latino-americano dos estudos subalternos a colonialidade do poder é uma categoria importante para analisar como o desenvolvimento opera no interior da diferença colonial, e como, em meio a ela, emerge uma “razão subalterna” a partir de outras ontologias e epistemologias.

## 2.2 A AMÉRICA LATINA COMO *LOCUS* DE ENUNCIÇÃO: O GIRO DECOLONIAL DO PROGRAMA MODERNIDADE/COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE

Emerge no final dos 1990 na América Latina um movimento de intelectuais que foi responsável por reestabelecer uma nova ordem na geopolítica do conhecimento nas ciências sociais num contexto de emancipação/libertação das epistemologias das *margens*, colocando em evidencia o papel e o lugar da América Latina como *locus* de enunciação importante no cenário mundial. O movimento em questão acabou dando origem a escola de pensamento latino-americana denominada de “estudos decoloniais”, que se estruturou a partir do grupo Modernidade/Colonialidade (MC), mas que atualmente leva o nome de Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (ESCOBAR, 2005).

O coletivo MDC tem como nomes “paternos” as críticas do filósofo e historiador argentino Enrique Dussel, do sociólogo peruano Anibal Quijano e o semiólogo argentino Walter Mignolo. No entanto, formam o coletivo MDC um contingente importante de outros pesquisadores, entre eles os antropólogos colombianos Arturo Escobar e Eduardo Restrepo, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, a linguista estadunidense radicada no Equador Catherine Walsh, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres, o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomez, o antropólogo venezuelano Fernando Coronil (falecido em 2011), entre outros. Embora o coletivo MCD se articule desde a América Latina, não fica circunscrito a esta. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos mantém um diálogo intenso com alguns membros do coletivo MDC, e vice-versa, sendo esse diálogo traçado por existir uma compreensão que apresenta pontos em comum em relação a descolonização do conhecimento e da modernidade euro-americanocêntrica. Com relação ao sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, o grupo mantém aproximações que convergem, ainda que em outras divergem, sobretudo em torno da sua análise do sistema-mundo moderno.

De acordo com Mignolo (2007b), desde o fim da guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética, o pensamento decolonial começa a traçar sua própria genealogia. A origem dos estudos decoloniais tem como primeiros passos um encontro organizado por Edgardo Lander, em 1998, em Caracas, Venezuela, com apoio da CLACSO, onde pela primeira vez se encontraram Mignolo, Escobar, Quijano, Dussel e Coronil (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007). No mesmo ano, Edgardo Lander organiza um novo encontro no simpósio “*Alternativas ao eurocentrismo e colonialismo no pensamento social latino-americano contemporâneo*”, que aconteceu no contexto do Congresso Mundial de Sociologia em Montreal, Canada. No simpósio, Dussel, Quijano e Mignolo estabelecem um diálogo inédito entre os três sobre as heranças coloniais na América Latina a partir da análise do sistema-mundo de Wallerstein (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

Como corolário dos dois encontros, no ano de 2000 o próprio Edgardo Lander organiza o primeiro livro do coletivo MDC “*La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*”, lançado em português em 2005. O livro teve um papel importante porque pela primeira vez uma publicação reúne temas e questões em comum, que não eram novos, ao contrário, estavam embasados em um acúmulo de experiências prévias, porém armazenados em trajetórias individuais. Contudo, tanto os encontros como a publicação do livro conferiram ao grupo MDC a possibilidade do exercício coletivo de estabelecerem novas perguntas e reflexões, e assim, o coletivo foi se “afinando” e definindo uma identidade própria como campo de produção do conhecimento fora dos centros hegemônicos. No decorrer dos anos 2000 diversos outros encontros foram promovidos e fortaleceram o coletivo MCD, legitimando e lançando visibilidade do pensamento decolonial latino-americano no século XXI.

Segundo Escobar (2005, p. 64), entre as influências constituem a genealogia do grupo MCD estão: a teologia da libertação dos anos 1960 e 1970; os debates da filosofia da libertação e ciência social autônoma (particularmente Enrique Dussel, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova e Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates sobre modernidade e pós-modernidade dos anos 1980; os estudos culturais dos anos 1990 e o grupo latino-americano de estudos subalternos. Além disso, o grupo sul-asiático de estudos subalternos e pós-coloniais dos anos 1970-1980, os estudos feministas, a filosofia afro-caribenha (Frantz Fanon, Aimé Césaire, Edouard Glissant) e o pós-estruturalismo também exerceram importante influência no coletivo MCD. Ainda segundo Escobar (2005), a principal força orientadora do coletivo MCD é uma reflexão continuada sobre a realidade

cultural e política latino-americana, que inclui o conhecimento subalternizado dos grupos sociais explorados e oprimidos.

Existem três principais aspectos que diferenciam os estudos decoloniais dos estudos pós-coloniais. O primeiro desses aspectos diz respeito ao fato que os estudos decoloniais operam dentro do espaço de problematização da colonialidade, enquanto os estudos pós-coloniais no espaço constituído pelo colonialismo (RESTREPO; ROJAS, 2010)<sup>2</sup>. A segunda diferença alude as experiências históricas e lócus de enunciação diferentes, pois os estudos decoloniais estão situados a partir da experiência colonial da Espanha e Portugal na América Latina e Caribe entre os séculos XVI e XIX, e os estudos pós-coloniais possuem como lócus de enunciação as heranças coloniais na Ásia e África por parte da França, Inglaterra e Alemanha, entre os séculos XVIII e XX (MIGNOLO, 2003; RESTREPO; ROJAS, 2010). Por último, a terceira diferença pode ser apresentada a partir de uma observação de Mignolo (2007a), onde este afirma que a genealogia dos estudos pós-coloniais se localiza mais no pós-estruturalismo francês do que na densa história do pensamento das margens. Segundo Grosfoguel (2010), o fato do grupo pós-colonial ainda ter influência de autores como Foucault, Derrida e Gramsci, estaria diferenciando-o do grupo latino-americano. Essa separação existe, porém, é necessário considerar que alguns poucos autores latino-americanos continuam sendo influenciados pelo pós-estruturalismo francês, como o próprio Grosfoguel (2010) reconhece<sup>3</sup>.

Escobar (2005) faz uma caracterização das concepções intraeuropeias da modernidade mais usualmente referidas a partir das ciências sociais e filosofia, como, por exemplo, os postulados modernos de Durkheim, Weber, Habermas, Giddens e Beck, onde a modernidade assume um estatuto difusionista, com caráter linear e universalista partindo do centro para as zonas periféricas do mundo. Desde essa perspectiva euro-amerocêntrica, Escobar classifica a modernidade como:

- a) historicamente, origens temporal e espacial identificadas. Nasce no século XVII na Europa do norte, na França, Inglaterra, Alemanha, em torno dos processos das

<sup>2</sup> Mais adiante essa discussão será retomada.

<sup>3</sup> Cabe aqui destacar Santiago Castro-Gomez (2007, p. 156), que elabora a discussão do poder na perspectiva da colonialidade articulando-a a partir do que chama de uma “teoria heterárquica do poder” de Foucault. Mais assumidamente, Arturo Escobar, que, como será possível perceber na próxima seção, tem grande influência do pós-estruturalismo tomando a abordagem arqueológica de Foucault. O próprio Mignolo (2003) que se mostra mais incisivo com epistemes “alheias” (eurocênicas), sofre influência de Foucault e se serve da noção foucaultiana de “insurreição dos saberes subjugados”, transpondo para a análise dos saberes que se tornam subalternos na estrutura da colonialidade do poder. No entanto, não se trata de um pós-estruturalismo “puro”, mas reconfigurado para uma enunciação própria latino-americana na perspectiva da modernidade/colonialidade.

revoluções científicas, do iluminismo e da revolução francesa, se estendendo e cristalizando no século XVIII com a revolução industrial;

- b) sociologicamente, é caracterizada por certas instituições, particularmente o Estado-nação e por algumas características básicas, como a reflexividade, o desmembramento da vida social do contexto local e a determinação por forças translocais, e o distanciamento espaço/tempo;
- c) culturalmente, introduzindo uma ordem baseada na construção da razão, do indivíduo, no conhecimento especializado e nos mecanismos administrativos do Estado. Assim, ordem e razão são vistos como fundamentos para a igualdade e liberdade; e
- d) filosoficamente, é visualizada em termos da emergência da noção do humano como fundamento de todo conhecimento e ordem do mundo, separando o natural do divino. Por outro lado, a modernidade também é vista em termos de trunfo da metafísica, que encontra na verdade lógica o fundamento para elaborar uma teoria racional do mundo.

Pode-se sintetizar a caracterização de Escobar (2005) como o conteúdo primário da modernidade, conforme expressão utilizada por Dussel (1993), onde apresenta um caráter positivo e de emancipação como saída da “imaturidade” através do esforço da razão como processo crítico, que conduz a humanidade a um novo momento histórico do ser humano. Desde essa perspectiva, a modernidade é um fenômeno exclusivamente europeu, que nasce quando a Europa se autoafirma como centro do mundo, e o *resto*, a periferia, é parte da sua própria definição.

Dussel (1993) destaca também o conteúdo secundário e negativo da modernidade, que está fundado no que o autor chama de *mito da modernidade*, que apresenta certas características: a civilização moderna se autocompreende como mais desenvolvida e uma raça superior; essa superioridade obriga, como exigência moral do europeu, a desenvolver os demais povos denominados como “primitivos”, “bárbaros”, “rudes”; o caminho do processo “civilizatório” de desenvolvimento a ser seguido deve ter a Europa como referência; a práxis da violência é compreendida como um processo inevitável aos povos bárbaros que se opõem ao processo “civilizatório” salvador. O conteúdo “secundário” da modernidade será analisado no próximo capítulo a partir da categoria de colonialidade.

Assim, os estudos decoloniais negam o mito da modernidade que constitui o euro-americanocentrismo, e as interpretações da modernidade tomam outros significados. Se os estudos pós-coloniais assumem a versão original da modernidade como um fenômeno intra-

européu do século XVIII (MIGNOLO, 2003), para a perspectiva decolonial a modernidade se origina no século XVI, depois de 1492 com o “descobrimento” e conquista da América e o controle do Atlântico, portanto, muito antes do renascimento e do iluminismo, que são o lado mais visível da única modernidade que a visão hegemônica euro-amerocêntrica reconhece (DUSSEL, 1993; ESCOBAR, 2005; MIGNOLO, 2007b).

De maneira indizível, Dussel (1993) afirma que o *ego cogito* moderno cartesiano (“Penso, logo existo”) foi antecipado em mais de um século (com a conquista da América) pelo *ego conquiro* (Conquisto, logo existo). Ao resignificarem a modernidade temporal e espacialmente, os estudos decoloniais estão analisando a modernidade através de um contexto histórico e geográfico que é constitutivo do sistema-mundo moderno/colonial.

Segundo Dussel (2005), para superar a modernidade euro-amerocêntrica é preciso negar a negação do mito da modernidade, e assim, se estará afirmando a alteridade do *outro* e descobrindo a face oculta da modernidade que é a colonialidade (CASTRO-GOMES, 2007; GROSGOUEL, 2010; MIGNOLO, 2005, 2007; QUIJANO, 2000; WALSH, 2006).

Para os estudos decoloniais a categoria colonialidade é central, representa a “coluna vertebral” que orienta processos de contestação e análise da modernidade. Esse conceito foi desenvolvido por Quijano<sup>4</sup>:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2007, p. 93, tradução nossa).

O termo colonialidade, se torna, então, central nos estudos decoloniais, porém, se distingue do colonialismo, embora se relacione com ele. O colonialismo denota uma relação política e econômica, um padrão de dominação e exploração, que deixa de existir como ordem política e econômica com o fim das administrações coloniais (MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 2007). Porém, afirma Quijano (2007), mesmo o colonialismo sendo mais antigo, a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Assim, este representa uma experiência constitutiva da colonialidade, mas essa não esgota com o fim daquele.

Até aqui tem-se utilizado a expressão decolonial para se referir aos estudos decoloniais. O uso dessa expressão não é por causalidade, pois o grupo MCD a utiliza para

---

<sup>4</sup> O conceito de colonialidade é inicialmente desenvolvido por Anibal Quijano em 1989, no artigo “Colonialidad y modernidad-racionalidad” (MIGNOLO, 2010).



marcar uma importante distinção analítica com a expressão descolonização. O termo decolonial (sem “s”) é usado para marcar uma identidade do grupo MCD para o diferenciar do conceito de “descolonização” (MIGNOLO, 2008a), que está associado à ideia de que, com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação, vive-se um mundo descolonizado ou pós-colonial (MALDONADO-TORRES, 2007).

Portanto, a descolonização tem relação com o colonialismo (o que está mais presente nos estudos pós-coloniais), e a decolonialidade alude e procura transcender a colonialidade que permanece se reproduzindo mesmo com o fim do colonialismo. Nesse sentido, conforme Castro-Gomez e Grosfoguel (2007, p. 17), “o mundo do começo do século XXI necessita uma decolonialidade que complemente a descolonização levada a cabo nos séculos XIX e XX”.

Como afirma Maldonado-Torres (2007, p.131), “respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente”, e nesse sentido, a unidade analítica da modernidade é a modernidade/colonialidade, ou seja, não existe modernidade sem colonialidade, sendo essa última constitutiva da primeira (MIGNOLO, 2003; ESCOBAR, 2005; QUIJANO, 2007). Mignolo (2010) considera a colonialidade o lado mais obscuro da modernidade, e como não pode haver modernidade sem colonialidade, a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade são *duas faces da mesma moeda*. Nesse sentido, modernidade e colonialidade como projetos universais são indissociáveis, conforme é possível observar na afirmação de Mignolo:

A retórica da modernidade (da missão cristã desde o século XVI, à missão secular de Civilização, para desenvolvimento e modernização após a 2ª Guerra Mundial) obstruiu — sob sua retórica triunfante de salvação e boa vida para todos — a perpetuação da lógica da colonialidade, ou seja, da apropriação massiva da terra (e hoje dos recursos naturais), a massiva exploração do trabalho (da escravidão aberta do século dezesseis até o século dezoito, para a escravidão disfarçada até o século vinte e um) e a dispensabilidade de vidas humanas (MIGNOLO, 2005, p. 293).

A colonialidade originalmente desenvolvida por Quijano, embora seja uma categoria central para os estudos decoloniais, é reconfigurada em “subcategorias” pelos autores do grupo MCD, e passa a ser estendida e explorada sobre outras dimensões. Com o propósito de melhor situar as aproximações entre as diferentes categorias de colonialidade e os principais autores decoloniais que se utilizam dessas categorias (de forma explícita ou implícita), será estabelecida uma espécie de “tipologia”, mesmo assumindo que se possa promover simplificações.

Quijano (2005; 2007) vincula à colonialidade uma dimensão macrossociológica da questão do poder que é incorporada ao contexto da formação do sistema-mundo

moderno/colonial. Conforme o autor, com o “descobrimento” da América Latina se cria um padrão específico de poder, definido como uma rede de relações sociais de exploração/dominação/conflitos pelo controle de elementos da existência social (o trabalho e seus recursos e produtos; o sexo, seus produtos e a reprodução humana; a subjetividade e seus produtos intersubjetivos). Assim, a colonialidade do poder, que faz referência à dimensão econômico-política das heranças coloniais, é transversal entre todos os autores do grupo MCD, porém, Anibal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Ramon Grosfoguel, Santiago Castro-Gomes e Edgardo Lander são as principais referências; a colonialidade do saber que faz referência à dimensão epistêmica, encontra-se mais presente nos escritos de Mignolo, Walsh, Castro-Gomes e Walsh; a colonialidade do ser, que faz referência a dimensão ontológica (abordando aspectos da subjetividade, sexualidade/gênero), têm em Nelson Maldonado-Torres e Walter Mignolo referências importantes; e a colonialidade da natureza, como o próprio nome sugere, faz referência à “dimensão” natural e tem como nomes principais Arturo Escobar, Catherine Walsh, Héctor Alimonda e Carlos Porto-Gonçalves.

Seguindo a perspectiva decolonial, nos capítulos que seguem, particularmente nos capítulos 3 e 4, será explorado os discursos, pensamentos e práticas que derivam da experiência do colonialismo e as contínuas manifestações da colonialidade. Assim, a categoria colonialidade permite evidenciar as (des)continuidades históricas da região do Alto Camaquã entre passado e presente, e que estão atravessadas no contexto da modernidade/colonialidade.

### 2.3 MUNDOS E CONHECIMENTOS DE OUTROS MODOS: DIFERENÇA COLONIAL E PENSAMENTO FRONTEIRIÇO

O conceito de colonialidade abriu para os estudos decoloniais outra opção para resignificar a modernidade, a opção decolonial (ou giro decolonial), assentada em um lócus de enunciação insurgente que defende uma nova forma de compreender e atuar no mundo para afirmar-se como “si mesma” e fazer frente à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade (MIGNOLO, 2003; GROSFUGUEL; MIGNOLO, 2008).

Entre os estudiosos do grupo MCD, Arturo Escobar é o principal expoente que tem se dedicado a trabalhar mais diretamente com a categoria desenvolvimento. Representante da antropologia do desenvolvimento, que tem o pós-estruturalismo como matriz teórica<sup>5</sup>, centrando seus estudos na América Latina, o autor se tornou em uma importante voz crítica

---

<sup>5</sup> Entre alguns identificados com os estudos da antropologia do desenvolvimento desde a perspectiva pós-estruturalista estão Ferguson (1990), Mitchell (2002), Moore (2005) e Li (2007).

do desenvolvimento desde o início dos anos 1990, articulando sua crítica em torno dos discursos e práticas em que a ideia do desenvolvimento procurou se naturalizar como uma versão modernizante, de um único mundo possível. No livro que consagrou o autor nos estudos do desenvolvimento, *“Encountering Development: the Making and Unmaking of the Third World”* (1995), publicado em espanhol em 1996, é possível verificar o valor crítico de Escobar para analisar o desenvolvimento enquanto produção discursiva e “invenção” histórica: práticas discursivas de controle e regimes de representação homogeneizantes:

O enfoque do livro parte do reconhecimento da importância das dinâmicas do discurso e poder na criação da realidade social e em todo estudo da cultura. O desenvolvimento, assinala o estudo, deve ser visto como um regime de representação, como uma "invenção" que resultou da história do pós-guerra e, desde a sua criação, moldou inevitavelmente toda concepção possível da realidade e da ação social dos países que, desde então, se conhecem como subdesenvolvidos. (ESCOBAR, 1998, p. 13-14, tradução nossa).

Desse modo, para Escobar (1998) o desenvolvimento das regiões do mundo que não as regiões europeias, tem sido organizado e transformou sistematicamente de acordo com preceitos modernos europeus e estadunidense. Nessa linha, a história ocidental moderna projetou à noção de desenvolvimento normas e valores universais que deveriam expandir-se por todo o mundo numa tentativa de homogeneização do mundo sob os moldes dos preceitos modernos eurocêntricos (FERGUSON, 1990; ESCOBAR, 1998; QUIJANO, 2005; ESTEVA, 2000; RIST, 2002; MIGNOLO, 2003; ALMEIDA, 2009; RADOMSKY, 2013). Segundo as crenças desenvolvimentistas dos países do norte, a função do desenvolvimento era justamente eliminar as diferenças.

A possibilidade de “desconstrução” do desenvolvimento levou Escobar a acreditar – juntamente com seus colegas pós-estruturalistas - numa “era do pós-desenvolvimento”, onde o desenvolvimento deixa de representar o princípio organizador da vida:

O que significa o pós; o pós não significa que o desenvolvimento desapareça completamente nem que o liberalismo desapareça completamente, nem que o capitalismo desapareça completamente; o pós significa esse momento em que o capitalismo não é mais essa co-entidade ou categoria central que ocupa a economia de maneira total, em que o liberalismo já não é essa categoria ou essa entidade que ocupa a sociedade de forma completa e natural como fazem as sociedades modernas, que são modernas e liberais. Igualmente, o pós-desenvolvimento é esse momento em que o desenvolvimento já não ocupa a prática social e política dos países da África, Ásia, América Latina de maneira central, senão que libera o espaço discursivo para que surjam outros pensamentos, outras possibilidades, outras formas de prática social (ESCOBAR, 2013, p. 238, tradução nossa).

O que Escobar está propondo com a noção pós-desenvolvimento é levar a problemática do desenvolvimento às últimas consequências, mostrando que adjetivos como pobreza, atraso, subdesenvolvido são criações que se tornaram padrões de medida do desenvolvimento e que só passaram a fazer sentido porque são criações dos países do norte. Desse modo, Escobar procura, ao “desconstruir” o desenvolvimento, desessencializá-lo, desmantelando as noções de pobreza, atraso, subdesenvolvimento. Assim, o que está em jogo é a criação das condições de possibilidade para atenuar e desconstruir o discurso moderno das representações de desenvolvimento sobre as regiões “pobres” (Ásia, África e América Latina), reafirmando o valor das experiências alternativas e os modos de conhecimento distintos, pois, segundo o autor, é necessário “abrir novos espaços para outros pensamentos, para ver outras coisas, para escrever em outras linguagens” (ESCOBAR, 1997, p. 11).

Uma fase mais recente de Escobar diz respeito a aproximação propriamente dita com o grupo MDC, onde o autor inclui a problemática do desenvolvimento na dimensão da modernidade/colonialidade. Assim, o que a perspectiva escobariana passa a sublinhar é como o desenvolvimento se encontra no invólucro da colonialidade. Essa é uma questão importante que é possível extrair dos seus escritos a partir do momento que passou a compor o grupo MCD.

Ao propor uma reinterpretação crítica da história, procurando entender novas formas de representação sobre a noção de desenvolvimento, Escobar (2005; 2008) também questiona como é possível pensar *sobre* e pensar *diferente* desde uma “exterioridade” do sistema mundial moderno/colonial. Para Escobar (2008), somente a negação das origens espaciais e temporais da modernidade e do desenvolvimento sob a lente da colonialidade é que é possível pensar a *diferença* e propor a constituição de mundos locais alternativos.

Assim, corroborando com seus colegas decoloniais, Escobar (2008, 2010) denuncia que a grande maioria dos teóricos europeus tem sido “cegos” em identificar a diferença colonial e a implicada subalternização do conhecimento e das culturas. Essa crítica de Escobar se mostra coerente e cada vez mais atual, pois o olhar de alguns autores do “centro” sobre a “periferia” advém de um lócus de enunciação do “centro”, o que parece axiomático ser um olhar insipiente sobre a “periferia”. Autores como Pieterse (2000), Ziai (2004) e de Vries (2007, 2010, 2013) têm elaborado severas críticas à perspectiva escobariana do desenvolvimento, no entanto, as críticas em si são problemáticas, pois parece pouco provável assertivas coerentes de estudos da “periferia” que partem do “centro” e colocam em evidencia o lócus enunciativo essencialmente euro-ameriocêntrico, ignorando e não anuindo com o lócus de enunciação que parte da “periferia” como algo distinto.

A perspectiva desconstrutivista do desenvolvimento de Escobar oferece uma possibilidade profícua de conjunção para pensar gramáticas decoloniais no âmbito da temática do desenvolvimento. Outros regimes de verdade envolvendo discursos e representação social sobre o desenvolvimento podem ser revelados desde as margens porque precisamente são construídos desde a diferença colonial (ESCOBAR, 2008).

Nesse sentido, as relações para imaginar o processo decolonial estão configuradas e fundamentadas a partir da noção de diferença colonial. De acordo com Mignolo (2003), a diferença colonial é o espaço físico e imaginário onde emerge e atua a colonialidade do poder, mas também é o espaço emergente de processos insurgentes:

A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados” (MIGNOLO, 2003, p. 10).

Desse modo, a diferença colonial não envolve somente imaginar as diferenças suprimidas pelo eurocentrismo, mas um espaço epistemológico e político privilegiado (ESCOBAR, 2008) que envolve práticas de possibilidades de negociação ou mesmo de negação da colonialidade ( MIGNOLO, 2003; GROSGOUEL; MIGNOLO, 2008). Uma das consequências da diferença colonial, e também de reação a ela, é o “pensamento liminar”. Segundo Mignolo (2003), o pensamento liminar somente pode existir na condição de uma perspectiva subalterna, sendo uma reação à diferença colonial. O pensamento liminar é, assim, um “pensamento outro” que se produz na margem, sendo potencialmente capaz de criar práticas de descolonização epistêmica, política e econômica. No entanto, o pensamento liminar pressupõe consciência e sensibilidade em relação à diferença colonial, pois, em meio ao exercício da colonialidade do poder, evidencia a diferença entre uma epistemologia denotativa ancorada em um desejo de verdade universal de uma epistemologia liminar, cujo desejo de verdade é precedido pelo desejo de mudança (MIGNOLO, 2003).

Ainda de acordo com Mignolo (2003), o pensamento liminar do ponto de vista histórico se situa nas fronteiras (interiores + exteriores) da modernidade/colonialidade. Considerando dessa maneira, o pensamento liminar é também um pensamento fronteiroço, ou seja, aquele conhecimento construído nas fronteiras da diferença colonial:

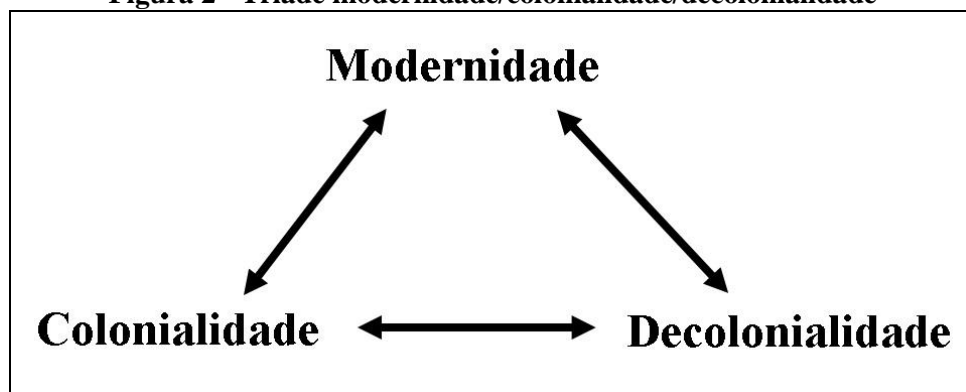
O pensar fronteiroço é uma maneira de ser e de existir de todos aqueles e aquelas que habitam o border, “/”, na fronteira que separa e une colonialidade e modernidade. Não há outra forma para quem habita o lado da colonialidade. Quem habita a fronteira do lado da colonialidade “sente”, cedo ou tarde, a diferença colonial. A

questão é o que fazemos uma vez que estamos conscientes? (MIGNOLO, 2013, p. 24).

O pensamento fronteiriço, nesse sentido, é um instrumento heurístico importante para entender processos emergentes no quadro da gramática decolonial, pois representa uma resposta epistêmica do subalterno ao projeto moderno euro-ameriocêntrico, sendo capaz de redefinir ou subsumir a retórica emancipatória da modernidade a partir das epistemologias do subalterno (GROSFOGUEL, 2010). Porém, é necessário ficar claro que o pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno, conforme chama a atenção Grosfoguel (2010), mas trata-se de uma resposta decolonial do subalterno perante a modernidade euro-ameriocêntrica. Assim, pensar na fronteira a partir do pensamento fronteiriço significa perceber o lócus de enunciação de como o subalterno é capaz de promover fissuras na colonialidade, mas ao mesmo tempo, como essa enunciação atua nas margens (internas e externas) da própria colonialidade (MIGNOLO, 2003; GROSFOGUEL, 2010). O pensamento de fronteira é, então, um pensamento decolonial, representativo de uma opção decolonial de enfrentamento (no sentido de resistência e re-existência) da retórica da modernidade e à lógica da colonialidade (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008).

Nesse sentido, pensar processos decoloniais envolve sempre ter em conta a tríade modernidade/colonialidade/decolonialidade (Figura 2). Assim, a “/” que une e separa os termos significa, por um lado, que um não pode ser pensado sem os outros, e que, historicamente, surgem conjuntamente no mesmo processo histórico (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008)

**Figura 2 - Tríade modernidade/colonialidade/decolonialidade**

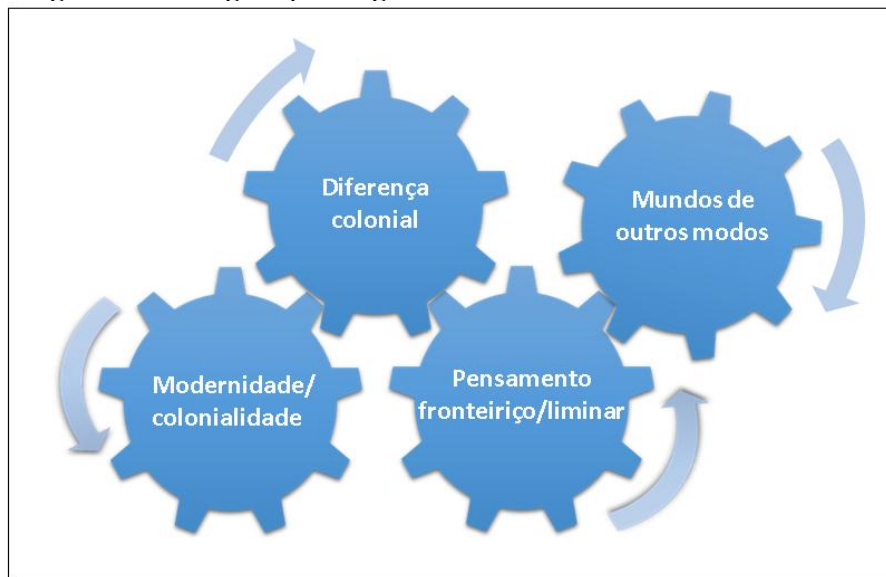


Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Conforme se abordará no capítulo 5, a modernidade/colonialidade, ao ser impugnada, concomitantemente é envolvida numa trama de relações e confrontações que marcam

gramáticas decoloniais do desenvolvimento produzidas em zonas fronteiriças da modernidade/colonialidade, que é a diferença colonial (Figura 3). Assim, comparando o desenvolvimento como uma engrenagem, os pensamentos fronteiro e liminar estão em contato com a diferença colonial, e como em um jogo de engrenagens, em que as “rodas dentadas” se acionam mutuamente, transmitindo movimentos a partir das zonas de contato, ambos (pensamento fronteiro e liminar) são potencialmente capazes de produzir mundos de “outros modos”.

**Figura 3 - Configuração da gramática decolonial do desenvolvimento**



Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Como é possível perceber, a noção de diferença colonial é um ponto central para os estudos decoloniais, pois é a partir *dela e nela* que se localiza o pensamento fronteiro e emerge o pensamento liminar, onde, então, outras epistemologias são capazes de emergir no contato com epistemes modernas. Portanto, pensar processos de decolonialidade implica pensar desde a diferença colonial, e os pensamentos fronteiro e liminar são o lócus de enunciação do pensamento decolonial, o qual não está circunscrito ao espaço privilegiado de intelectuais e ativistas, mas também de todos os tipos de saberes tradicionais.

Por isso, ao reivindicar uma desocidentalização da modernidade, Escobar (2012a) defende sua “pluralização” (ao invés da universalização), admitindo a possibilidade de considerar a existência de outros mundos que vão além das verdades imputadas pelo sistema moderno/colonial. Considera, desse modo, que alternativas radicais à modernidade não são uma possibilidade histórica encerrada, pois se na diferença colonial se revelam formas dominantes e arbitrárias, essas nem sempre se completam como tal, pois, simultaneamente na

diferença colonial surgem múltiplas reivindicações de um mundo mais plural, que configuram “mundos e conhecimentos de outros modos” (ESCOBAR, 2012a, p. 25).

Portanto, pensar desde a diferença colonial abre possibilidades importantes para pensar projetos ontológicos diferentes capazes de dissuadir a ontologia moderna de suas ideias e convicções. A possibilidade de desnaturalizar os pressupostos ontológicos modernos através da diferença colonial implica, então, em compreender que a divisão entre sociedade e natureza é parte da diferença colonial (BLASER, 2010; ESCOBAR, 2012a). Assim, o que está em jogo é reconstituir outros regimes de verdade a partir dos pontos cegos da modernidade, evidenciando outras ontologias que não se articulam em torno da dicotomia natureza/cultura (BLASER, 2010), o que envolve lutas ontológicas que desnaturalizam as clivagens modernas de natureza/cultura, civilizado/selvagem, pobre/atrasado (ESCOBAR, 2012a).

#### 2.4 O QUADRO METODOLÓGICO

De modo a atender as questões de pesquisa e objetivos estabelecidos, a orientação da tese seguiu um marco metodológico embasado em procedimentos etnográficos que pudessem dar conta de apreender a realidade desde a diferença colonial. Procurou-se assim, conforme alertado por Escobar (2012b), ter o cuidado de, ao reconstituir histórias, discursos e práticas da modernidade desde o pensamento decolonial, que essa (reconstrução) não fosse “rupturista”. Sendo assim, influenciado por Blaser (2010) e Escobar (2012b), o que se pretendeu foi invocar a pluriversalidade ontológica e as “lutas” (ontológicas) estabelecidas.

A ontologia moderna está assentada num regime moderno de verdade que se articula em torno da grande divisão entre sociedade e natureza (LATOURE, 1997; VIVEIROS DE CASTRO, 1996; BLASER, 2010; ESCOBAR, 2012a,b). Conforme descrito no capítulo anterior, a noção de modernidade para os estudos decoloniais tem uma profundidade histórica interposta com a colonialidade. Os estudos decoloniais não negam a modernidade, mas negam o seu mito fundado no fenômeno exclusivamente europeu que deslegitima o “*resto*”. Assim, para os estudiosos decoloniais o que está em jogo é reinterpretar e reinventar a modernidade a partir de uma enunciação própria, e ao fazerem isso, demonstram que modernidade e colonialidade são indissociáveis. Portanto, desde a perspectiva decolonial, a ontologia moderna não está associada apenas aos processos históricos do colonialismo, mas é uma atitude que traduz permanentemente os efeitos da colonialidade, onde a separação sociedade-natureza é parte constituinte da diferença colonial. Conforme Escobar tem versado, “poderia dizer que com a expansão progressiva das formas dominantes de modernidade, a humanidade



começou sua travessia cultural, existencial e política ao dualismo ontológico [de sociedade e natureza]” (ESCOBAR, 2012a, p. 33, tradução nossa).

No marco crítico da modernidade de Latour (1997), o mito da constituição moderna está na certeza que os modernos têm que sociedade e natureza podem/estão purificadas em zonas ontológicas separadas. Latour, embora não parta da enunciação histórica dos estudos decoloniais<sup>6</sup>, também é um “combatente” do mito moderno, considerando que se o projeto moderno ambiciona a purificação de sociedade e natureza, para ele, esse projeto falhou, e, portanto, trata-se de um mito, pois produz o seu efeito mais indesejável, que é, através de múltiplas práticas de tradução, a criação de híbridos de sociedade e natureza (humanos e não humanos) que se multiplicam a todo momento.

Escobar (2012a) tem se mostrado recentemente mais inclinado à perspectiva latourinana, muito provavelmente influenciado pelo diálogo que tem estabelecido com o antropólogo Mario Blaser, reconhecendo em Latour uma fonte importante de inspiração para pensar ontologias relacionais que se fazem presentes na diferença colonial, mas que são invisibilizadas pela ontologia moderna. Segundo Escobar,

[...] ontologias relacionais são aquelas nas quais os mundos biofísicos, humanos e supernaturais não se consideram como entidades separadas, senão que se estabelecem vínculos de continuidade entre eles...Uma forma mais de se referir ao relacional é que em muitas sociedades não ocidentais ou não modernas, não existe a divisão entre natureza e cultura como a conhecemos, e muito menos entre indivíduo e comunidade – na verdade, não existe o “indivíduo”, mas as pessoas em contínua relação com todo o mundo humano e não humano, e ao longo dos tempos. O humano e o natural formam um mundo (ESCOBAR, 2012b, p. 6, tradução nossa).

A noção de ontologia relacional de Blaser (2010), e que Escobar (2012a, b) tem adotado aliando a perspectiva decolonial, está em equivalência com a perspectiva de simetria da teoria ator–rede (ANT)<sup>7</sup>, pois ambas perspectivas colocam em tensão a ontologia moderna. Nesse sentido, como destaca Blaser (2010), a antropologia simétrica latouriana coloca a modernidade num nível onde diferentes ontologias são possíveis. Desse modo, para empreender ontologias em *ação* no decurso da diferença colonial, toma-se como modelo (método) heurístico a noção de *trabalho de tradução* de Boaventura de Sousa Santos (2006) e redes sociotécnicas da teoria do ator-rede (ANT).

<sup>6</sup> Não dá para desconsiderar o exercício que Latour empreende de dialogar com a “periferia” pensando “mais” a partir dela/com ela, e “menos” a partir do/com o “norte”. O diálogo que tem estabelecido com o antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro para pensar ontologias “não modernas” dos grupos ameríndios da América Latina é axiomático nesse sentido. Latour em uma entrevista declara que olhando o sul fora do norte possibilitou dar atenção para pensar o sul desde o sul.

<sup>7</sup> Em inglês ANT representa a sigla de *Actor-Network Theory*, tendo sua origem no início dos anos 1980 nos trabalhos de Bruno Latour, Michel Callon e John Law.

A noção de trabalho de tradução “visa criar inteligibilidade, coerência e articulação num mundo enriquecido por uma tal multiplicidade e diversidade” (SANTOS, 2006, p.129). Assim, tomando como ponto de partida diferença colonial onde se projetam diferentes projetos ontológicos (de um lado, a ontologia moderna, e de outro, ontologias relacionais), através do trabalho de tradução procurou-se captar as relações e experiências que marcam saberes e práticas que configuram a formação da pluriversalidade ontológica que configura a modernidade no contexto empírico estudado.

Santos (2006) afirma que o trabalho de tradução quem realiza são os próprios atores representantes de grupos sociais, e é através dele que é possível criar justiça cognitiva a partir da imaginação epistemológica e dos diferentes lócus de enunciação dos atores. Ainda de acordo com Santos (2006), a tradução acontece em zonas de contato (que também chama de zonas de fronteira, aproximando-se aqui da perspectiva decolonial), “onde campos sociais, práticas e conhecimentos se encontram, se chocam e interagem” (SANTOS, 2006, p.132). Junto à noção de zona de contato de Santos (2006), articulou-se – na medida do possível – a perspectiva do pensamento de fronteira reivindicada por Mignolo (2003) e Grasfoguel (2010), dando assim relevo aos processos que marcam a gramática da colonialidade (capítulos 3 e 4), mas também a gramática da decolonialidade (capítulo 5) no contexto da diferença colonial.

Em relação às redes sociotécnicas, o seu uso se mostrou apropriado para descrever como a correlação entre purificação e hibridização, que definem diferentes relações entre sociedade e natureza, é colocada em ação, tornando possível o rastreamento dos movimentos dos atores e das controvérsias existentes. Os teóricos da ANT empregam o termo rede sociotécnica para se referir às redes que são constituídas pela associação simétrica de elementos humanos e não humanos (materiais, objetos, artefatos, “natureza viva”). Desse modo, uma implicação importante da rede sociotécnica reside no fato de que se deseja saber o que é transportado entre os pontos, conhecer como são e de que maneira ocorrem os deslocamentos, assim como conhecer a natureza do que se desloca ou é deslocado (CALLON, 2008). O movimento da rede diz respeito à tradução, que para a ANT corresponde à ideia de estabelecer conexão mediante processos que envolvem a comunicação, circulação e transporte. Envolve também a ideia de negociação e deslocamento de interesses, onde os atores (humanos e não humanos) negociam, modificam e deslocam seus vários e contraditórios interesses (CALLON, 1986a; LATOUR, 2000; 2001).

Porém, se o trabalho de tradução, conforme é abordado por Santos (2006), incide sobre saberes e práticas hegemônicas e contra-hegemônicas que estão no seio da modernidade, procurando esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as

diferentes práticas dos atores, o que se verifica é a existência de pontos de contato com a noção de tradução da ANT, pois ambas perspectivas partem do pressuposto de tornar inteligível o protagonismo dos atores no curso das suas ações permeadas por complexas e múltiplas interações. Desse modo, essas perspectivas representam, elas mesmas, o movimento da rede, e coube ao pesquisador autor deste trabalho, mediante o trabalho etnográfico, seguir os atores, identificando os seus movimentos, a definição e associação de elementos para construir e darem sentido ao seu “mundo”. Em suma, partindo do princípio da “potência ontológica” das redes sociotécnicas como capacidade de produzir realidade (MOL, 2007), a noção de rede permitiu dirigir maior atenção ao rastreamento e à formação de atores-redes constituídos por coletivos de sociedade e natureza, enquanto a noção de trabalho de tradução possibilitou realçar com maior evidência a constituição de gramáticas coloniais/decoloniais.

#### **2.4.1 Dos procedimentos de pesquisa**

Bruno Latour, no seu livro “Ciência em ação” (2000), desenvolve, a partir de uma abordagem antropológica, uma perspectiva de estudo da ciência onde a porta de entrada, segundo o autor, deve ser a “porta de trás”, ou seja, a ciência em construção, e não a porta da frente, que conduz à ciência pronta e finalizada. Nesse livro, Latour chama atenção para a problemática das controvérsias que envolvem o campo científico e, um estudo da ciência *em ação*, possibilita identificar como as controvérsias são geradas e quais os caminhos que são percorridos visando solucioná-las.

Latour (2000) considera que em vez de analisar os produtos finais, um computador, a forma de uma dupla hélice, um modelo econômico, deve-se seguir os passos dos cientistas nos momentos e nos lugares nos quais planejam o computador, modificam a estrutura da dupla hélice, desagregam o novo modelo econômico. Desse modo, de acordo com o autor, “vamos dos produtos finais à produção, de objetos estáveis e ‘frios’ a objetos instáveis e mais ‘quentes’” (LATOURE, 2000, p. 39, destaques do autor). Nesse mesmo sentido, afirma Latour,

[...] a grande vantagem de visitar uma obra em construção é que oferece um ponto de vista ideal para observar as relações entre humanos e não humanos. Uma vez que os visitantes têm os pés bem metidos no barro, sentem rapidamente o espetáculo de todos os participantes trabalhando duro no momento (LATOURE, 2008, p. 72, tradução nossa).

Analogicamente ao proposto por Latour em “Ciência em ação”, a abordagem etnográfica aqui empregada procurou acompanhar o “desenvolvimento em ação”, como uma

extensão da modernidade/colonialidade/decolonialidade, de modo a verificar como o desenvolvimento está acontecendo como discurso e prática. Assim, procurou-se identificar como o desenvolvimento “acontece”, “quem” participa dele e quais as controvérsias e divergências existentes.

Adotando os pressupostos de uma antropologia simétrica, buscou-se mapear a rede sociotécnica da modernidade/colonialidade/decolonialidade no contexto empírico foco da análise seguindo os princípios metodológicos propostos por Callon (1986b) e Latour (2000):

- a) *agnosticismo*, que exige a imparcialidade do pesquisador em relação às controvérsias que os atores estão envolvidos, não emitindo julgamento e seu ponto de vista na análise;
- b) a *simetria generalizada*, em que o pesquisador deve considerar que as controvérsias são constituídas pela relação entre elementos da sociedade e elementos da natureza, ou seja, que o tratamento utilizado para a análise da sociedade deve ser também estendido à natureza, natureza e sociedade devendo ser analisadas e descritas da mesma forma e nos mesmos termos;
- c) o princípio da *associação livre* que estabelece que o pesquisador deve abandonar toda a distinção *a priori* entre sociedade e natureza, a divisão entre sociedade e natureza devendo ser considerada como um dos possíveis resultados da análise, e não o ponto de partida do pesquisador.

Segundo afirma Yehia (2007), a ANT cria as condições de possibilidades para exercer a etnografia como uma prática não moderna no sentido de não privilegiar sociedade e/ou natureza, mas concebê-las como coletivos. Para a autora, a ANT possui um caráter performativo, o que implica assumir que a investigação e a realidade se reproduzem mutuamente. Seguindo nesse mesmo sentido, segundo Latour, “A ANT é mais como o nome de um lápis ou um pincel do que o nome de uma forma específica a ser pintada” (LATOUR, 2008, p. 207, tradução nossa). Cabe ao pesquisador, então, rastrear as associações de coletivos de sociedade e natureza, e não privilegiar um em detrimento de outro.

Mas qual a porta de entrada para iniciar o mapeamento de uma rede sociotécnica? Ela reside onde justamente as controvérsias estão em *ação*, ou seja, onde as controvérsias estão acontecendo. Por isso, segundo Latour (2000), o caminho para analisar as controvérsias é seguir o melhor de todos os “guias”: os próprios atores que participam das controvérsias.

Seguir os passos dos atores desde uma perspectiva simétrica representa analisar como os atores “mobilizam o mundo” para “construir o seu mundo” e, por isso, significa ao mesmo tempo “dar voz aos atores”, deixando-os falar. Nesse sentido, Latour (2008) considera que a

tarefa de definir e ordenar o social deve deixar-se aos próprios atores, e não ao pesquisador, afirmando que “os atores sabem o que fazem e nós temos que aprender com eles não apenas o que eles fazem, mas também, como e por que fazem determinadas coisas” (LATOURE, 1999, p.19, tradução nossa).

Desse modo, é necessário abandonar a pretensão de que existe uma superioridade do discurso e do pensamento do etnógrafo sobre a fala e o pensamento do “nativo”, conforme sugere Viveiros de Castro (2002). Trata-se, ao contrário, de levar a sério o que dizem os “nativos” sobre o que fazem, e não propor uma interpretação do pensamento do “nativo”, mas experimentar com ele o “mundo possível que seus conceitos projetam” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 123).

Essa é uma perspectiva radicalmente distinta de uma descrição densa conforme se observa na antropologia interpretativa de Geertz (1989), em que o antropólogo é o tradutor dos significados do “nativo” e responde por ele. Portanto, procurou-se apreender o ponto de vista das categorias dos sujeitos “nativos” na construção das suas alteridades, colocando sob suspeita os pontos de vista do pesquisador. Significou, desse modo, entender que o mundo que estava sendo mobilizado e construído pelo “nativo” independia da inserção e presença no campo do pesquisador.

#### **2.4.2 Encontrando uma porta de entrada na rede**

No início do doutorado, ainda no período que estava cursando disciplinas entre 2010 e 2011, realizei algumas visitas à região Alto Camaquã como parte de pesquisas exploratórias. Nesse período ainda não tinha elementos que pudessem compor e sustentar uma problemática de pesquisa e, assim, as pesquisas exploratórias (três no total) possibilitaram reunir alguns “acontecimentos” visando à construção da problemática de pesquisa e a compor o quadro epistemológico da tese. No desenrolar dessa fase inicial, onde todo pós-graduando tenta “encontrar” uma pesquisa (definir o empírico, problemática, teoria, metodologia), os primeiros contatos que passei a estabelecer com os estudos decoloniais, realmente me impediam de olhar o desenvolvimento da região como algo sintomático de “falta” ou que precisasse de alternativa.

Nesse período da pesquisa exploratória, acompanhava por intermédio da mídia e de mensagens de e-mail trocadas entre o grupo de atores do “Projeto Alto Camaquã” (em seguida retornarei a esse ponto), que estavam em efervescência na região discussões envolvendo a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Rio Camaquã, o

plântio de eucaliptos e a expansão da soja. Abaixo reproduzo algumas das mensagens de e-mails que travavam discussões sobre as notícias que se alarmavam à época sobre a construção das PCHs. A mensagem que desencadeou a troca de e-mails tinha como título “Destruição do Rio Camaquã, fim do Rio Camaquã”. Abaixo são reproduzidas algumas trocas de mensagens que demonstram posições contrárias a desenvolvimento relacionado à construção de PCHs no Rio Camaquã.

### **Mensagem 1: Destruição do Rio Camaquã, fim do Rio Camaquã**

Prezados,

Corre a notícia de que está em andamento projeto para a construção de 13 barragens no rio Camaquã. Trata-se de PCHs e obras de apoio. Eu não gosto nem de falar no assunto. Só de pensar que depois de 3 anos construindo junto a região uma ideia de que o futuro passa pela integração do desenvolvimento e a conservação ambiental e de repente tudo pode ser destruído por uma ação de fora para dentro onde os interesses regionais são solenemente ignorados, me causa profunda indignação. Enquanto avançamos na ideia do desenvolvimento endógeno somos ameaçados por uma ação totalmente exógena, alienígena. Andei conversando com algumas pessoas, incluindo membros do executivo municipal do território e agentes privados, e tenho a nítida impressão que tal medida não atende os interesses de ninguém na região.

Quero defender a imperiosa necessidade de mobilizarmos os interesses regionais em defesa dos recursos naturais que são os maiores ativos que temos para a construção de um futuro promissor. Precisamos de uma posição em bloco, envolvendo os diferentes setores da política e da economia, enfim uma verdadeira mobilização social. Devemos propiciar que cada segmento torne transparente suas posições sobre estas questões. Se alguém a favor de este tipo de desenvolvimento obsoleto, que usará nossa região apenas como suporte para gerar riquezas em outras partes enquanto ficamos apenas com os resíduos, com as externalidades negativas, que assuma perante todos. Se a maioria for contra este tipo de projeto então façamos valer nossa posição.

Conclamo a todos para se manifestarem, para mobilizar pessoas, para cobrar uma posição dos administradores públicos e, finalmente, para denunciar a apropriação de nossos recursos sem a participação regional.

Vamos a luta pelo direito de ter um futuro que nos interessa. Se a questão for produção de energia o fundamental é saber energia para que e para quem?

(Mensagem original de pesquisador da Embrapa- Bagé, 24 de novembro de 2010).

### **Mensagem 2: Resposta a mensagem 1**

Caros

Esse debate das fontes alternativas esta caloroso, oportuno. Em muitas falas nota-se a preocupação com o que pensa o poder público constituído na região, assistimos algumas manifestações contrarias no caso dos eucaliptos, eu particularmente ouvi discursos calorosos de gestores públicos contrários as florestas, bem chegaram as empresas começaram seus trabalhos e parece que algo amorteceu as posições dos políticos, em muitos planos diretores de municípios poderiam ter constado limites aos avanços das florestas, mas não foi o que se viu.

Agora a bola da vez é o Rio Camaquã, com sua exuberância de quem pode falar e sentir, verdadeiramente se conhece e vive o Rio e do Rio.

De fato é uma luta que exige muita estratégia, pois é muito desigual. O apelo para a morte do Rio Camaquã não pode parar... Ou achamos um jeito de mobilizar o povo e sai um barulho bem grande, ou vamos ficar assistindo a banda passar, aliás já esta passando, e nossos campos nativos que os digam. A continuar essa onda de "*progresso*" que hora nos rodeia, sobrá pouca coisa desta banda. (Mensagem original de representante regional da SDR, grifos no original, 15 de dezembro de 2010).

### **Mensagem 3: Resposta às respostas**

Prezados

O município de Piratini é oficialmente contra a iniciativa de PCHs no Rio Camaquã, por entender que o rio em sua forma original gera mais riqueza ao município e ao estado do que sendo utilizado para gerar insignificantes watts de energia. Chamamos atenção para alteração de todo ambiente regional, inclusive, temperatura e chuvas.

Seria interessante que cada um de nós através de seus conhecimentos técnicos ou pessoais pontuasse os tipos de prejuízos que as PCHs podem causar a região. Com bastante subsídio a ADAC se compromete a criar uma carta de intenções para ser assinada pelas prefeituras que forem contra a iniciativa.

Vamos testar nosso poder de mobilização? (Mensagem original de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Piratini e presidente da ADAC, 16 de dezembro de 2010).

Percebi que existia uma controvérsia evidente em torno da temática do desenvolvimento no Alto Camaquã, e, que, a partir disso, já se desenhava o “esboço” de uma rede sociotécnica com a definição de alguns humanos e não humanos participantes, e que, os últimos (o “Rio Camaquã”, o “campo nativo”, a “paisagem”), estavam mobilizando os

primeiros, os quais se constituíam em porta-vozes<sup>8</sup> do segundo. Essa rede, embora fosse um “esboço”, naquele momento me permitiu identificar uma porta de entrada no caminho das controvérsias do desenvolvimento na região Alto Camaquã, bem como identificar possíveis caminhos que seriam trilhados visando seguir os atores no desenrolar das controvérsias.

Iniciei a pesquisa de campo no dia 01 de julho de 2012, finalizando em 20 de dezembro do mesmo ano. A “sede” da pesquisa foi o município de Bagé, pois se tratava do local onde se localizava a Embrapa, a Emater regional e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) regional, que naquele momento representavam importantes interlocutores. Além disso, Bagé, por ser o maior município da região, facilitaria o deslocamento para outros municípios da região, pois as distâncias entre eles são grandes, e nem todos os municípios possuem ônibus intermunicipais. Por exemplo, para chegar ao município de Piratini, tive que me deslocar até Pinheiro Machado e lá tomar outro ônibus para Piratini, percorrendo o interior dos dois municípios. Da mesma forma, para se deslocar até Santana da Boa Vista, foi necessário, primeiramente, ir até Caçapava do Sul e trocar de ônibus.

Cheguei em Bagé em uma noite de domingo chuvosa e fria de inverno acompanhada do “cortante” vento minuano<sup>9</sup>, típico da região. Nesse ano, a região enfrentava uma seca histórica que iniciara no verão e se estenderia ao outono e inverno e, por uma feliz coincidência, minha chegada à região foi recepcionada por uma chuva que, naquele momento, parecia ser também histórica. No caminho da viagem de táxi até a igreja São José, local que ficaria hospedado, o taxista comentava com um tom jubiloso e com um sotaque fronteiriço que “deu uma chuva de 90mm, mas ainda falta muita chuva para acabar com a seca em Bagé”. Aquele frio “cortante” na pele, o sotaque do taxista e o pastel que comprei na rodoviária para a janta, reavivaram lembranças de outros tempos que morei em Bagé, pois foi ali que vivi por oito anos, desde meu primeiro emprego em uma fazenda como técnico agrícola, até, posteriormente, a conclusão do curso de graduação em biologia. Mas eu sabia que por mais que o familiar pudesse, a princípio, facilitar o cotidiano na pesquisa de campo (me refiro aqui à operacionalização da pesquisa – hospedagem, deslocamento, contatos), era necessário torná-lo estranho de modo a criar as condições para o exercício do princípio do agnosticismo, e assim, ter consciência que um mundo desconhecido e imprevisto, que ainda estava por se apresentar na pesquisa, fosse realmente desconhecido e imprevisto para mim, e não como algo “natural”. Procurei, nesse sentido, seguindo Da Matta (1978), superar minhas representações e substituí-las por questões relacionais do universo de pesquisa.

---

<sup>8</sup> De acordo com Latour (2000, p.119), “o porta-voz é aquele que fala em nome do que não fala”.

<sup>9</sup> Minuano é o nome do vento de origem polar, característico do Uruguai, Argentina e da região sul do Brasil.



Os primeiros contatos foram mediante conversas com pesquisadores e técnicos da Embrapa, Emater e SDR, interlocutores do “Projeto Alto Camaquã” (PAC). Assim, como se mostrará em maiores detalhes no capítulo 5, não se trata de um projeto de pesquisa, como o nome pode sugerir, mas de um movimento de ação coletiva de atores locais que têm representado um processo de resistência contrária às práticas desenvolvimentistas que se intensificaram na região nos últimos anos. O Projeto Alto Camaquã tomava força local no sentido de trazer para o debate questões do desenvolvimento, o que tornava emergente processos contestatórios.

Assim, ao abordar o tema do desenvolvimento na região do Alto Camaquã percebi que existiam muitas controvérsias e conflitos em aberto envolvendo disputas sobre noções, discursos e práticas do desenvolvimento, inclusive entre os atores partícipes do Projeto Alto Camaquã. Aos poucos comecei a perceber que a problemática do desenvolvimento no Alto Camaquã constituía um tabuleiro onde os jogadores disputavam diferentes visões que envolviam formas de relação com a natureza, e que isso perpassava diretamente pelas formas de produção de base familiar – que daqui em diante passarei adotar o termo “pecuária familiar” –, seguindo a expressão que é utilizada pelos atores locais. Ou seja, os pecuaristas familiares, como principal representação social e produtiva da região Alto Camaquã, se encontravam sujeitos às maiores consequências dos efeitos das PCHs, mas também expansão do cultivo da soja e do reflorestamento.

Passei a “seguir” alguns dos atores institucionais (Embrapa, Emater, SDR) no curso de suas atuações cotidianas, mas precisei ter paciência para encontrar o momento certo e a forma certa de me aproximar de todos os atores, pois o contexto das controvérsias do desenvolvimento no âmbito do Projeto Alto Camaquã era permeado por relações conflitivas. Ao levar a sério a tentativa de compreensão do desenrolar das controvérsias, percebi que passei a “ser afetado” no sentido atribuído por Favret-Saada (2005), não implicando que tenha me colocado no lugar e me identificado com o ponto de vista dos atores que estava seguindo, mas que fui atingido “em cheio” e estava vivendo com eles as suas experiências na mesma intensidade das forças que lhes afetavam. Aos poucos fui sentindo que havia um “nativo relativo”, conforme Viveiros de Castro (2002), pois os atores que eu estava seguindo, também me seguiam com seus olhares, conversas e perguntas sobre o que estava fazendo. Como realça Wagner (2010), somos todos antropólogos, “nós” e “eles”. Realmente passei a ser reconhecido, e até certo ponto parecia ser difícil fazer os atores seguidos entenderem que eu me colocava em uma situação agnóstica. Andar seguindo por muito tempo os mesmos atores despertava interesses e desconfiança de tantos outros.

Por isso, a medida em que outros atores eram observados em meio as controvérsias, passei a segui-los, e a rede foi se expandindo e ganhando novos formatos. Tornava-se evidente quem era contrário, quem era “favorável” e quem era favorável (sem aspas) ao Projeto Alto Camaquã, ou, a outras visões de desenvolvimento fora do Projeto, e que essas diferentes posições estavam presentes no interior das mesmas organizações.

A observação participante, enquanto uma extensão do método etnográfico, foi o principal método de coleta das informações, com registro dos dados através do diário de campo. De acordo com Angrosino (2009), a observação participante não é propriamente uma técnica de coleta de dados, mas sim o papel adotado pelo etnógrafo para facilitar a sua coleta de dados. Assim, a observação *in loco* permitiu um envolvimento com os diferentes atores, apreendendo suas representatividades e seus pontos de vida.

Além disso, a pesquisa etnográfica se apoiou amplamente na pesquisa documental (e-mails, relatórios de pesquisa, textos impressos de jornais), o que tornou possível a observação dos percursos dos atores pelas “palavras”, além das narrativas que marcaram a formação histórica da região do Alto Camaquã. O uso de entrevistas semi-estruturadas se mostrou complementar à observação participante. Abaixo é apresentado o quadro com relação das entrevistas realizadas.

**Quadro 1 - Relação das entrevistas realizadas na pesquisa de campo - 2012**

Entrevista	Município	Organização/instituição	Cargo/ocupação
1	Bagé	Embrapa	Pesquisador
2	Bagé	Embrapa	Pesquisador
3	Bagé	Embrapa	Pesquisador
4	Bagé	Embrapa	Pesquisador
5	Bagé	Embrapa	Pesquisador
6	Bagé	Embrapa	Pesquisador
7	Bagé	Emater - Regional	Extensionista
8	Bagé	Emater - Regional	Extensionista
9	Bagé	Emater - Municipal	Extensionista
10	Caçapava do Sul	Emater - Municipal	Extensionista
11	Pinheiro Machado	Emater - Municipal	Extensionista
12	Bagé	Secretária Desenvolvimento Rural - RS	Dirigente regional
13	Bagé	Prefeitura Municipal	Prefeito
14	Bagé	Prefeitura Municipal	Secretaria desenvolvimento econômico
15	Bagé	Prefeitura Municipal	Acessor Secretária
16	Santana da Boa Vista	Prefeitura Municipal	Vice-prefeito
17	Pinheiro Machado	Prefeitura Municipal	Prefeito
18	Pinheiro Machado	Sindicato trabalhadores rurais	Presidente
19	Bagé	Sindicato trabalhadores rurais	Presidente
20	Lavras do Sul	Sindicato trabalhadores rurais	Presidente
21	Santana da Boa Vista	Sindicato trabalhadores rurais	Presidente
22	Bagé	Fetag	Vice-presidente estadual
23	Piratini	ADAC	Presidente
24	Caçapava do Sul	Associação de produtores	Associado
25	Pinheiro Machado	Associação de produtores	Presidente
26	Pinheiro Machado	Associação de produtores	Presidente
27	Pinheiro Machado	Associação de produtores	Presidente
28	Pinheiro Machado	Associação de produtores	Associado
29	Pinheiro Machado	Associação de produtores	Associado
30	Pinheiro Machado	Associação de produtores	Associado
31	Pinheiro Machado	Associação de produtores	Associado
32	Pinheiro Machado	Associação de produtores	Associado
33	Pinheiro Machado	Associação de produtores	Associado
34	Piratini	Associação de produtores	Presidente
35	Piratini	Associação de produtores	Presidente
36	Piratini	Associação de produtores	Associado
37	Piratini	Associação de produtores	Associado
38	Piratini	Associação de produtores	Associado
39	Encruzilhada do Sul	Associação de produtores	Presidente

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A sistematização das informações das entrevistas e do caderno de campo foram realizadas com o auxílio dos *Softwares* Microsoft Word e Excel, para posterior análise do conteúdo. A análise do conteúdo das informações qualitativas, tratou de montar um corpo de representações discursivas, verificando a produção e circulação dos discursos, e como esses discursos marcam acontecimentos em relação as experiências históricas dos sujeitos, e dão sentido para as ações do presente.

### 3 COLONIALIDADE E MATRIZ DO PODER NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

A história é uma instituição que legitima o relato dos sucessos ao mesmo tempo em que silencia outros relatos, entre eles os que narram o silenciamento de outras histórias (MIGNOLO, 2007, p. 54, tradução nossa).

Este capítulo tem por objetivo analisar os processos que marcam a formação histórica do Alto Camaquã desde uma perspectiva da colonialidade. Três eixos de análise orientarão as discussões:

- a) entender a história não somente pela narrativa da modernidade, mas também pela colonialidade, ou seja, desde a perspectiva da modernidade/colonialidade;
- b) enfatizar como a historiografia é narrada de dentro da modernidade; e
- c) sublinhar que a dominação colonial foi sendo assumida como categoria de significação a-histórica, ou seja, como fenômenos concebido como natural e não da história do poder.

#### 3.1 O PONTO DE PARTIDA: “DESCOBRIMENTO” DA AMÉRICA E A FORMAÇÃO DA COLONIALIDADE NO SISTEMA-MUNDO MODERNO/COLONIAL

Ao se analisar o processo de constituição da história da região Alto Camaquã, é necessário localizá-la no contexto histórico mais geral de formação do sistema-mundo moderno/colonial e da “invenção” da América Latina. Há um processo hegemônico de interpretação da história brasileira e latino-americana que tende a localizar a história no contexto da modernidade, sem que a categoria colonialidade seja considerada como seu elemento constitutivo. Assim, o que se observa é uma historiografia linear, no horizonte da modernidade eurocêntrica, que oculta os efeitos perversos das diferentes maneiras como a colonialidade do poder se manifestou na constituição das histórias locais e regionais. Isso se deve ao fato de que a história moderna hegemônica é descrita e teorizada de *dentro* do sistema moderno-colonial, fazendo parte desse processo a imensa maioria do pensamento social latino-americano, que, ao contar a sua própria história, não se desvincula da herança colonizante. Desse modo, ao se assumir a modernidade como ponto de partida, a narrativa moderna tem ocultado as histórias produzidas a partir das *margens*.

É vasta a literatura que interpreta a formação do sistema colonial mundial, porém, tais interpretações assumem diferentes lócus de análise. Cabe destacar a importância do pensamento do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein a partir da década de 1970.

Este passou a analisar o capitalismo mundial interpretando-o enquanto um sistema mundo-moderno. Situado no campo de análise do capitalismo histórico, para Wallerstein (1988) a gênese do capitalismo está localizado na Europa do final do século XV, expandindo-se com o tempo para o resto do mundo. Assim, o sistema mundo-moderno nasce da consolidação de uma economia mundial na medida em que o capitalismo europeu começa a se expandir.

Apesar da análise do sistema mundo-moderno de Wallerstein evidenciar as perversidades e desigualdades da economia mundial expansionista, o autor concebe o sistema-mundo em termos de centro, semiperiferia e periferia, o que representa três unidades hierárquicas ordenadas no sistema-mundo moderno estruturadas pela economia capitalista, sendo a América considerada a primeira periferia da Europa (MIGNOLO, 2003). Essa perspectiva wallersteiana do sistema-mundo moderno, ao considerar o colonialismo enquanto relações desiguais estabelecidas no caminho entre centro e zonas periféricas, acabou sendo alvo de certas críticas do pensamento decolonial, pois o *locus* de enunciação de Wallerstein está situado no interior da modernidade, e não nas suas margens. Nesse sentido, por exemplo, Mignolo afirma que “minha amistosa separação de Wallerstein é motivada por sua perspectiva braudeliana que ainda se mantém eurocentrada e olha desde o centro capitalista até a periferia e semi-periferia” (MIGNOLO, 2005, p. 61, tradução nossa).

Mignolo (2001; 2003; 2005), ao contestar a noção de sistema mundo-moderno de Wallerstein (1974), considera que sua perspectiva articula-se a partir da própria modernidade eurocêntrica, e não da relação modernidade/colonialidade. Mignolo (2003), discordando de Wallerstein, propõe a noção de sistema-mundo moderno/colonial, justamente por entender que não é possível pensar a modernidade sem a colonialidade. Assim, Mignolo (2003) entende o sistema mundo moderno/colonial como fronteiras externas e internas, e não como centros, semiperiferias e periferias, pois as fronteiras internas e externas não são entidades distintas, mas momentos dentro de um *continuum* na expansão colonial e nas mudanças das hegemonias imperiais. Nesse sentido, Mignolo afirma:

A decisão de acomodar minha argumentação dentro do modelo mundial colonial/moderno, e não numa cronologia linear, partindo da modernidade inicial para o moderno e a modernidade tardia, foi impulsionada pela necessidade do mapeamento geoistórico ocidental. A densidade geoistórica do sistema mundial colonial/moderno, suas fronteiras internas (conflitos entre impérios) e externas (conflitos cronológicos) não podem ser percebidas e teorizadas em uma perspectiva interior à própria modernidade (como é o caso da análise do sistema mundial, da desconstrução e diferentes perspectivas pós-modernas) (MIGNOLO, 2003, p. 65-66).

Partindo da crítica produzida por Mignolo, mas se estendendo ao grupo MCD, a noção original de sistema-mundo moderno de Wallerstein é reconfigurada para sistema-mundo moderno/colonial, e, assim, ao remeter o entendimento da modernidade e da história colonial, o grupo MCD procura evidenciar o seu lado invisível, que é a colonialidade e a diferença colonial. Assim, a formação do sistema-mundo moderno/colonial denuncia a lógica da história colonial forjada pelo colonialismo europeu de expansão para as zonas “descobertas” do mundo, tendo Espanha e Portugal como os primeiros protagonistas a partir dos séculos XV-XVI.

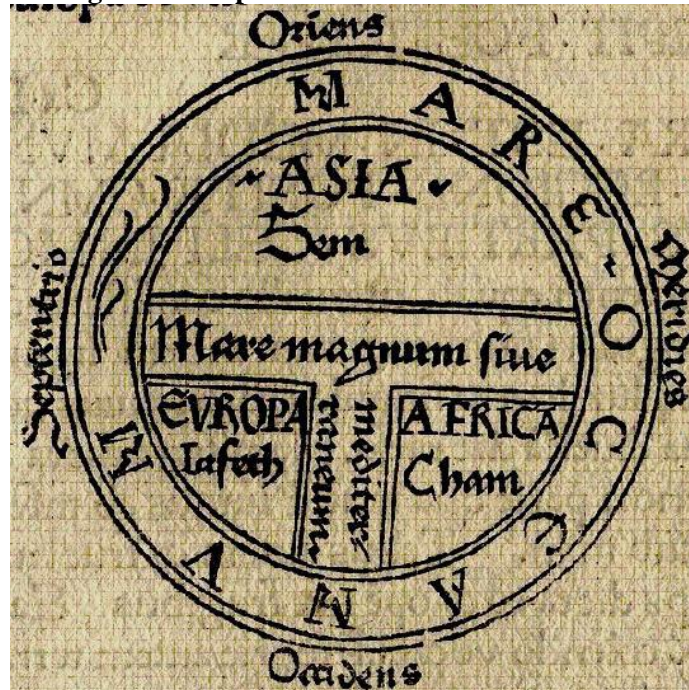
O que hoje é conhecido como América é uma invenção histórica ligada a uma subdivisão do mundo pelo colonialismo europeu. O livro “La idea de America Latina”, de Walter Mignolo (2007), é referência obrigatória produzida pelo pensamento decolonial para o entendimento das histórias silenciadas no percurso histórico da formação da América, demonstrando que sua invenção está ligada a uma ideia pertencente ao tempo e ao espaço na formação do sistema-mundo moderno/colonial. Assim ainda, conforme Mignolo (2007), a América nunca foi um continente a ser descoberto, senão uma invenção forjada durante o processo de expansão e consolidação das ideias e instituições ocidentais.

Nesse mesmo sentido, segundo afirma Quijano (1992), a América teve um papel decisivo na formação do sistema mundo-moderno e na própria formação e expansão da economia capitalista europeia. Para o autor, a América não se incorporou a uma economia-mundo já existente, ao contrário, essa economia-mundo se constituiu a partir do “descobrimento” da América. Esse fenômeno de “descobrimento” da América é parte integrante da modernidade, e para os estudiosos decoloniais esse processo deve ser considerado tão importante quanto a revolução francesa e a revolução industrial são para os europeus (MIGNOLO, 2007; GRASFOGUEL, 2010).

Portanto, o “descobrimento” da América está ligado ao expansionismo da cosmologia eurocristã e representa o surgimento de um quarto continente em um mundo que, até então, era tripartido e compreendia Ásia, África e Europa (MIGNOLO, 2007). Seguindo os preceitos do cristianismo, a partição do mundo era estabelecida em três partes, sendo cada parte dedicada aos três filhos de Noé (MIGNOLO, 2003; 2007). Na base dessa partição, a Ásia cabia a Sem, a África a Cam e a Europa a Jafet, conforme pode ser observado no mapa cristão

T/O referente ao século XIII (ou IX), criado pelo arcebispo espanhol Isidoro de Sevilha (Figura 4)<sup>10</sup>.

Figura 4 - Mapa cristão T/O de Isidoro Sevilha



Fonte: Mignolo (2007).

Na genealogia que Mignolo (2003; 2007) descreve da formação do sistema-mundo moderno/colonial, é no quadro de divisão do mundo inicialmente proposto por Isidoro Sevilha que a América surge como um quarto continente nos mapas traçados por Gerardus Mercator (1542) e Abraham Ortelius (1575). No entanto, a “certidão de nascimento” da América é considerada o mapa criado em 1507 pelo cartógrafo alemão Martin Waldseemüller (Figura 5).

O mapa de Waldseemüller é o primeiro registro em que o nome América surge para designar o novo continente “descoberto”, ou o “novo mundo”. A história cronológica do “descobrimento” da América é amplamente analisada e descrita, e os fatos históricos principais do “descobrimento” remetem ao navegador Cristovão Colombo, que primeiramente, de forma “acidental”, chegou ao novo mundo em 1492, acreditando ter atingido a Índia. Porém, o nome “América” é uma homenagem que Waldseemüller fez à Américo Vespúcio, navegador e comerciante que explorou o novo mundo a partir de 1499 a serviço da Espanha, onde afirmava que as terras alcançadas por Colombo se tratavam de um novo continente até então desconhecido (LESTER, 2009).

<sup>10</sup> Neste mapa, o “T”, horizontalmente, representa os rios Don e Nilo que separavam África, Europa e Ásia e, verticalmente, o mar Mediterrâneo, indicando o leste. O “O” que circula o “T” representa a ideia medieval de um mundo cercado pela água, ou seja, significa um oceano circundante (MIGNOLO, 2003).



**Figura 5 – Primeiro mapa mundial criado por Martin Waldseemüller, em 1507**



Fonte: UNESCO (2012).

Se para a narrativa moderna o que hoje se conhece por América é o resultado da primeira expansão comercial europeia, para Quijano (2005) e Mignolo (2007) o que ficou legitimado como “descobrimento” da América está associado ao genocídio e subordinação das populações ameríndias.

A narrativa modernizante do “descobrimento” posicionou (e posiciona) a Europa como o centro do mundo, e não considerou a existência dos povos originários que habitam a região. Portanto, até o começo do século XVI (antes de 1492), a América não estava representada em nenhum mapa mundial, e conforme Mignolo (2003; 2007), esse continente recebia pelos povos originários outras designações, como Tawantisuyu, Anáhuac e Abya-Yala. Segundo o autor (2007), com a chegada dos europeus ocorre uma subordinação das histórias e cosmologias dos povos que viviam no vale de Anáhuac (território Asteca) e Tawantisuyu (território Inca).

Ainda de acordo com Mignolo (2003), na estrutura comercial mundial existente entre os séculos XIII e XIV as principais rotas comerciais eram formadas por oito circuitos de comércio que interligavam Europa, África e Ásia. É com o “descobrimento” e o processo de colonização da América que surge o circuito comercial do Atlântico, e outros dois circuitos comerciais “ocultos” das narrativas eurocêntricas são incluídos. O primeiro circuito tinha seu centro em Anahuac (hoje México e América Central), e o segundo Tawantinsuyu (hoje Equador, Colômbia, Bolívia, Peru, Chile e norte da Argentina).

O historiador mexicano Edmundo O’Gorman publicou na segunda metade do século XX o livro a “Invenção da América”, desmantelando a noção europeia de descobrimento da América, afirmando que o que ficou conhecido como descobrimento da América se trata de uma invenção carregada de intencionalidade, e não meramente um descobrimento físico e material realizado por casualidade. Para O’Gorman (1977), o “descobrimento” da América é uma invenção ocidental que releva a imposição do modo de vida do dominador/descobridor europeu em relação ao dominado/descoberto selvagem. Portanto, não existia um continente pré-existente a chegada de Cristovão Colombo em 1492, e o “descobrimento” de um novo mundo só existiu na imaginação dos europeus, sendo constituído na negação dos sentidos e significados do outro, ou como afirma Dussel (1993), no encobrimento do outro.

Inspirando-se na ideia de *invenção* de O’Gorman, para Mignolo (2003; 2007) a formação da América é pertencente a constituição de um imaginário histórico do sistema-mundo moderno/colonial. Nesse imaginário, a América foi concebida como o novo mundo “descoberto” e, diferentemente da Ásia e África, foi incluída como parte da extensão da Europa, e não como sua diferença (MIGNOLO, 2003, p. 91). Nesse sentido, Mignolo afirma:

O Imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias (MIGNOLO, 2005, p. 38).

A construção desse imaginário do sistema-mundo moderno/colonial está representado no que Mignolo (2003, p. 49) chamada de “discurso sobrepujante do ocidentalismo”, sendo o “descobrimento” da América a sua parte constituinte. A América, então, foi concebida como extensão da terra de Jafé (Europa) e colocada como referência ao ocidentalismo, pois, segundo este autor, no mapa T/O cristão o único lugar disponível para América era o domínio de Jafé, isto é, o Oeste (Ocidente).

O “descobrimento” da América ligado ao imaginário ocidental eurocêntrico e à experiência colonial, produziu o sujeito colonial. Restrepo e Rojas (2010) afirmam que tanto o colonizador como o colonizado são sujeitos coloniais produzidos na situação colonial, no entanto, essa relação vincula silenciamento, racismo e inferiorização do *outro*, do primeiro sobre o segundo (MIGNOLO, 2003; MIGNOLO, 2007; GROSGOUEL, 2010; MALDONADO-TORRES, 2010), como é o caso que será analisado nas próximas seções em relação à experiência colonial na região Alto Camaquã.

A análise da produção do sujeito colonial tem sua gênese nas obras de Frantz Fanon e Aime Césaire, autores clássicos do colonialismo que evidenciaram as diferentes formas como

o colonialismo se manifestou, tanto no domínio das práticas como dos discursos coloniais. Especialmente, o pensamento de Franz Fanon tem orientado de maneira mais incisiva os percursos teóricos do coletivo MCD<sup>11</sup>. Articulando as expressões existenciais do colonialismo, Fanon (1963) retratou a experiência racial enquanto um processo que se legitimou sob o signo da violência (material e simbólica) e a inferiorização do *outro*. Fanon acabou influenciando amplamente o pensamento decolonial não somente pela crítica contundente que faz ao colonialismo, mas também, e sobretudo, pelas possibilidades de pensar o processo de descolonização. Assim, o colonialismo tratado por Fanon foi reconfigurado pelos autores decoloniais para retratar as condições de existência da colonialidade.

Nesse sentido, Quijano (2005), inspirado nos escritos anticoloniais de Fanon, sublinha o carácter constitutivo da colonialidade na América Latina como o estabelecimento fundamental de um novo padrão de poder que vincula, por um lado a noção de raça inferior e, por outro, em torno do capital, o controle e exploração do trabalho, dos seus produtos e recursos. Na primeira situação, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação e está fundada nas diferenças de estruturas biológicas de conquistadores e conquistados, o que produziu na América identidades sociais historicamente novas, como *índios*, *negros* e *mestiços* (QUIJANO, 2005). O segundo caso, com as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça, cria-se uma sistemática divisão racial do trabalho no contexto da nova estrutura global de controle do trabalho (capitalismo mundial), onde é incluído a escravidão, a servidão e a produção mercantil. Aos brancos europeus (raça dominante), afirma Quijano (2005), era concedido o direito de receber salário e serem produtores independentes de mercadorias, e os negros, índios e mestiços – raças inferiores-, foram reduzidos à escravidão. Portanto, a ideia de raça enquanto sistema de classificação social legitimou, em um primeiro momento, as conquistas europeias que definiram a matriz de poder colonial e, à medida em que a colonização se consumava baseada em critérios classificatórios inferiores x superiores, primitivo x civilizado, se tornou um dispositivo permanente de legitimação da colonialidade. Essas questões são tratadas a seguir.

---

<sup>11</sup> A influência do pensamento de Fanon também é observada entre os estudiosos pós-coloniais, como é o caso de Bhabha (1998), Hall (2003) e Spivak (2010).

### 3.2 “TERRA DE NINGUÉM”: COLONIALISMO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO RIO-GRANDENSE

O “descobrimento” do Brasil envolveu a imposição do imaginário do sistema-mundo moderno/colonial pelo colonialismo europeu, e foi proclamado a partir de um intenso processo de dominação e subalternização das populações ameríndias originárias que viviam na América. Essas populações que aqui viviam foram denominadas pelo colonizador Cristovão Colombo de índios, em referência ao fato de imaginar que havia chegado as Índias Ocidentais na sua expedição de 1492. Os índios foram estereotipados nas iconografias e relatos dos colonizadores como bárbaros, pagãos e selvagens, sendo elevados à categoria de raça inferior em relação ao branco europeu (CUNHA, 1993; RAMINELLI, 1996).

O etnocentrismo colonial passou a marcar o exercício pleno da colonialidade do poder e do ser, pois de acordo com Quijano (2005), a ideia de uma raça inferior foi assumida pelos colonizadores como principal elemento constitutivo das relações de dominação que a conquista do “novo mundo”. Ainda de acordo com Quijano (2005), a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes do “descobrimento” da América, e foi responsável por produzir identidades sociais historicamente novas, como índios, negros e mestiços.

Nesse mesmo sentido, segundo Grosfoguel (2012), a categoria “índio” inventada pelos europeus, constituiu uma nova invenção identitária que homogeneizou a heterogeneidade de intensidades e foi o primeiro debate racista da história do sistema-mundo moderno. Para o autor, a pergunta se os “índios” teriam ou não alma é uma pergunta racista, que remetia à questão se eram humanos ou animais, e no imaginário cristão não ter alma justificava aos olhos de Deus escravizá-los e tratá-los como animais.

No decurso do “descobrimento” do Brasil, a ocupação europeia e a formação do território que ficou conhecido como Rio Grande do Sul deu-se tardiamente em relação a dinâmica colonial do restante do Brasil. O “descobrimento” tardio do Rio Grande do Sul no século XVI é tratado pela historiografia como se houvesse algum tipo de anomalia, pois o contexto de análise recai sobre as implicações negativas que esse “atraso” histórico teve sobre a inserção do estado na economia mercantil europeia e, posteriormente, na formação tardia do capitalismo.

Assim, o que se verifica é uma narrativa apegada à ideia de continuidade a uma origem essencialista da modernidade euro-ameriocêntrica que subsiste ao tempo. Com o propósito da produção de verdades, as narrativas produzidas, ao abordarem a colonização,

fazem-na acriticamente, pois mesmo referindo que aqui viviam “índios” antes da chegada dos colonizadores, esses eram “seres selvagens”, e assume-se que a presença indígena era nefasta ao processo civilizatório europeu. O que se extrai como condição precípua da narrativa colonial é que os sujeitos coloniais subalternos – índios, negros, camponeses – são elevados à condição de povos sem lugar, sem história e sem futuro.

Mesmo à época da chegada dos europeus o território que ficou conhecido como Rio Grande do Sul ser ocupado há mais de oito mil anos por ameríndios pertencentes a diferentes grupos (KUHN, 2002; SCHMITZ, 2006), a interpretação da historiografia clássica que o território em questão era um “espaço vazio”, formado por terras devolutas, ou seja, “terras de ninguém”. Lamentavelmente é praticamente ausente a existência de produções textuais e iconografias produzidas pelos grupos ameríndios, o que tornam rarefeitos os estudos que mencionam a presença indígena enquanto sujeitos históricos. Por essa razão, com o silenciamento das vozes indígenas nas narrativas coloniais e “pós-coloniais”, o exercício hermenêutico que se empreende aqui é historicizar alguns dos acontecimentos que marcam a historicidade dos coletivos ameríndios que habitavam a região de estudo desta tese.

A narrativa colonial produzida por viajantes, jesuítas, militares, governantes da época silenciou a voz dos sujeitos subalternos – índios, escravos, camponeses -, e a historiografia contemporânea, marginaliza a presença desses sujeitos na formação da matriz cultural do estado. Conforme bem pondera a historiadora Eliane Fleck (2006), na historiografia tradicional o índio normalmente é mencionado nas obras em um capítulo inicial, geralmente intitulado “os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul”, no qual é analisado uma espécie pré-história indígena.

O projeto colonial no Rio Grande do Sul envolveu acirradas disputas territoriais entre Portugal e Espanha, e no meio dessa linha de “fogo cruzado”, se encontravam as populações ameríndias. As primeiras tentativas de integração dos ameríndios ao projeto colonial ocorreram por intermédio da cristianização executada pelos missionários espanhóis jesuítas. A primeira fase de “civilização” jesuítica iniciou em 1626 com a fundação da redução de São Nicolau, criando a província que ficou conhecida como Tape, atual região noroeste do Rio Grande do Sul. Em 1682, com a finalidade de fortalecer a presença espanhola no território “descoberto”, os jesuítas ampliam o povoamento por meio da fundação de novas reduções que ficaram conhecidas como os Sete Povos das Missões<sup>12</sup>. A presença dos jesuítas foi motivada

---

<sup>12</sup> A partir de 1682 no noroeste do Rio Grande do Sul são fundados os Sete Povos das Missões. Estas reduções que completaram o projeto missionário dos Trinta Povoados, dispostos como as contas de um rosário, ao longo

como estratégia de defesa dos interesses da Espanha em garantir a ocupação e colonização dos limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, entre Portugal e Espanha. Esse Tratado definia, em meio a um ambiente diplomático instável, a partilha entre as terras “descobertas” no *novo mundo*, já que Portugal contestava os limites definidos por Cristóvão Colombo e, reivindicando a sua revisão, novos limites territoriais foram estabelecidos. Essas experiências envolveram índios guaranis. Os jesuítas tinham como principal objetivo no “novo mundo” a difusão da fé católica.

Assim, o território que hoje constitui o Rio Grande do Sul pelo Tratado de Tordesilhas pertenceu a Espanha por um longo período até o estabelecimento do Tratado de Madri, em 1750, o qual, na tentativa de dirimir os conflitos territoriais, revogou o Tratado anterior redefinindo novos limites pertencentes as duas monarquias ibéricas. Desse modo, o Tratado de Madri estabeleceu a permuta da Colônia de Sacramento<sup>13</sup>, pertencente à Portugal, pelo território que correspondia a sete missões jesuíticas espanholas – os Sete Povos das Missões – (NEUMANN, 2000), o qual abrangia uma extensa área do que hoje corresponde ao noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

O Tratado de Tordesilhas foi revogado e se estabeleceu o Tratado de Madri (1750), que tinha por objetivo a redefinição dos limites territoriais ocupados pelas coroas ibéricas. Mas o Tratado de Tordesilhas em nada alterou a lógica colonial, ao contrário, acentuou a colonialidade do poder e do ser, pois a “ferida” colonial, como diz Mignolo (2007), já estava instaurada. No *continuum* colonial, a partir desses primeiros eventos históricos constituídos no novo mundo, o olhar do colonizador sobre o *outro* produziu e seguiu reproduzindo ao longo e depois do período colonial indivíduos inferiores. Como construção histórica, a inferiorização do *outro* se essencializou como regime de verdade e se instaurou nas práticas discursivas das narrativas coloniais e “pós-coloniais”.

Nesse sentido, o padre jesuíta Antonio Sepp elaborou uma das narrativas históricas mais perversas de subalternização das populações indígenas do Rio Grande do Sul. Figura oponente nas reduções jesuíticas, Sepp (1980) considerava que os índios eram dotados de falta de civilidade, elevando-os a uma condição de bárbaros e animais selvagens. Como bem afirma Gambini (1988, p. 143), “na mente de um jesuíta seiscentista o indígena era mais um animal do que um ser humano”, e nesse sentido, Sepp construiu uma imagem

---

da Província do Paraguai, foram fundados: São Borja (1682); São Nicolau, São Miguel e São Luiz Gonzaga (1687); São Lourenço (1691); São João Batista (1697); Santo Ângelo (1706).

<sup>13</sup> Na fronteira imprecisa estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, Portugal tinha interesse em expandir suas fronteiras de colonização em direção ao Rio da Prata, e, em 1680 fundou a Colônia de Sacramento (atual Uruguai), situada estrategicamente na margem oposta à cidade de Buenos Aires, fundada pelos espanhóis em 1535.

depreciativa dos índios, pois a pedagogia “civilizatória” jesuítica, ao tentar impor o imaginário cristão, significou um processo de negação das crenças e do imaginário ontológico indígena.

Nessa mesma linha das representações do novo mundo produzidas pelo colonizador, o viajante naturalista francês Auguste Saint-Hilaire percorreu o estado do Rio Grande do Sul entre 1821 e 1820, e, em sua obra, também se observam registros depreciativos e negativos em relação ao índio. Referindo-se à população indígena, afirmava que “a civilização não foi feita para índios, pois está inteiramente fundada na ideia do futuro, que lhes é absolutamente estranha” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 332). Nos registros de Saint-Hilaire, a presença dos grupos ameríndios é tratada como problemática, pois esses indivíduos dificilmente teriam condições de acompanhar o progresso civilizatório à luz do imaginário europeu<sup>14</sup>.

Ao observamos a questão indígena na contemporaneidade, facilmente se observa regimes enunciativos apegados a continuidade histórica. Os conteúdos e significados do imaginário colonial seguem sendo reproduzido pelo sujeito *crioulo* de origem europeia, forjado pelo imaginário do regime colonial. Retratando essa questão para a região do Alto Camaquã, na obra do historiador bajeense Attila Taborda (1959) se observa o escrutínio enraizado nos padrões do pensamento euro-ameriocêntrico. Trata-se de uma história de “acumulação linear” em que Taborda (1959) reitera as imagens coloniais anteriores depreciativas sobre as populações ameríndias, protagonizando uma narrativa que cria um *não lugar* aos povos autóctones que viviam na região, o que é uma demonstração legitimatória da persistência da colonialidade no período contemporâneo. Segue um trecho que retrata essa questão em sua obra:

Vivamos por um instante aquela época longínqua, esconsa em meio as brumas cinéreas do passado, perdida entre as páginas amareladas do velho livro dos tempos, em que Bajé ainda não existia e nestas plagas verdoengas onduladas de coxilhas, bordadas de pequenas matas, só se ouvia a sinfonia triste do murmurar choroso do arroio, do cântico do, pássaros silvestres, entrecortada pelo uivo das feras e pelo grito selvagem dos autóctones... Contemplemos, pois, senhores, esta vasta região ao tempo em que aqui ainda nem existia o aldeamento indígena... eis, porém que chega o dia em que *o primeiro civilizado se atreve a penetrar esta região ignota* (TABORDA, 1959, p. 6, grifo nosso).

Nessas situações aqui destacadas, tanto a partir das narrativas coloniais de Sepp e Saint-Hilaire, como a narrativa contemporânea de Taborda, as menções aos grupos ameríndios intercorrem através da sua deshistoricização, estigmatização e inferiorização.

---

<sup>14</sup> As narrativas coloniais são encontradas em outros viajantes-expedicionários, como Nicolas Dreys, Arsene Isabelle.

Assim, a questão que se coloca é que não se trata apenas de perceber a violência imposta aos indígenas pelo projeto ontológico moderno euro-ameriocêntrico como exclusiva a narrativa pretérita do período colonial, mas também conceber a forma profunda e duradoura de como a colonialidade do poder e do ser segue potente nas versões contemporâneas das narrativas modernas.

Os indígenas que habitavam o Rio Grande do Sul no período colonial pertenciam a diferentes grupos ameríndios, sendo eles designados como Charrua, Minuano, Guarani e Kaingang, e a região que hoje corresponde ao Alto Camaquã, era habitada no período colonial pelos grupos indígenas Charruas, Minuanos e Guaranis (Figura 6).

**Figura 6 - Mapa com localização dos grupos ameríndios no período colonial**



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptada de Flores (2007).

Cada grupo habitava regiões diferentes, e por conta disso, viveram experiências de cooptação e subjugação particulares e, em momentos distintos, no contato com os colonizadores europeus. Aqui não se tem a pretensão de uma análise que explore por completo o conjunto dessas experiências no período colonial. Cabe mais particularmente identificar alguns dos processos que marcaram a experiência colonial com os grupos ameríndios que habitavam a região Alto Camaquã e os seus remanescentes, muito embora, para tanto, se faça necessário, por momentos, remeter ao contexto mais geral envolvendo a história colonial do estado. Porém, é importante ficar claro que o interesse não está em destacar a cronologia dos fatos, mas evidenciar os campos de possibilidade que permitem revelar os acontecimentos que marcaram processos perversos de depreciação e obliteração desses grupos indígenas.



De acordo com Becker (2002), os Charruas e Minuanos se localizavam na região sudoeste e sudeste, na altura dos rios Ibicuí e Camaquã, com extensões para o Uruguai e pequena porção do nordeste do território argentino. Segundo a autora, os Charruas ocupavam mais a região oeste do estado, próximos as margens do rio Uruguai, e os Minuanos a região leste, nas áreas que compreendem hoje a lagoa dos Patos, Mirim e Mangueira, com extensão até Montevideu. No entanto, as áreas ocupadas pelos grupos Charruas e Minuanos estabeleciam relações territoriais não circunscritas às delimitações geográficas estabelecidas pelos/entre os ibéricos. Isso significa que as experiências coloniais desses indígenas se confundem entre os limites territoriais estabelecidos por Portugal e Espanha, pois não havia um “cordão de isolamento” na fronteira impedindo o deslocamento dos grupos ameríndios. No entanto, mesmo assim os registros históricos apontam para o fato que os Minuanos, situados mais a leste, tiveram maior contato com os portugueses, enquanto os Charruas com os espanhóis (BECKER, 2002; LAROQUE, 2011).

Se os indígenas Guaranis foram mais plausivelmente envolvidos aos processos de aldeamento e cristianização, por outro lado os Charruas e Minuanos não se deixaram submeterem a esses processos, e por conta disso eram considerados índios “infieis”. Segundo alude Garcia (2007), os jesuítas empregavam a categoria “infel” para designar os índios que não aceitavam as tentativas missionárias de conversão cristã.

As disputas entre portugueses e espanhóis envolvendo a demarcação de território atingiu boa parte dos Charruas e Minuanos, produziu mudanças fundamentais em todo território indígena e empreendeu eventos violentos, pois essas populações não se submeteram às reduções/missões jesuíticas (LAROQUE, 2011). Nesse mesmo sentido, na região que compreende o Alto Camaquã, os registros históricos apontam que as investidas jesuíticas foram ocasionais, mas se acredita que em 1683 os missionários jesuítas, deslocando-se de Buenos Aires, fundaram uma redução nas proximidades do atual município de Bagé, e dois anos depois, em 1685, os índios charruas expulsaram os padres jesuítas e destruíram a redução, pois não aceitaram as tentativas de aldeamento e imposições do cristianismo (ROTERMUND, 1981; LUCAS; LOPES, 2011).

A medida que as coroas ibéricas foram se estabelecendo no decorrer dos séculos XVIII e XIX, esses grupos ameríndios foram sofrendo um processo de aculturação e ao mesmo tempo sendo acuados, e viram os espaços para sua sobrevivência diminuírem. Decorre desse quadro que a introdução do gado pelos jesuítas no século XVII atinge e altera profundamente o seu modo de vida, pois como eram caçadores, a caça ao gado passa ser a principal (mas não exclusiva) estratégia desempenhada para a alimentação (BECKER, 2006). Com isso,

deflagrou-se intensos e violentos conflitos entre esses indígenas e os colonizadores por disputa de território, pois com o fim do Tratado de Madri, as coroas ibéricas empreenderam um acelerado processo de ocupação do território por meio da distribuição de terras aos colonizadores – se voltará a essa questão na próxima seção. A partir de então, iniciou-se a instauração da propriedade privada em território espanhol e português, e assim, o território indígena foi ocupado definitivamente. Segundo Becker (2002), o gado efetivamente passa ser posse exclusiva das propriedades privadas que se formavam, e esses grupos indígenas não viriam outra saída senão roubar a sua alimentação, o que provoca uma violenta reação da população branca.

A constituição dos impérios coloniais espanhol e português foi pontuado, inicialmente, por práticas etnocidas de negação do *outro* envolvendo esses grupos ameríndios, porém, a “desobediência” indígena despertou a ira dos colonizadores que colocaram em prática uma verdadeira máquina genocida de destruição das populações ameríndias. Os registros mais memoráveis de violentas perdas de vidas em conflitos entre colonizadores e indígenas estão relatados nos massacres genocidas de Salsipuedes (1831) e Mataojos (1832), ocorrido no que hoje é o território uruguaio (VIDART, 2006; AGUIAR; AROCENA, 2007; PICERNO, 2009). Estima-se que entre 400 e 500 índios foram mortos nesses genocídios (AGUIAR; AROCENA, 2007), e os poucos sobreviventes foram submetidos aos efeitos contínuos de etnocídio, como afirma o antropólogo uruguaio Daniel Vidart (2006), onde mulheres e seus filhos foram separados por determinação do governo imperial, além de muitos outros sobreviventes serem aprisionados e incorporados às cidades para fins diversos ou encaminhados às estâncias para trabalho como peões (BECKER, 2002). Além disso, dentre os sobreviventes, cinco índios charruas foram levados para Paris em 1933, transformados em objetos de estudos científicos e exibidos em um zoológico como seres “exóticos-selvagens”, revelando uma atuação legítima da colonialidade do ser protagonizada pelo branco europeu.

O percurso colonial de ocupação do “novo mundo” era justamente colocar fim a uma etapa “pré-civilizatória” marcada pela presença das populações autóctones, e por um longo tempo, a historiografia acreditou na completude desse ideário colonialista, pois apontava que os Charruas foram totalmente extintos enquanto grupo social. Porém, no período mais recente, estudos históricos e antropológicos têm apontado a existência de descendentes Charruas tanto no Uruguai (GARCIA; MILDNER, 2012), como no Rio Grande do Sul (BECKER, 2006; SILVA, 2008; VÍCTORA, 2011; ACUAB; VICTORA; LEITE, 2013), o que tem sido permitido construir uma outra narrativa desde a perspectiva do subalterno. Atualmente existe um grupo de Charruas remanescentes de Salsipuedes e Mataojos que vive em Porto Alegre, na

Aldeia Polidoro. Esses Charruas são oriundos da região das missões do Rio Grande do Sul, e apenas recentemente – em 2007 - foram reconhecidos como etnia indígena pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (SILVA, 2008). Como forma de recuperar parte da história invisibilizada pela historiografia oficial, Acuab, Victora e Leite (2013) reconstróem a narrativa desses Charruas, tendo como principal interlocutora Acuab, a cacique-geral do Povo Charrua do Rio Grande do Sul. A cacique Acuab – que é a primeira autora da publicação - narra um episódio que transcorreu pelo reconhecimento étnico dos Charruas da Aldeia Polidoro:

Juntamos todo o povo em reunião e fomos em muitos lugares. Lá nos perguntavam:  
 Eles: Vocês são índios?  
 Nós: Sim.  
 Eles: Vocês são Kaingangs? São Guaranis?  
 Nós: Nós somos Charruas.  
 Eles: Mas os Charruas não existem.  
 E isso doía muito em nós, porque nós temos cultura, idioma, temos as rezas dos meus pais... Meu povo Charrua tem idioma e cultura (ACUAB; VICTORA; LEITE, 2013, p. 198).

Verifica-se na citação acima que, ao dar voz à cacique Acuab, deixando-a falar, o que se extrai como uma questão fundamental é uma narrativa que emerge do *outro* excluído, onde Acuab intercruza espaço e tempo de uma narrativa *nativa* subalterna que não tem correspondência com a lógica persistente de uma colonialidade do ser que perdura em atos contemporâneos de negação e subalternização. Violência que também aparece viva na história oral dos Mbyá na atualidade.

Assim, mesmo com forças (epistêmicas, políticas, sociais, econômicas) inversas legitimadoras da colonialidade, a remanescência dos Charruas aponta para desafios de reparação dos erros cometidos pela historiografia que muito tempo apagou esses ameríndios enquanto grupo social. De modo a eliminar a apreensão rasa de que o subalterno não fala, a citação da cacique Acuab é a expressão clara de um *agenciamento* subalterno, e o que ser chamar a atenção é para a necessidade do perscruto ininterrupto da revisão das experiências pretéritas das narrativas locais – e aqui se refere particularmente a região Alto Camaquã – de modo que seja possível reescrevê-las enquanto um história legível que demonstre a existência e permanência da práxis da matriz colonial do poder.

Do lado dos Guaranis e sua relação com o empírico deste trabalho, esses indígenas também sofreram com os efeitos perversos do colonialismo. Não foram poupados pelas frentes colonizadoras, sendo expropriados de seus territórios e submetidos mais intensamente a relação de “civilização” europeia, quando comparados com os Charruas e Minuanos, e os

próprios Kaingang. Inseridos no corolário do Tratado de Madri, acordado entre as coroas Ibéricas, os Guaranis reagiram a ordem de transmigração dos Sete Povos das Missões que determinava o deslocamento para o lado estabelecido em acordo espanhóis e portugueses, e a insurgência maior ficou conhecida como a “guerra guaranítica” (1753-1756). O estopim para o confronto foi a oposição dos Guaranis às demarcações das áreas definidas pelo Tratado de Tordesilhas, sendo que em 1753, as comissões demarcadoras tiveram sua passagem impedida em Santa Tecla (atual município de Bagé), terras pertencentes a estância das missões de São Miguel (GOLIN, 2012).

De maneira a garantir a efetividade dos seus interesses na demarcação territorial, as coroas Ibéricas se coligaram frente à resistência indígena, e os Guaranis insurretos foram dizimados na batalha de Caiboaté, em 1756 (atual município de São Gabriel), onde aproximadamente 1500 índios foram chacinados. (NEUMANN, 2000; GOLIN, 2012). Independentes dos conflitos envolvendo disputas territoriais entre as coroas ibéricas, as configurações históricas de adesão das populações ameríndias aos cânones modernos do processo “civilizatório” euro-amerocêntrico ocorreram por parâmetros de hierarquização (“inferiores”, “superiores”) e classificatórios (“rudes”, “selvagens”, “bárbaros”, “arcaicos”) dessas populações autóctones, mediados por implacáveis genocídios.

Aos ameríndios Guaranis que sobrevieram ao processo colonial, a questão que se coloca não é quantificar quantos deles sobraram, mas é indagar o que sobrou para eles (Guaranis), pois com o fim do colonialismo, a colonialidade permanece intocada. Nesse sentido, no município de Caçapava do Sul, atualmente cerca de 13 famílias de Guaranis da Aldeia Irapuá vivem às margens da BR 290 em uma área de 1,5 hectares, reivindicando a demarcação de suas terras há mais de 30 anos (LIEBGOTT, 2010). “Reduzidos” às margens de suas terras sagradas, esses Guaranis vivenciam uma trama de conflitos por direitos com os fazendeiros locais, onde o que está em jogo é uma disputa ontológica produzida numa situação de *fronteira* histórica, a partir de quem *fala* e se *situa* “dentro” e “fora” da modernidade. Ou seja, as formas de ser e estar no mundo não são equivalentes, pois os Guaranis da Aldeia Irapuá reproduzem relações sociocosmológicas tempo-espacial onde natureza e cultura se equiparam num plano simétrico de incorporação do seu território (SILVA, 2013), e o encontro com o sujeito *crioulo* europeu projeta uma situação de continuidade colonial de negação do *outro*, privação do patrimônio cosmoecológico e desterritorialização.

### 3.3 ORIGEM E CONSTÂNCIA DAS *MINORIAS*. A CONSOLIDAÇÃO DO LATIFÚNDIO PASTORIL SULINO

De forma a garantir a efetividade das possessões definidas pelo Tratado de Madri, Portugal instaura uma política diligente de ocupação do território do “novo mundo” conquistado. A formação da propriedade privada é um dos conteúdos principais da formação histórica do Rio Grande do Sul e basilar no que se refere aos percursos da reprodução da matriz colonial do poder. Nesse contexto histórico, a colonialidade do poder que presidiu a instauração do mundo colonial e provocou a dizimação das populações ameríndias, segue potente, incorporando, para tanto, novas formas de atuação e vitimando outros sujeitos coloniais, como negros e camponeses.

Para consolidar seus interesses políticos e econômicos, a coroa portuguesa adota o incentivo à ocupação do território, transpondo de Portugal o modelo de concessão de sesmarias<sup>15</sup> a partir da terceira década do século XVIII, em áreas originalmente ocupadas pelas populações ameríndias, o que provocou uma mudança radical na estrutura agrária e demográfica do Rio Grande do Sul. É consenso na matriz da historiografia rio-grandense que as sesmarias eram terras devolutas (FERREIRA-FILHO, 1958; FREITAS, 1980; PESAVENTO, 1980; FLORES, 2007), o que torna emblemático a aceitação da espoliação ameríndia enquanto uma contingência histórica colonial, e não como um fato que significou a introdução de técnicas de subordinação e controle colonial. Como as sesmarias desempenhavam um papel mais geopolítico de defesa do território do que propriamente uma função produtiva, os contemplados eram, principalmente, militares que prestaram serviços a coroa portuguesa, mas, também, tropeiros e alguns imigrantes açorianos.

As propriedades privadas formadas mediante as concessões de sesmarias passaram a ser designadas de *estância* (OSÓRIO, 1999), e nascia, assim, a figura do *estancieiro*, proprietário da terra assim constituída (VIEIRA; RANGEL, 1993). Assim, o território reivindicado por Portugal passa ser adotado e celebrado pela elite *criolla* emergente e, sintomático disso, com a formação das estâncias se estabelece e se cristaliza as estruturas do colonialismo interno inscritas no mundo moderno/colonial que seguem reproduzindo a colonialidade do poder.

Assim, a gênese do latifúndio no Rio Grande do Sul está na concessão de sesmarias, sendo que cada uma tinha o tamanho de três léguas de campo, o que equivalente a 13.068

---

<sup>15</sup> A concessão de sesmaria passou a ser usada pela Cora portuguesa a partir do século XIV como instituto jurídico que concedia títulos legítimos de propriedade privada da terra em Portugal.

hectares, e foram doadas 1656 sesmarias no período de 1738 a 1823 (OSÓRIO, 2013). Em muitas ocasiões, os sesmeiros recebiam mais de uma sesmaria e, para se ter ideia dos disparates da concentração de terra, de acordo com Osório (2005) havia uma estância com 22.869 hectares, outra com 43.560 hectares, e outra com 69.969 hectares, a qual tinha cerca de 12.000 cabeças de gado. Mas para a autora, nenhum caso se equipara ao coronel Rafael Pinto Bandeira, que tinha 12 estâncias espalhadas em diferentes regiões, entre elas, em Encruzilhada do Sul e no atual município de Pinheiro Machado (à época Piratini), e, no final do século XVIII era considerado o estancieiro mais rico do território do Rio Grande.

A imensa maioria das sesmarias foi concedida na porção mais ao sul do Rio Grande do Sul, em áreas formadas por vastos campos de pastagens naturais que possibilitavam condições propícias à criação de gado<sup>16</sup>. Em relação a região Alto Camaquã, segundo os registros históricos apurados que marcam a distribuição de sesmarias, em Bagé as primeiras concessões iniciaram em 1801 aos militares que participaram da conquista do forte de Santa Tecla (ROTERMUND, 1981)<sup>17</sup>; em Caçapava do Sul em 1780 (ABRÃO, 1992), Piratini, em 1789 (ALMEIDA, 1969), e em Encruzilhada do Sul, em 1771 (RIBAS; MIGUEL, 2005)<sup>18</sup>.

Portanto, uma das expressões máximas do exercício pleno do colonialismo e, posteriormente, da colonialidade do poder, deu-se por meio da concentração de terra. Uma estatística de 1785 indica que mais de 50% das propriedades possuíam área superior a 1000 hectares, 37,5% possuíam área superior a 5000 hectares, e as propriedades com menos de 50 hectares representavam apenas 6,54% (ZARTH, 2002). Na região Alto Camaquã, acompanhando o restante do Rio Grande do Sul colonial, se formou uma estrutura agrária de dois polos: de um lado, os latifundiários que dominavam a formação agrária, e, de outro, a

---

<sup>16</sup> Um adendo importante na história. Como já bem documentado pela historiografia, o gado foi introduzido pelos jesuítas espanhóis no século XVII durante a formação da redução de Tape, tendo como função principal garantir a alimentação das reduções. Por volta de 1640, as reduções jesuíticas foram invadidas por bandeirantes paulistas em busca de mão de obra escrava indígena, que eram vendidas aos senhores de engenhos de açúcar da região sudeste do país. Por conta disso, os jesuítas, juntamente com os indígenas Guaranis, abandonaram as reduções e refluíram para as reduções do Paraguai que pertencia a Espanha, regressando em 1682 (PESAVENTO, 1980; FLORES, 2007). A maior parte do gado não foi levada pelos jesuítas e, até o regresso destes, em 1682, o gado se disseminou pelos campos naturais da época, formando um rebanho colossal de animais que ficou conhecido como Vacaria do Mar, à época localizada no atual litoral sul e região centro-sul do Rio Grande do Sul. Segundo Zarth e Gerhardt (2009), o gado trazido pelos colonizadores deu origem ao gado *crioulo*, com características próprias e adaptado às condições naturais locais, e esteve de forma predominante nas estâncias até o século XX. A partir de então, a presença humana e do gado num mesmo espaço natural, se estabeleceram relações complexas entre homem e natureza, as quais, como será evidenciado no transcórre da tese, não foram rompidas até os dias atuais.

<sup>17</sup> O Forte de Santa Tecla foi fundado em 1774 pelos espanhóis no contexto da invasão da Espanha (entre 1763 a 1776) que visava expulsar os portugueses da região onde atualmente é o município de Bagé.

<sup>18</sup> Durante o período que marca as concessões de sesmarias, os municípios de Pinheiro Machado, Lavras do Sul e Santana da Boa Vista não eram emancipados, sendo os dois primeiros pertencentes a Caçapava do Sul, e o segundo a Piratini.

população *camponesa* que se fixava nas *margens* dos primeiros. Por exemplo, em Bagé na metade do século XIX, segundo mostram Zarth e Gerhardt (2009), mais de 90% da área do município pertencia a proprietários com mais de 1.000 hectares e 73,43 % com mais de 5.000 hectares (Tabela 2).

**Tabela 1 – Estrutura fundiária do município de Bagé – 1855**

Grupo de área (ha)	Número de registro	Área em hectares	% da área
Até 50	41	644	0,09
51-100	13	972	0,13
101-500	43	9.048	1,21
501-1000	8	4.799	0,64
1001-5000	62	183.807	24,5
5001-10000	30	211.905	28,23
Mais de 10000	19	339.193	45,2
Sem indicação	70	-	-
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>1616</b>	<b>100</b>

Fonte: Zarth e Gerhardt (2009).

Ao se retratar a existência de pequenos agricultores no Rio Grande do Sul, ainda hoje, a historiografia tradicional associa-os à colonização de imigrantes europeus alemães (a partir de 1824), italianos (a partir de 1875), poloneses e russos (início da década de 1900) que se estabeleceram nas zonas de “matas”, e torna invisível a presença de um contingente de camponeses que se constituíam como *minoría* no/do período colonial, concomitantemente ao latifúndio pastoril. No entanto, uma recente e renovada historiografia dos estudos agrários do Rio Grande do Sul tem chamado a atenção para a existência e participação de pequenos agricultores na formação social no período colonial (OSÓRIO, 1999; ZARTH, 2002; GARCIA, 2005; FARINATTI, 2010; FERNANDES, 2012).

Desse modo, a formação agrária do Rio Grande do Sul mostra-se mais complexa do que simplesmente imaginar que a mesma se constituiu exclusivamente por latifundiários. A formação de pequenas propriedades ocorreu, principalmente, a partir da diáspora colonial de camponeses portugueses transmigrados das ilhas de Açores na segunda metade do século XVIII, e, de acordo com Zarth (2002), esses imigrantes foram “recrutados” na Europa para se tornarem pequenos proprietários de terra no “novo mundo”. É importante mencionar que alguns açorianos foram incorporados como soldados na defesa das terras portuguesa, e também receberam concessão de sesmarias, surgindo o “açoriano-estanceiro” (BARROSO, 2011).

No entanto, o que se quer sublinhar é que o acesso à terra pela imensa maioria dos *camponeses açorianos* envolveu um processo marcado pela exclusão social no contexto da formação agrária. Uma das formas de acesso à terra foi através da concessão de “data de terra”, o que equivalia ao máximo de 272 hectares, sendo que, em geral, as concessões foram de 130 hectares, ou seja, cem vezes menos que as sesmarias (OSÓRIO, 2008). A usurpação de terras era prática contumaz, onde muitas famílias de açorianos foram expropriadas de suas terras por estancieiros e incorporadas à já grande propriedade, com posterior sujeição à compra ou arrendamento (OSÓRIO, 2008; BARROSO, 2011). Segundo demonstra Osório (2008), apenas 31% dos *camponeses* do período colonial foram contemplados com terras, e havia um contingente de produtores “sem-terra” distribuídos entre arrendatários e os que “viviam de favor”, e outros, em meio aos elevados preços da terra, em alguma medida, conseguiam obter terra mediante a compra. Portanto, a expansão e consolidação das grandes propriedades se dava em detrimento da exclusão e marginalização de pequenos *camponeses*, restando a esses, nada muito do que se estabelecerem na periferia geográfica, social e econômica da elite *criolla* que tinha “fome de terra”.

A presença açoriana no Rio Grande do Sul formou um corredor leste-sul de ocupação, e teve grande influência na formação social dos municípios do Alto Camaquã (BRASIL, 2005; BARROSO, 2011), constituindo, ao longo do tempo, uma produção de base familiar nos interstícios dos espaços do latifúndio pastoril. Os interstícios significam, entre outros aspectos, que restou para esses *camponeses* se estabelecerem nos mais longínquos rincões, regiões *marginais* de difícil acesso, formadas por relevo de serra (“acidentado”), afloramento de rochas e presença maciça de cobertura vegetal arbórea/arbustiva (Figuras 7 e 8). Como os estancieiros consideravam essas áreas impróprias para a atividade pecuária, em contraste, suas propriedades estavam localizadas em regiões formadas, na sua maior parte, por áreas de pastagens naturais.

Nessas regiões periféricas, se constituíram comunidades rurais ligadas por laços de parentesco, que levam o nome que faz referência ao sobrenome das famílias, como Serra dos Pereira, Rincão dos Mouras, Rincão dos Dutras, no município de Santana da Boa Vista; Rincão dos Francos, Rincão do Alves, no município de Bagé; Rincão dos Machados, Rincão dos Pereira, no município de Encruzilhada do Sul, em Caçapava do Sul.

Essa situação de marginalização de acesso à terra que se formara como contingência histórica do colonialismo, impediu muitos pequenos produtores de adquirirem uma pequena nesga de terra, criando um contingente importante de homens “livres pobres”, conforme expressão usada por Maestri (1984). Para esses homens não restou muito a não ser viver de



favor de parentes, ou aventurar-se como homens errantes e se estabelecerem como “agregados” e trabalhar como peões nas estâncias (MAESTRI, 1984; OSÓRIO, 2006; FARINATTI, 2008; GARCIA, 2010). Como demonstra Farinatti (2008), uma parte importante de peões era formada por pequenos produtores com propriedade constituída, mas por disporem de áreas pequenas, buscavam complementar suas atividades não trabalho assalariado, mesmo se submetendo ao regime opressor do estancieiro.

**Figura 7 - Vista da região do Rincão dos Francos, Bagé, RS**



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

**Figura 8: Casa remanescente do século XIX em ruína. Rincão dos Dutras, Santana da Boa Vista, RS**



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A subalternização dos ameríndios e *campesinos* que presidiu a instauração do sistema-mundo moderno-colonial, marcou também experiências envolvendo a população negra. No entanto, até as últimas décadas do século XX, a historiografia rio-grandense não reconhecia, ou minimizava a presença dos negros na formação social do estado. As primeiras narrativas descritas por viajantes naturalistas e por intelectuais republicanos-positivistas do século XIX e início do século XX, afirmavam e enalteciam que a formação social do Rio Grande do Sul se deu a partir de uma democracia racial-pastoril<sup>19</sup>. Ao asseverar que existia uma relação afável entre senhores e escravos, essas narrativas suavizavam ou retiravam a escravidão da ótica dominadora da elite *criolla*. As narrativas dos naturalistas franceses Auguste de Saint-Hilaire e Nicolaus Dreys descreveram

[...] não há, creio, em todo o Brasil, lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximos deles e, tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade, não é mal vestido, não andam a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, cousa mais sadia que fatigante (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 47).

Os negros trabalhadores dos estabelecimentos industriais do Rio Grande recebem abundância de mantimentos, estão bem vestidos conforme a exigência de estação, bem tratados nas suas doenças e é isso justamente o que quer o negro (DREYS, 1961, p. 167).

<sup>19</sup>Entre eles estão Alcides Mendonça Lima (História Popular do Rio Grande do Sul, de 1882); Joaquim Francisco de Assis Brasil (História da república rio-grandense, de 1882); João Cezimbra Jacques (Costumes do Rio Grande do Sul, de 1883); Dante de Laytano (O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul, de 1937). Para uma análise completa e crítica desses autores, ver Maestri (2006).

José Salis Goulart (nascido em Bagé) foi um importante intelectual da elite pastoril do início do século XX, e publicou, em 1927, o livro *A formação do Rio Grande do Sul*<sup>20</sup>, seguindo na esteira da afirmação da existência de uma democracia pastoril que demonstrava o caráter benigno da escravidão, ou seja, a tese da “escravidão feliz”, como se refere Maestri (2006). Goulart (1933) afirmava que a estância e o latifúndio constituíam a unidade orgânica da sociedade do Rio Grande do Sul, e que a simplicidade e generosidade do estancieiro fazia com que os escravos daqui fossem mais bem tratados do que outras regiões do Brasil. No entanto, o que ganha realce na obra de Goulart são as suas formulações raciais, pois segundo Maestri (2006, p.72), Goulart foi um apoiador das teses racistas da época, empreendendo uma “verdadeira limpeza étnica na formação étnico-social sulina”, defendendo uma posição de um ideal de “branqueamento” da sociedade rio-grandense. Nesse sentido, afirmava Goulart (1933, p.130)

Não há como negar, entretanto, a vantagem que teve o Rio Grande do Sul o fato de ser sempre aqui o coeficiente branco maior do que o negro e o índio. Isso contribuiu para que os aspectos da nossa história se tenham desenvolvido com aquela fisionomia, podemos dizer europeia, cheia de humanismo, de generosidade... Por esse motivo, os elementos superiores puderem sempre guiar para o bem os inferiores, evitando que estes se desmandassem, enquadrando-os dentro de objetivos perfeitamente sociais.

Fanon (1963) chamava a atenção de que os discursos de inferiorização dos colonizados imposto pelo colonizador, são incorporados e reproduzidos nos próprios referenciais culturais do colonizado. É nesse sentido que a narrativa de Goulart (1933) acima apresentada, vincula a deslegitimação do outro, denotando um estatuto de superioridade racial do branco europeu da sociedade rio-grandense em relação ao negro.

Quijano (2005) destaca que a classificação social em torno da ideia de raça é um dos eixos fundamentais do padrão de poder que expressa a experiência básica da dominação colonial, outorgando legitimidade às relações impostas pelo colonizador, mas que tem provado ser duradouro mesmo com o fim do colonialismo. Verifica-se, portanto, através do discurso de Goulart, como a colonialidade do poder e do ser sobreviveram ao colonialismo, reproduzindo a ideia de existência de uma raça inferior subalternizada por uma violência epistêmica imposta pela raça “superior”. No plano da classificação social que fala Quijano (2005) sobre a ideia de raça, Mignolo (2007, p.43, grifos do autor) permite completar essa ideia, afirmando que a classificação racial “não consiste simplesmente em dizer que “é negro ou índio, portanto, é inferior”, senão em dizer “não é como eu, portanto, é inferior”.

---

<sup>20</sup> O livro de Goulart foi premiado pela Academia Brasileira de Letras.

A partir da década de 1960 passou a se constituir uma importante trajetória de estudos sobre escravidão no Rio Grande do Sul, que se fez mais visível e “encorpada” quando comparada aos estudos indígenas. O trabalho de tese de Fernando Henrique Cardoso, publicado em 1962, dando um tratamento sociológico de “fôlego” ao tema da escravidão, foi importante para questionar alguns pressupostos envolvendo a escravidão no trabalho das charqueadas, no entanto, o autor não se desprende da modernidade/capitalismo como um projeto totalitário. Cardoso (2003) se mostrou pouco interessado no trabalhador escravo, e mais interessado em uma narrativa “materialista”, tratando de evidenciar o papel do escravo na organização econômica e social da sociedade capitalista rio-grandense dos séculos XVIII e XIX. Concorde-se com Maestri (2006) que considera que Fernando Henrique Cardoso, mesmo criticando a democracia pastoril, o seu interesse estava em analisar os empecilhos postos pela escravidão na produção charqueadora, como uma forma de capitalismo incompleto ao desenvolvimento da economia moderna. Na leitura de Maestri (2006), a fusão do marxismo, das teses weberianas e do funcionalismo, fez com que Cardoso definisse o negro como uma espécie de protagonista impotente, ignorando-o como protagonista do passado sulino.

Em meio a uma historiografia “sulina” assentada na sua maioria nas premissas da modernidade euro-amerocêntrica, o historiador Mario Maestri se desvirtua dessa narrativa leviana, e funda sua historização denunciando o caráter dominante da produção escravista sustentada na desqualificação étnica do africano e do afro-descendente por um lado, e, por outro, na valorização do europeu. Os estudos de Mario Maestri iniciados no final da década de 1970 sobre história africana e afro-brasileira, deram um passo importante para renovar o pensamento historiográfico “sulino”.

Ao “combater” o mito da democracia pastoril, Maestri (2003) chama atenção para o fato de que a escravidão foi profundamente negada e manipulada pelas elites locais, e as mitificações permanecem escamoteando a história real dos negros e a verdadeira essencial da formação social sulina. Nas palavras do autor

O homem escravizado foi vendido, contrabandeado, usado na agricultura, na produção do charque, na cozinha, no galpão. Foi agastado de sua terra, sua cultura, separado de sua gente. Transformou-se em escravo. Foi ensinado a obedecer, acreditar na superioridade do senhor. No entanto, incessantemente o escravo reagiu. É a resistência do homem à escravidão que lhe devolve sua humanidade. Como escravo é coisa, objeto de uso, de consumo. Pode ser vendido, herdado, hipotecado. É bem móvel. Quando resiste e retoma das mãos do senhor sua vida, reassume sua essência, é homem. (MAESTRI, 1984, p. 46).

O que se extrai da ampla obra de Mario Maestri são as condições de possibilidade que permitem evidenciar como a colonialidade (do poder e do ser) se constituiu, e seguiu se reproduzindo, envolvendo a presença da escravidão num processo de desqualificação e subordinação do negro como raça inferior. Maestri (2009) propôs uma releitura revisionista da sociedade escravista a partir do “vivido” pelo negro, que o transformasse em protagonista de sua vida, deixando de serem pensados como personagens passivos para surgirem como protagonistas ativos de sua própria história. O autor (2012) considera que a historiografia rio-grandense conhece frágeis traços das visões dos oprimidos negros sobre os dominadores e as realidades que viveram, pois os signos dos explorados encontram-se escamoteados nos discursos das representações hegemônicas. Nesse sentido, o autor afirma

Na ordem pré-capitalista, com destaque para a escravidão clássica e, sobretudo, colonial, temos ricas informações sobre as interpretações das classes exploradoras sobre a sociedade de classes, registradas na linguagem, na literatura, na poética, na historiografia, na iconografia, na arquitetura, etc. Ao contrário, conhecemos frágeis traços das visões dos oprimidos sobre os dominadores e as realidades que viveram.... Parte substancial dos raros e frágeis traços do mundo ideológico-cultural dos oprimidos encontra-se incrustado nos registros literários, judiciários, jornalísticos, historiográficos, etc. das classes dominantes. Em forma positiva, através da anatematização e condenação diretas dessas narrativas. Em forma negativa, através da determinação dos discursos dos exploradores pela produção social e ideológica dos subalternizados (MAESTRI, 2012, p. 55).

Nota-se, no pensamento de Mario Maestri, uma enunciação decolonial para analisar o papel e o lugar do negro fora do eixo de interpretação do colonizador, ou de perspectivas teóricas diversas vinculadas à modernidade euro-amerocêntrica (aqui inclui-se autores contemporâneos como Fernando Henrique Cardoso, Décio Freitas, Sandra Pesavento, Moacyr Flores, entre outros).

Retomando Quijano (2005), o autor também destaca que as formas de controle e exploração do trabalho constituintes do sistema mundo moderno-colonial da América, passaram a ser organizadas de acordo com a classificação racial, definindo posições específicas dos grupos sociais na divisão do trabalho. Coube as raças inferiores – negros e índios – a servidão e o trabalho escravo, enquanto, à raça superior – o branco europeu – o trabalho assalariado. Essa forma de controle e exploração do trabalho colonial foi amplamente estruturada sob as condições sociais e econômicas do Rio Grande do Sul no período colonial.

Assim, o papel do negro na formação da estrutura social do Alto Camaquã, assim como no restante do Rio Grande do Sul, estava destinado a cumprir funções bem definidas no contexto das atividades produtivas no contexto do fim do século XVIII, e durante o século XIX. O trabalho escravo passou a ser organizado de acordo com formas autoritárias e coercivas numa modalidade

hierarquia étnico-racial, em que ao negro, por ser a raça inferior perante o branco europeu, cabia apenas submeter-se a esse. A elite *criolla*, ao centralizar relações políticas e econômicas, imprimiu um processo perverso de colonialismo interno, subordinando os negros através do trabalho escravo nas charqueadas e estâncias. Para a elite *criolla*, o negro era a raça inferior mais importante, já que a economia pastoril dependia essencialmente do seu trabalho.

Portanto, a configuração do latifúndio colonial e da formação social e econômica da sociedade “pastoril” da região do Alto Camaquã foi sustentada pela escravidão. A pecuária, atividade econômica dominante, tornou-se uma atividade escravista nos fins do século XVIII no contexto da expansão das estâncias e da formação da indústria do charque (ALADRÉN, 2012).

A tese de que a escravidão só foi relevante nas charqueadas passou a ser refutada por diversos autores (MAESTRI, 1984; OSÓRIO, 1999; ZARTH, 2002; FARINATTI, 2010; GARCIA, 2010; CORRÊA, 2013), pois na estância pastoril as atividades pecuárias e agrícolas dependiam amplamente da mão de obra escrava, o que contradiz a falsa ideia que a força de trabalho nas estâncias era constituída por mão de obra livre. Zarth (2006) divide os escravos em três “categorias” de acordo com as diferentes atividades desempenhadas no interior das estâncias. O primeiro tipo, os roceiros, eram lavradores encarregados do abastecimento de produtos agrícolas; o segundo, os campeiros, eram os escravos encarregados do trabalho pastoril; o terceiro tipo eram os escravos domésticos, com predomínio das mulheres, responsáveis pelos serviços ligados à casa.

Portanto, o peso do trabalho escravo nas estâncias era significativo, pois, no período de 1765-1825, em 97% das estâncias do Rio Grande do Sul inventariadas por Osório (1999) havia escravos, com uma média de 11 escravos por proprietário de terra. Em Caçapava do Sul, para o período da primeira metade do século XIX, Correa (2013) mostra que, em 1840, do total de proprietários inventariados, 92% eram senhores de escravos, com uma média de 8 escravos por proprietário, sendo que 7% dos proprietários da época possuíam 35% dos escravos. Em Bagé, Zarth (2006) também demonstrou a existência de grande concentração de escravos no século XIX, se fazendo presente em 64% das estâncias inventariadas pelo autor.

Se o passado colonial violentou e oprimiu o negro por meio da escravidão, mesmo com o fim da escravidão, muitos descendentes de escravos não possuem terras próprias, e o lugar o qual permanecem visíveis, é o mesmo lugar ocupado por seus antepassados, ou seja, dentro das estâncias diversas trabalhando como peões ou vivendo como agregados, mantendo relações assimétricas de condições de existência com o não branco.

**Figura 9 – Peão de estância descendente de escravo. Pinheiro Machado, RS**



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Afora os sujeitos afro-brasileiros “sem terra”, hoje, a região Alto Camaquã abriga um conjunto enorme de comunidades Quilombolas, podendo citar entre elas, em Piratini as comunidades Quilombolas Rincão do Quilombo, Faxina, Rincão do Couro; em Bagé, a comunidade Quilombola de Palmas; em Santana da Boa Vista, a comunidade Quilombola Tio Dô; em Caçapava do Sul as comunidades Quilombola Picada das Vassouras, Rincão da Salete; em Lavras do Sul, a comunidade Quilombola Corredor dos Munhós; em Encruzilhada do Sul, a comunidade Quilombola Quadra.

As continuidades históricas da colonialidade do poder do Alto Camaquã permanecem se reproduzindo mesmo com o fim do colonialismo. Conforme Quijano (2005), as relações sociais de dominação e exploração se articulam em função da disputa pelo controle dos meios de existência social, e a forma desigual de acesso e posse da terra que marcaram a estrutura de concentração fundiária no período colonial, permanece, em tempos atuais inalterada, como um axioma do passado (Tabela 2).

Tabela 2 – Estrutura fundiária da região do Alto Camaquã

Estrato de área	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
De 1 a menos de 10 ha	501	23,4	1893	1,0
De 10 a menos de 20 ha	299	14,1	4188	2,0
De 20 a menos de 50 ha	369	24,0	15812	7,2
De 50 a menos de 100 ha	257	12,4	17899	8,4
De 100 a menos de 200 ha	176	8,6	24307	11,2
De 200 a menos de 500 ha	157	8,2	47944	21,2
De 500 a menos de 1000 ha	72	4,4	48470	21,5
De 1000 a menos de 2500 ha	31	2,1	44186	17,8
De 2500 ha e mais	6	0,4	22523	8,8
Produtor sem área	36	2,3	0	0,0
<b>Total</b>	<b>1903</b>	<b>100,0</b>	<b>227223</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE (2006).

Os dados da tabela acima mostram o caráter concentrador da terra, onde as propriedades acima de 500 hectares representam apenas 6,9% do total de propriedades, ocupando praticamente metade da área agropecuária do Alto Camaquã (48,1%). Por mais que aos olhos do senso comum o latifúndio domina a paisagem agrária da região, as propriedades familiares são demograficamente maiores. As propriedades com até 20 hectares, representam 37,7% do total de estabelecimentos, porém, ocupam apenas 3% da área total. Se for considerado as propriedades com até 50 hectares, essas representam 61% dos estabelecimentos, e 10,2% da área. Também há que considerar que a imensa maioria dessas propriedades se localizam em regiões inóspitas, com o predomínio de áreas com afloramento e “mato” (Ver figura 7), e muitas dessas pequenas propriedades dispõem de 70 até 90% de área agrícola “útil”.

A terra, enquanto um recurso básico à reprodução social, permanece apropriada de maneira desigual, enraizada nas mãos de poucos grandes produtores. A colonialidade do poder não foi anulada, já que negros e pequenos *camponeses* não têm lugar, em absoluto, no controle dos recursos de produção, e seus espaços se mostram encurtados devido as restrições sistemáticas de acesso à terra. Portanto, a estrutura social, econômica e produtiva da região Alto Camaquã forma um mosaico de diferentes grupos sociais subalternos – indígenas, negros, camponeses, peões – que subsistem como minorias sociais e agrárias às margens da colonialidade/modernidade.



## 4 COLONIALIDADE EM AÇÃO NA REGIÃO DO ALTO CAMAQUÃ

Esse capítulo aborda as condições que evidenciam a colonialidade em ação no Alto Camaquã, situando a discussão no contexto de análise da temática do desenvolvimento. Nesse sentido, o aqui tratado recai mais especificamente na relação colonialidade/desenvolvimento, onde são apontados os significados e representações que configuram mecanismos que arquitetam a reprodução da colonialidade.

### 4.1 A NORMATIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: OS INDICADORES E A INVENÇÃO DA POBREZA

Emerge no início dos anos 1990 no Rio Grande do Sul uma corrente de estudos do desenvolvimento econômico que passa a dividir o estado em “zonas”, procurando com isso melhor entender os fenômenos que marcam e definem dinâmicas internas diferenciadas de desenvolvimento da economia capitalista. Assim, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul passou a ser espacializado a partir de divisões regionais para explicar as configurações de dinâmicas de desenvolvimento. Com isso, irrompe na literatura termos como “metade sul” que se tornaram capazes de asseverar, rapidamente, uma geopolítica do desenvolvimento no Rio Grande do Sul que tem sido legitimada em alguns campos sociopolíticos e científicos. Assim, esses termos contemporâneos passaram a ser utilizados para definir e auferir processos de desenvolvimento socioeconômico, sendo a “metade sul” compreendida como a metade pobre e subdesenvolvida, enquanto a “metade norte”, o seu par rico e desenvolvido.

Vale lembrar que as interpretações da economia sul-rio-grandense entre os historiadores agrários, a partir da década de 1980, deram origem aos primeiros registros que apontavam a região sul (metade sul) do Rio Grande do Sul como sendo uma região com pouco dinamismo econômico, tendo em vista que sua estrutura produtiva se consolidou no período colonial com a atividade da pecuária de corte e pouco se alterou ao longo do tempo (FREITAS, 1980; PESAVENTO, 1980; 1986). O peso histórico desses estudos acabaram tendo influência entre autores que marcaram o surgimento e a consolidação no Rio Grande do Sul de estudos da chamada economia regional. O livro “Crescimento Econômico da Região Sul: causas e perspectivas”, organizado e publicado em 1994 pela Federação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (ALONSO; BANDEIRA; BENETTI, 1994), representa um marco referencial que influenciou um contingente importante de pesquisadores e gestores públicos que tomaram como referência a ideia de recorte regional para pensar o

desenvolvimento a partir de regiões diferenciadas. Portanto, as denominadas “metade sul” e “metade norte” passaram a fazer parte do imaginário social e político para definir padrões (“bom” e “ruim”) de desenvolvimento econômico.

Desde então, consensuados por diferentes perspectivas teóricas das ciências econômicas e políticas, termos como *subdesenvolvimento*, *estagnação econômica*, *desigualdade regional*, *pobreza extrema* estão justapostos no mesmo plano com ideias e noções que associam desenvolvimento à crescimento econômico (BANDEIRA, 1994; TORRONTEGUY, 1994; COSTA; RABENSCHLAG, 1997; ILHA et al. 2002; ALONSO, 2006; CORONEL et al., 2007; ALVES; SILVEIRA, 2008; ROCHA, 2011)<sup>21</sup>.

Autores como Lubeck e Schneider (2003) fazem uma análise considerando que os “entraves” do desenvolvimento da metade sul estão na sua estrutura econômica. Segundo os autores,

O principal problema está associado às características da base econômica, ligada a atividades pouco dinâmicas e de pequeno potencial para a criação de empregos diretos e indiretos, como é o caso da pecuária extensiva e, em menor grau, da orizicultura. Além disso, os atores locais historicamente têm evidenciado uma reduzida capacidade no sentido de identificar e explorar oportunidade de diversificação da base econômica. As possibilidades de uma industrialização mais diversificada são severamente limitadas pela carência de economias de aglomeração (LUBECK; SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Ainda de acordo com os atores acima citados, existiria uma fragilidade de capital social caracterizada pela “debilidade da cultura associativa que dificulta a cooperação e a união das forças no sentido de buscar soluções para os problemas locais” (LUBECK; SCHNEIDER, 2003, p.114). Fica evidente que, invariavelmente, o desenvolvimento da metade sul tem sido aprisionado e inventariado por discursos e práticas que têm elevado o desenvolvimento a uma condição de que é preciso crescer economicamente.

Radomsky (2011; 2013) realiza uma análise crítica sobre o uso de indicadores, de *rankings* e metas padronizadas do desenvolvimento, e, segundo o autor, o que esses índices e indicadores apontam é para uma padronização de condutas em escala mundial. Conforme Radomsky, vive-se a “geração” (no sentido de momento) dos indicadores, e essa constrição do desenvolvimento a índices e indicadores socioeconômicos representa uma forma renovada de governabilidade (neoliberal) do desenvolvimento.

---

<sup>21</sup> No âmbito político, compreende aqui os fóruns e seminários que foram realizados nos últimos anos, organizados e promovidos por diferentes representações do Estado e da sociedade civil, tais como o Ministério da Integração Nacional, Territórios da Cidadania, Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul – COREDE-SUL, Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES, Associação dos Municípios da Zona Sul – AZONASUL, universidades, instituições de pesquisa e extensão, entre outros.

Sob esse prisma, as comparações com outras regiões tornaram-se inevitáveis em anos recentes, e o Alto Camaquã, como pertencente a metade sul “pobre”, tem sido testemunho de uma situação *sui generis* em que o desenvolvimento é mensurado a partir de estatísticas que revelam índices e indicadores de desempenho social e econômico. Nesse sentido, novamente é importante reportar a Radomsky (2013, p. 157) quando sublinha que “os indicadores exacerbam o problema de um mundo comum em que há uma corrida entre esses atores para atingir metas globais”.

Essa posição de mensurar o desenvolvimento tomando por base o uso de indicadores e índices, é assumida entre alguns atores locais, o que deixa claro como o estatuto de “medir” o desenvolvimento é capaz de constituir regimes de verdade específicos<sup>22</sup>. A esse respeito, o prefeito de Bagé, perguntado se concordava com o fato da metade sul ser considerada por alguns segmentos acadêmicos e políticos uma região pobre e atrasada, respondeu enfaticamente:

Sim, e por vários fatores. Se nós observarmos os índices de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, a região da campanha e a região da fronteira oeste e parte do sul do Rio Grande do Sul compõem os municípios mais empobrecidos do estado, por vários fatores, entre eles, por exemplo, cidades que obedeceram uma estrutura econômica de extrema concentração de renda (...) temos nessa região, e aqui falo mais especificamente a Bagé, um perfil conservador dos empreendedores, de uma resistência ao processo de industrialização (...) isso se dá também por conta do desenvolvimento do país que não priorizou o desenvolvimento da faixa de fronteira. Daí então que nós temos na região os níveis de estagnação econômica mais elevados do estado, e, talvez, do país. (Trecho de entrevista: Prefeito de Bagé, novembro/2012).

Portanto, autores que reverenciam os indicadores econômicos, apontam que o principal fator responsável pela estagnação e atraso econômico da metade sul está na incapacidade de sustentar ao longo dos tempos um processo de industrialização diversificado (BANDEIRA, 1994; ALONSO, 2006; CORONEL et al., 2007). Existe, portanto, uma correlação entre atraso econômico e estrutura produtiva.

Os dados da Tabela 3 evidenciam que a região Alto Camaquã de modo geral, possui na sua estrutura econômica produtiva uma baixa participação do setor industrial (12,9%), muito abaixo da média do estado do Rio Grande do Sul, que é de 29,2%, e uma alta participação no setor agropecuário, o qual tem na pecuária a base produtiva, portanto, sendo um setor pouco diversificado e industrializado.

---

<sup>22</sup> Aqui se torna emprestado a noção de regime de verdade Foucault, que diz que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 2011, p. 12).

**Tabela 3 - Estrutura do Valor Agregado Bruto (VAB) dos municípios da região do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul, Brasil – 2010**

<b>Municípios do Alto Camaquã</b>	<b>VAB Agropecuária</b>	<b>VAB Indústria</b>	<b>VAB Serviços</b>
Bagé	8,7%	14,8%	76,5%
Caçapava do Sul	17,3%	21,8%	60,9%
Encruzilhada do Sul	28,8%	8,8%	62,4%
Lavras do Sul	54,4%	5,1%	40,6%
Pinheiro Machado	22,9%	24,5%	52,5%
Piratini	32,3%	8,7%	59,0%
Santana da Boa Vista	37,4%	6,4%	56,2%
<b>Média</b>	<b>28,8%</b>	<b>12,9%</b>	<b>58,3%</b>
<b>Média do Rio Grande do Sul</b>	<b>8,7%</b>	<b>29,2%</b>	<b>62,1%</b>

Fonte: FEE (2010).

A propósito dessa questão tratada nas informações da tabela acima, leitura mais acadêmica dos indicadores de desenvolvimento atravessa a visão da gestão política, onde diversificar a matriz produtiva e incrementar o processo de industrialização é algo necessário para melhorar os índices de desenvolvimento.

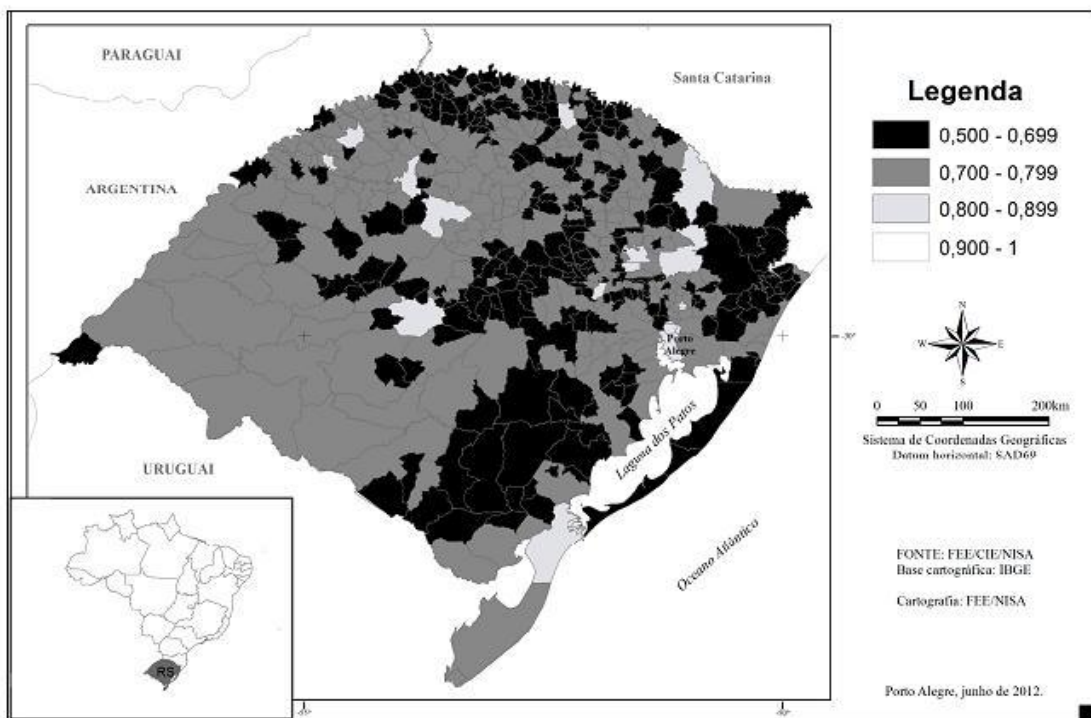
Santana da Boa Vista teve um certo desenvolvimento nos últimos anos, mas ainda precisa melhorar. Tivemos uma melhora em termos de qualidade de vida, se investiu mais em infra-estrutura, como melhoria de ruas, limpeza urbana. Trouxemos alguns programas do governo, como o SAMU, o Brasil sorridente, o programa de habitação minha casa, minha vida. Mas o orçamento próprio do município é pequeno e muito dependente das atividades agrícolas e da pecuária, mais pecuária até porque essa é uma característica no município. Mas ainda precisamos incrementar a arrecadação de renda para melhorar o desenvolvimento econômico, e isso passa pela questão de diversificar a economia com outras atividades. Poderia dizer que esse é um gargalo ainda que precisamos superar para ter um melhor desenvolvimento em termos econômico. (Trecho de entrevista: Vice-prefeito de Santana da Boa Vista, dezembro/2012).

Nas discussões no âmbito internacional, as medidas de desenvolvimento baseadas em indicadores econômicos (PIB, renda *per capita*) tomadas como medida única passaram a ser questionadas, e surgiram medidas mais refinadas buscando indicadores ou índices mais precisos, onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) é provavelmente o mais conhecido (RADOMSKY, 2013). De acordo com esse autor, com o sucesso do IDH surgiram ao redor do mundo um número enorme de índices e indicadores com diferentes propostas, atributos e formas de cálculo.

Esse é o caso, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), que busca analisar a evolução do desenvolvimento socioeconômico nos municípios e regiões do

estado<sup>23</sup>. Desde a criação deste índice, em 1991, e os seus últimos resultados divulgados em 2009 (Figura 10), o que se apreende é que ao considerar os municípios com maiores e menores índices, não existe uma linha divisória que separa o estado do Rio Grande do Sul entre uma metade sul, formada pelos municípios com os menores Ideses, e uma metade norte, constituída por municípios com Ideses maiores. O Idese toma a dimensão espacial do desenvolvimento, mas refuta a divisão do estado em duas mesorregiões. Assim, o índice ressalta a existência de desigualdades regionais a partir de focos de pobreza junto às regiões mais desenvolvidas e deprimidas socioeconomicamente.

**Figura 10 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) dos municípios do Rio Grande do Sul, Brasil (2009)**



Fonte: Wink JR. et al. (2013).

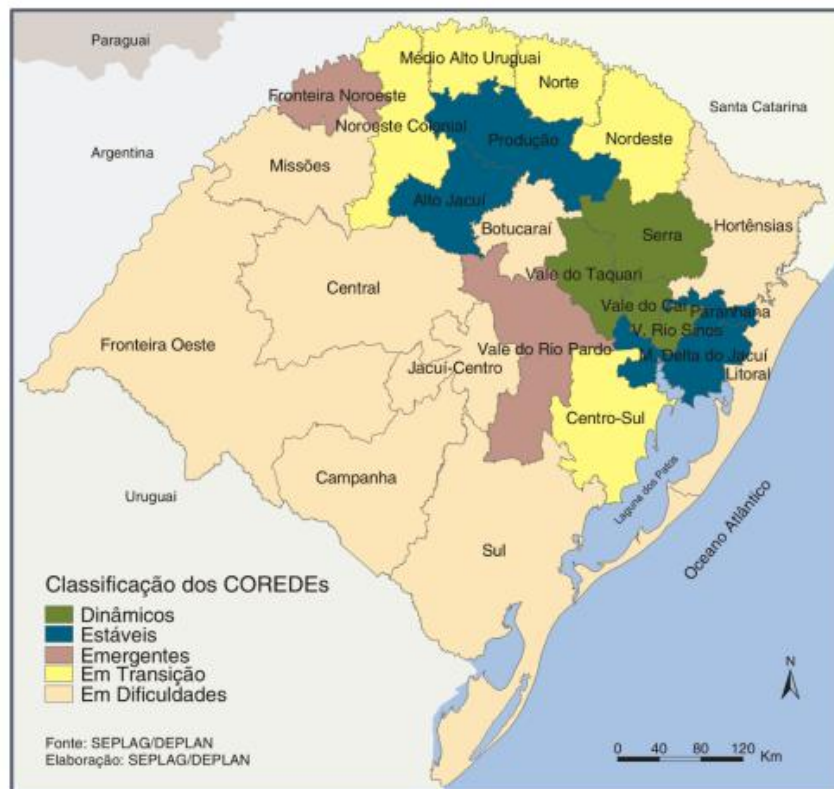
Por meio da Figura 10 é possível perceber que o menor índice de desenvolvimento socioeconômico (0,500-0699) está distribuído e, portanto, presente em todas as regiões do Rio Grande do Sul. Percebe-se ainda que há um núcleo ou “bolsão” de pobreza localizado na metade sul que apresenta o menor índice de desenvolvimento socioeconômico, onde estão inseridos os municípios de Pinheiro Machado, Encruzilhada do Sul, Piratini e Santana da Boa Vista, pertencentes à região do Alto Camaquã. Na linha dos dez municípios considerados

<sup>23</sup> De acordo com a FEE (2010), o Idese é um índice sintético, inspirado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação, saneamento e domicílios, renda e saúde.

como extremamente pobres do Rio Grande do Sul, encontra-se o município de Santana da Boa Vista, que ocupa a 8ª posição (WINK JR. et al., 2013).

Em 2004 a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag) do Rio Grande do Sul elaborou uma proposta de desenvolvimento (conhecida como “Rumos 2015”), a qual aponta estratégias, programas e ações de desenvolvimento que visam diminuir as assimetrias e desigualdades regionais do desenvolvimento<sup>24</sup>. A proposta elaborou um diagnóstico do desenvolvimento do Rio Grande do Sul a partir de indicadores agregados multidimensionais, tomando por referência de recorte regional, os Coredes. O estudo do diagnóstico classificou os Coredes em “Dinâmicos”, “Estáveis”, “Emergentes”, “em Transição” e “Em Dificuldades” (Figura 11).

**Figura 11 – Regiões dos Coredes de acordo com os indicadores de disparidades**



Fonte: Seplag/Deplan (2005).

<sup>24</sup> Não cabe aqui fazer uma descrição completa das diferentes abordagens e enfoques de análise do desenvolvimento que tem se apropriado do uso de indicadores para avaliar e medir o desenvolvimento. Mas entre as abordagens críticas ao enfoque da divisão do Rio Grande do Sul em duas metades estão as abordagens “multidimensionais”, que tomam como medida do desenvolvimento o uso de índices agregados, entre elas, o índice de desenvolvimento rural (IDR) (CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2007), o índice de desenvolvimento sustentável (IDS) (WAQUIL et al., 2010) e o índice de condição de vida (ICV) (RAMBO et al., 2012).

Nota-se pela figura acima que a região do Alto Camaquã está enquadrada e localizada entre as regiões de Coredes “em dificuldades”. De acordo com a Seplag (2005, p. 57), essas regiões em dificuldades “apresentaram grau de desenvolvimento baixo, menores potencialidades e situação social deficiente, bem abaixo das médias estaduais”.

Mudam-se as variáveis, os indicadores, mas o horizonte de análise do desenvolvimento não se altera, permanecendo a existência de um regime de verdade pautado pelo discurso como pobreza, atraso econômico e subdesenvolvimento, onde qualquer forma de intervenção visa transformar as condições de um contexto da vida social e econômica de forma normatizada. Desse modo, o uso de indicadores se mostrou muito evidente entre os gestores públicos municipais, que tomam o seu uso como argumento retórico para compor um regime de verdade sobre as noções de desenvolvimento, onde as acepções de pobreza, atraso ou da “falta” de algo, são parte constituinte dessa verdade. Nesse mesmo sentido, os indicadores acabam por prescrever um regime de verdade à própria prática política, como é possível observar no relato abaixo:

O nosso legado é alcançar uma parte do objetivo traçado no plano de desenvolvimento econômico municipal. Nós somos a 31ª economia do Rio Grande do Sul pela análise do PIB, e o 34ª nos indicadores de desenvolvimento econômico e social. Nós queremos nos próximos 20 anos figurar entre os 20 municípios gaúchos, queremos evoluir 10, 12 posições no PIB gaúcho e queremos evoluir 14 posições no índice de desenvolvimento econômico e social. Esse é o grande legado que queremos deixar quando completar oito anos de gestão. Não é cômodo para um gestor público se deparar com esses índices que medem o desempenho da economia e do desenvolvimento social, e ver que o seu município não está bem colocado. Por traz dos números, existem desafios a serem enfrentados, e é nesse empenho que estamos comprometidos. (Trecho de entrevista: Prefeito de Bagé, novembro/2012).

Embora existam divergências e também contradições entre as abordagens teóricas e analíticas que procuram dar respostas às *desigualdades*, *disparidades*, *pobreza*, *subdesenvolvimento* etc. da região Alto Camaquã, fica evidente que o desenvolvimento tem representado uma fronteira rígida a partir de sistemas classificatórios de acordo com os cânones ontológicos da modernidade. A obsessão pelo desenvolvimento tem criado seus mecanismos de funcionamento, e a normatização no uso de indicadores, *ranking* e índices de desenvolvimento tem servido como instrumento para legitimar constantemente discursos e práticas de tal modo que seja possível traçar e atingir objetivos de desenvolvimento padronizados e, portanto, sistemas classificatórios pertencentes a colonialidade. Essas classificações dicotômicas do desenvolvimento entre desenvolvido/subdesenvolvido, superior/inferior, pobreza/riqueza, atraso/moderno estão incrustadas no sistema-mundo moderno/colonial, e são herdeiras de tradições teóricas que têm seus centros geostóricos no

sistema mundo europeu/norte-americano (MIGNOLO, 2003; QUIJANO, 2007; GROSGOUEL, 2010), supondo uma estrutura espaço-tempo universal e vitalícia.

Dessa maneira, da mesma forma que ocorre na grande maioria das regiões “periféricas” do mundo, a região do Alto Camaquã permanece sendo submetida às influências e sofrendo os efeitos da colonialidade. Existe uma produção de discursos a respeito da obtenção de uma verdade do desenvolvimento forjada pelos indicadores, e a circulação desses discursos possui um movimento em rede que mantém certa regularidade discursiva, autorizando os sujeitos políticos locais a falar e posicionarem o desejo das suas práticas visando superar o subdesenvolvimento e a pobreza da região Alto Camaquã.

De acordo com Borba (2002), existe entre alguns segmentos econômicos, sociais e políticos regionais uma apatia que provoca uma condição de inferioridade que cria uma espécie de anormalidade do desenvolvimento, e a comparação com outras regiões se tornou algo inevitável. Corrobora-se com Borba, pois o que se demonstrou até agora nessa seção é que os indicadores de desenvolvimento dão sentido aos discursos e ações de intervenção sobre a realidade visando reparar as “anormalidades” constituídas como regimes de verdade situados na lógica da colonialidade. O desenvolvimento, assim, revela-se em formas particulares de ver e atuar sobre a realidade, com reflexões em todas as dimensões e forças econômicas, sociais e políticas.

#### 4.2 A RETOMADA DA MODERNIZAÇÃO TARDIA DA AGRICULTURA EM ÁREAS DE PECUÁRIA

Conforme tratado na seção anterior, os discursos hegemônicos sobre o desenvolvimento da “metade sul”, estabelecidos sobre um “manto” de verdade, têm posicionado a região Alto Camaquã como pertencente a um movimento histórico que a considera como sendo socioeconomicamente subdesenvolvida. O desenvolvimento como grande metanarrativa orientada pela noção de progresso e pelo etapismo, tal como a perspectiva teleológica de Rostow (1974), até os dias atuais ainda permanece sem grandes repercussões nessa região.

O que se pretende sublinhar nessa seção (e na próxima) é que as estratégias de desenvolvimento empreendidas e comprometidas com o crescimento econômico, consideram que a região Alto Camaquã é provedora de “recursos naturais subutilizados”, o que representa uma “gratificação” para a consolidação do capitalismo industrial no mercado globalizado. Portanto, se estará promovendo o exercício de revelar a reprodução da colonialidade da



natureza nas lógicas discursivas e nas práticas do desenvolvimento. Conforme Escobar (2010), as principais características da colonialidade da natureza são:

classificação em hierarquia (“razão etnológica”), localizando os não modernos, os primitivos e a natureza no fundo da escala; b) visões essencializadas da natureza como fora do domínio humano; c) subordinação do corpo e da natureza a mente (tradições judeo-cristianas, ciência mecanicista); d) ver os produtos da terra como se produtos do trabalho unicamente, ou seja, subordinar a natureza aos mercados impulsados pelos seres humanos; e) localização de certas naturezas (coloniais/terceiro mundo, corpos femininos, cor de pele escura) fora do mundo masculino eurocêntrico; f) a subordinação de todas as demais articulações de biologia e história dos regimes modernos, particularmente daqueles que enactuam continuidade entre o natural, o humano e o supernatural, quer dizer, entre o ser, o conhecer o fazer. (ESCOBAR, 2010, p. 57, tradução nossa).

Como forma de contornar a situação de “atraso” e “subdesenvolvimento”, um conjunto diverso de atores sociais pertencentes ao campo político e tecnocientífico tem assumido posicionamentos onde seus regimes, tanto discursivos como de ação, estão comprometidos em “alavancar” o desenvolvimento da região Alto Camaquã. Existe uma institucionalidade moderna enraizada nas ações políticas do Estado e dos municípios, nas organizações da sociedade civil (sindicatos, cooperativas), nos órgãos de ensino (universidades) e nas agências de desenvolvimento (pesquisa e extensão rural) que se posiciona como *comprometida* com o desenvolvimento da região.

A esse respeito, toma-se como exemplo emblemático o Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE) 2011-2030 do município de Bagé. Lançado em 2011, neste que é o maior município da região, como o próprio nome sugere, propõe ações para os próximos 20 anos, e trata de uma tentativa de constituir um marco referencial para o desenvolvimento econômico da região. De acordo com o PDE (2011), a região de Bagé tem encontrado dificuldade em acompanhar o crescimento do conjunto do estado do Rio Grande do Sul, já que vivencia uma situação de retração da economia nos últimos anos. Um dos elementos cruciais da retração é a “falta de dinamismo econômico” (PDE, 2011, p. 218), que seria o indicador de uma história letárgica, e o qualificativo “falta” estaria atrasando o “sonho do progresso”. Além disto, a falta de dinamismo da região é apontada como a expressão de uma “performance” insatisfatória da agropecuária. Segundo aponta o documento,

Não parece haver espaço para dúvidas, pois, que existem estrangulamentos no processo de modernização da produção da agropecuária em Bagé e o que enfrentamento dos mesmos deve ser um dos focos prioritários em qualquer política pública de desenvolvimento econômico (PDE, 2011, p. 218).

Conforme apontado no documento acima, oferece as condições que podem construir um novo período de desenvolvimento para a região oferecendo as possibilidades de reversão da situação histórica de empobrecimento em que se encontra, algo que requer a exigência de uma institucionalidade operativa de gestão e governança das ações de desenvolvimento econômico previstas no plano. A interpretação que pode ser realizada está na possível inadequação não apenas de aspectos econômico-produtivos, mas na própria racionalidade dos sujeitos, que não caminhou conforme as etapas do desenvolvimento econômico postuladas por Rostow.

A matriz produtiva agropecuária da região Alto Camaquã é fortemente estruturada na pecuária de corte, a qual tem se mostrado ao longo do tempo uma atividade com pouca capacidade de incorporação e inovação tecnológica. Essa é uma característica produtiva que desperta enorme desconforto nos agentes de políticas públicas e do desenvolvimento, pois conforme o próprio PDE (2011) aponta, a incapacidade de inovação tecnológica é considerada como “ponto de estrangulamento” da produção pecuária, além da baixa vocação empreendedora, incapacidade de competitividade e a rejeição ao risco dos pecuaristas de corte.

No entanto, é importante enfatizar que essa região não se mostrou avessa à modernização da agricultura experimentada por várias regiões brasileiras a partir das décadas de 1960-1970, e também não foi esquecida pelo aparato e dispositivos modernizantes. De modo a melhor explorar e desenvolver a base produtiva da região, estruturada na pecuária de corte originária no período colonial, políticas públicas e ações estruturantes foram implantadas na região. Nesse sentido, a modernização produtiva, segundo apontam os manuais clássicos – como por exemplo, Shultz (1965), Rostow (1974), Hayami e Huttan (1988) - passa pela inovação tecnológica, e é nesse sentido que no período dos anos 1970 que foram criados centros de pesquisa agropecuária na região, como a Embrapa (1975) no município de Bagé, que se torna um centro de referência em pesquisa de bovinos de corte e ovinos na região sul do Rio Grande do Sul. Ainda nesse período dos anos 1970, vale destacar que também foram criados centros universitários com cursos ligados às ciências agrárias. Antes, disso, na década de 1950, o governo estadual instituiu centros de pesquisa regionais em Bagé (atual Hulha Negra) e Encruzilhada do Sul, que mais tarde se transformaram em centros de pesquisa vinculados à Fepagro, criada em 1994. A extensão rural também assume um papel importante como ação estruturante da modernização, e Bagé se tornou sede do escritório regional da Emater-RS/Ascar.

Ainda na década de 1970, sob a égide da modernização, essa região começa a experimentar o avanço da agricultura mecanizada sobre áreas tradicionalmente ocupadas por pecuária. A consolidação desse processo ocorre mediante a prática de arrendamento da terra, principiado por agricultores vindos de outras regiões do Rio Grande do Sul (principalmente das regiões central e norte). À época, a frente expansionista dos pequenos e médios “colonos” que visavam à aquisição de novas áreas para plantio, ocorreu, sobretudo, por intermédio da migração em direção a outros confins fora do Rio Grande do Sul (região sul e centro oeste inicialmente). No entanto, esse processo de migração dos “colonos” também ocorreu em direção à região sul do Rio Grande do Sul, a qual se constituiu em um grande polo produtivo de arroz nas áreas de várzea, consideradas as melhores áreas para esse plantio. Segundo foi possível apurar entre alguns entrevistados, o plantio da soja iniciou concomitantemente com o plantio de arroz nos anos de 1970, mas fatores relacionados à restrição de tecnologia adaptada às condições naturais (solo, clima), fez com que a cultivo do arroz irrigado se projetasse e se concretizasse como principal atividade agrícola.

A base industrial ligada à pecuária de corte se consolidou a partir de alguns poucos frigoríficos instalados na região, que vivenciaram, desde as primeiras instalações no início do século XX, sucessivos períodos de crise econômica. Em relação aos cultivos agrícolas, foram constituídas algumas estruturas de processamento e distribuição de arroz (engenhos), e, de maneira incipiente, poucas estruturas de venda de máquinas, insumos e implementos agrícolas. Mas, segundo apontam os indicadores tratados na seção anterior e o PDE do município de Bagé, essa estrutura produtiva agropecuária da região parece ser “arcaica” e pouco capaz de melhorar o desempenho do desenvolvimento econômico.

No contexto de modernização produtiva, naquilo que se conhece ou possa se imaginar como fastígio da modernização, que é uma integração completa dos produtores/agricultores aos mercados de insumos, tecnologias e serviços, os efeitos modernizantes sobre a pecuária de corte foram rarefeitos, atingindo uma parcela muito restrita dos produtores e de maneira “incompleta”, sobretudo em relação às formas familiares (BORBA, 2002). Em 2004, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) encomendou um estudo para traçar um diagnóstico do perfil agrosocioprodutivo da pecuária de corte do estado<sup>25</sup>. Os resultados indicam que o nível de incorporação tecnológica dos sistemas produtivos é baixo, e que muitos pecuaristas (grandes e pequenos) realizam a atividade da

---

<sup>25</sup> Esse estudo foi conduzido por um grupo de pesquisadores da UFRGS, vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Zootecnia e Desenvolvimento Rural.

pecuária não visando auferir lucro, mas por razões motivadas pela tradição ou satisfação pessoal (MIGUEL et al., 2007; ANDREATTA, 2009).

A exemplo disso, a pesquisa científica e a extensão rural se deparam com problemas institucionais de difícil contorno na solução do “problema” de modernizar os produtores. Segundo afirma um pesquisador da Embrapa, o pecuarista familiar é refratário à inovação tecnológica:

Em termos de desenvolvimento regional, a presença da Embrapa e de outras instituições, a Emater que é parceira, eu tenho impressão que deveria ser mais efetiva. De modo geral, a pecuária familiar é muito refratária a inovação. Quanto que fazem melhoramento de campo e usam adubo? Ela é um setor muito refratário à modernização. Ela é muito refratária à inovação. É um setor que emprega pouca gente, muito pouca gente, isso é um problema! A questão é que se eles utilizassem tecnologia, há uma grande probabilidade que os rendimentos deles fossem mais substantivos né... Eu tenho uma concepção de que o produtor precisa ser convencido. A minha concepção com relação à transferência, eu acho que a gente deveria atuar como setor privado atua. O que eu estou falando, é o sentido de vender a tecnologia. (Trecho de entrevista: Pesquisador Embrapa, Bagé, novembro/2012).

A forma de atuação e os papéis desempenhados pelas instituições de pesquisa e extensão a que pertencem, dividem opiniões entre pesquisadores e técnicos – retoma-se essa questão no próximo capítulo – e um extensionista da Emater que se mostra contrário ao difusionismo, reconhece que essa é uma barreira difícil de ser rompida pelo binômio pesquisa/extensão:

Eu entendo que a maior parte da visão da pesquisa sobre a extensão entende que ela seja difusionista. E digo mais: tem muitos colegas nossos que se queixam de não ter tempo de serem difusionistas. Os caras querem isso mesmo, e foi isso que eles aprenderam na sua formação acadêmica. Entende?! E a pesquisa? Bem, se tu pega, por exemplo, a Fepagro, eles dizem com clareza: “as coisas não vão adiante porque a Emater não leva. A tecnologia tá gerada, falta levar ao produtor”. Tu pega alguns outros pesquisadores da própria Embrapa, não todos, os caras são muito taxativos: “Olha eu gerei a tecnologia e a extensão não cumpriu o seu papel”. É lamentável, mas o difusionismo ainda está muito presente na pesquisa e na extensão. Eu fico nadando contra a maré, entende?!. (Trecho de entrevista: Técnico Emater, Bagé, novembro/2012).

Modernizar a base produtiva do setor agropecuário parece não ser mais a única solução viável para incrementar o desenvolvimento da região. Diversificar a matriz produtiva, sim. A diversificação das atividades produtivas tem se tornado praticamente uma questão de ordem e uma estratégia amplamente aceita entre os “atores do desenvolvimento”. Nesse sentido, a região Alto Camaquã vivencia um cenário que evidencia dois processos aparentemente contraditórios: primeiro, a aposta na modernização da agropecuária, já diagnosticada ela mesma como um entrave para o dinamismo da região; segundo, quando este

cenário parece pouco provável devido às resistências locais à incorporação de hábitos e inovações externas, um conjunto de ações, projetos e programas de diversificação ligados ao desenvolvimento do “setor primário” sugerem a permanência de superação do *atraso* da modernização agropecuária. Dentro deste planejamento da diversificação produtiva se pode destacar algumas ações e projeto importantes.

Nesse sentido, o projeto Olivais do Pampa<sup>26</sup> está entre algumas das ações de desenvolvimento recentes que compõem o “portfólio” da diversificação produtiva da região. Trata-se de projeto que integra ações dos governos federal, estadual e municipal, juntamente com a colaboração e parcerias das agências de pesquisa (Embrapa) e extensão rural (Emater/RS). Durante algumas reuniões relacionadas à implantação do projeto, o secretário da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do estado do Rio Grande do Sul, ao se manifestar publicamente, justificou a importância do projeto para a região:

A diversificação produtiva é necessária para mudar a realidade do desenvolvimento da região. Temos que nos libertar da cultura do medo que está enraizada nessa região e que tem impedido o crescimento. É necessário desbravar novas oportunidades. (Trecho de diário de campo. Bagé, outubro/2012).

Esta região, uma das mais pobres do país, precisa encontrar alternativas de diversificação das atividades produtivas, a partir do clima e do solo. (Diário Popular, 15/03/2013).

No entanto, a aposta na diversificação pode ter como resultado um aspecto curioso: a consolidação de monocultivos que antes eram impensados para a região e cujo vetor pode ser entendido como um projeto concorrente aos antes analisados. Este é o caso do avanço intenso do cultivo da soja em áreas que historicamente eram ocupadas pela atividade pastoril, e, em anos recentes, se verifica a quebra de recordes a cada ano na área plantada. Conforme é possível observar na Tabela 4, no período de 2000 a 2012 houve um aumento de 937% da área plantada com soja na região Alto Camaquã.

---

<sup>26</sup> Esse projeto faz parte de um programa de cooperação entre Brasil e Itália, denominado “Brasil Próximo”, atualmente integrando os municípios de Bagé, Pinheiro Machado, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Hulha Negra, Dom Pedrito, Quaraí, Candiota e Santana do Livramento. (Fonte: Diário Popular, 2013).

**Tabela 4 – Evolução da área (hectares) plantada com soja na região do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul, Brasil, no período de 2000 a 2012**

<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2012</b>	<b>Aumento no período (%)</b>
Bagé	670	12.000	13.000	1840
Caçapava do Sul	800	9.000	5.000	525
Encruzilhada do Sul	550	4.000	5.000	809
Lavras do Sul	600	8.000	8.000	1233
Pinheiro Machado	220	800	1.100	400
Piratini	7.000	9.000	15.300	118
Santana da Boa Vista	440	7.000	7.650	1638
<b>Média</b>				937

Fonte: IBGE (2012).

Segundo fonte do jornal Zero Hora (2014), a área plantada na metade sul, compreendendo a região da campanha e fronteira oeste, teve um aumento de 112% entre 2009 e 2014, passando respectivamente de 224 mil para 474 mil hectares. Para se ter uma ideia da dimensão que isso representa, o aumento de 112% (25.000 mil hectares) é equivalente ao tamanho da área total do município de Pinheiro Machado, que é de 2.246 km<sup>2</sup>. Tomando a área de 474 mil hectares plantados com soja, significa que a mesma possui o tamanho aproximado da soma das áreas territoriais de Encruzilhada do Sul e Santana da Boa Vista (4.686 km<sup>2</sup>). Esse aumento do volume do plantio da soja teve reflexos nos municípios da região.

Voltando a Tabela 4, o que chama a atenção é o fato do município de Santana da Boa Vista, apontado como o 8º município mais pobre do Rio Grande do Sul (WINK JR. et al., 2013), ter um aumento de 1638% da sua superfície cultivada com soja nos últimos doze anos. Seria esse um indicativo de que o subdesenvolvimento estaria “caminhando” a passos acelerados em direção ao crescimento econômico? Não há dúvidas que desde a perspectiva do desenvolvimento ancorado na noção de progresso, a evolução do cultivo da soja em zonas “marginais” define propósitos que visam à superação do que é considerado pela narrativa moderna uma situação de subdesenvolvimento e de pobreza.

**Figura 12 – Imagem evidenciando a soja na “terra da pecuária”**



Fonte: Colussi (2014).

**Figura 13 – Soja em estágio inicial de crescimento no município de Pinheiro Machado, RS**



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Se em um passado recente o cultivo de soja sobre áreas de pecuária era visto como uma tendência, assumindo muitas vezes um caráter especulativo, atualmente trata-se de uma realidade consumada. A soja não vem ocupar somente áreas de pecuária, na forma de arrendamento ou compra de terras, mas também representa uma possibilidade de consorciação produtiva com o arroz irrigado. Porém, no campo tecnocientífico, o avanço da soja na região

do Alto Camaquã está abrindo uma “agenda endógena” de pesquisa até então inexistente, que tem desencadeado e legitimado regimes de ação que visam à superação do “atraso tecnológico e produtivo” que supostamente se encontra a região. O relato a seguir, de um pesquisador da Embrapa, evidencia o desafiante cenário que se apresenta para a pesquisa científica:

O plantio da soja na região é um caminho sem volta. Fala-se até de uma nova fronteira agrícola na região do pampa. O desafio da pesquisa é justamente pensar soluções tecnológicas em meio à diversificação produtiva pela qual a região vem passando. (Trecho de entrevista: Pesquisador Embrapa, Bagé, novembro/2012).

A soja tem ocupado áreas que antes eram dominadas pela pecuária e pelo arroz, e a sua expansão nos últimos anos tem mudado o perfil produtivo da região Alto Camaquã (e da região sul como um todo), e representado um símbolo cognitivo e estético do “progresso”, conforme é visível na leitura do prefeito de Bagé:

A soja é um elemento importante que chegou na região. Agora, claro, com certeza pode gerar oportunidades de industrialização no município. O que nos interessa? É que se a soja está vindo pra cá, e hoje nós temos uma capacidade de reserva que nós não tínhamos; nos interessa que aqui se instale toda a cadeia produtiva, com a capacidade de processamento da soja no município para a geração de novas receitas para o município e geração de emprego. Nos interessa que a cadeia da soja seja toda constituída aqui (Trecho de entrevista: Prefeito do Município de Bagé, novembro/2012).

O que foi pressagiado pelo prefeito, parece estar surgindo efeito e se materializando, e a economia da região começa a colher os louros desse “progresso” que tanto tardou para chegar, conforme pode se verificar na celebração da imprensa local:



**Figura 14 – Imprensa local destacando reflexos da soja na economia da região**

**Cultivo da soja traz reflexos para a economia de Bagé**

Investimentos de empresas chegaram a quase R\$ 30 milhões



**Oleaginosa muda cenário da região**  
Crédito: ARQUIVO/JM

Nos últimos anos, a área plantada de soja aumentou consideravelmente na região, pulando de dois mil hectares para 100 mil. Somente em Bagé, em 2014, segundo dados do informe conjuntural da Emater, a área plantada chegou a mais de 30 mil hectares (um aumento em 10 vezes desde 2010 quando) com produtividade esperada de 2,1 mil toneladas. Com o avanço da cultura, reflexos estão sendo sentidos em várias áreas da economia local. O mercado imobiliário, por exemplo, remete a maior produção de soja como um dos fatores do agito dos últimos anos. Um dos fatores que contribui para a produção da soja é o valor elevado de venda. A última atualização de preço, datada do dia 25, registrou

média de R\$ 64,65 a saca de 60kg.

**Comércio agropecuário**  
O "boom" da soja tem se refletido no mercado agropecuário. Sócio-proprietário de uma agropecuária, Josué Menezes observa que seu faturamento dobrou nas últimas três safras. "A cultura vem crescendo e trazendo reflexo positivo para o comércio. Conforme aumenta a área, os produtores precisam de mais insumos com defensivos, sementes e adubos", avalia. José Fernandes, gerente de uma filial de uma grande empresa que tem sete lojas na região, destaca que, desde o ano passado, a soja impulsionou o mercado. Os artigos que mais saem são as plantadeiras e pulverizadores, necessários para o cultivo. "Somente neste período deve ter aumentado em torno de 35% as vendas. Por isso investimos mais nesse tipo de material, já que nossas lojas são na fronteira-oeste, onde aumentou bastante a área plantada de soja", comenta.

Fonte: Coitinho (2014).

**Figura 15 – Imprensa local destacando a inauguração de uma revenda de máquinas agrícolas em Bagé**

**Verdes Vales/John Deere inaugura em Bagé**

Após dois meses em funcionamento, a Verdes Vales concessionária John Deere inaugura oficialmente hoje em Bagé.



**Tratores e implementos agrícolas**  
Crédito: Antônio Rocha

Para marcar a ocasião, um coquetel será oferecido aos clientes às 19h30min, na própria loja. Esta é a sétima unidade do grupo gaúcho Verdes Vales a ser inaugurada no Estado. No evento de hoje estarão presentes grande parte da equipe da empresa, assim como os gerentes de território e de vendas da John Deere.

A supervisora de marketing do grupo Verdes Vales, Camila Kessler, explica que a loja comercializa todas as peças, equipamentos, implementos e máquinas agrícolas da John Deere, desde tratores até colheitadeiras, da mesma forma que oferece serviços e oficina para esses produtos.

A Collection John Deere também pode ser encontrada na loja que está localizada na avenida Santa Tecla. A coleção é composta por inúmeras miniaturas de tratores e máquinas agrícolas, além de camisetas, bonés, botinas e muitos outros artigos como garrafas térmicas e porta-copo, por exemplo.

A Verdes Vales trabalha com a marca Stihl, oferecendo uma linha completa de ferramentas motorizadas como motosserras, roçadeiras, podadores, lavadoras e muito mais. A loja também comercializa pneus de passeio e agrícolas da marca Continental. "Nosso estoque é bem variado", encerra Camila, destacando que, de 2 a 6 de junho, a Verdes Vales/John Deere realiza a Semana do Negócio, na qual acontecem promoções e são oferecidos descontos no balcão, na oficina e nos lubrificantes.

Fonte: Beledo (2014).

O que é importante assinalar ao finalizar essa seção é que, não somente com a expansão do monocultivo da soja, mas com práticas produtivas anteriores, a base política e tecnocientífica que organiza e estrutura esses sistemas produtivos, está circunscrita a uma relação de exploração da natureza que é pertencente a uma visão ontológica moderna e define

características da colonialidade da natureza. Portanto, existe uma crescente racionalização da gestão dos “recursos naturais”, é isso está vinculado a dispositivos da modernidade/colonialidade que se projeta desde a diferença colonial.

#### 4.3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA MEDIADA PELOS “REFLORESTAMENTOS”

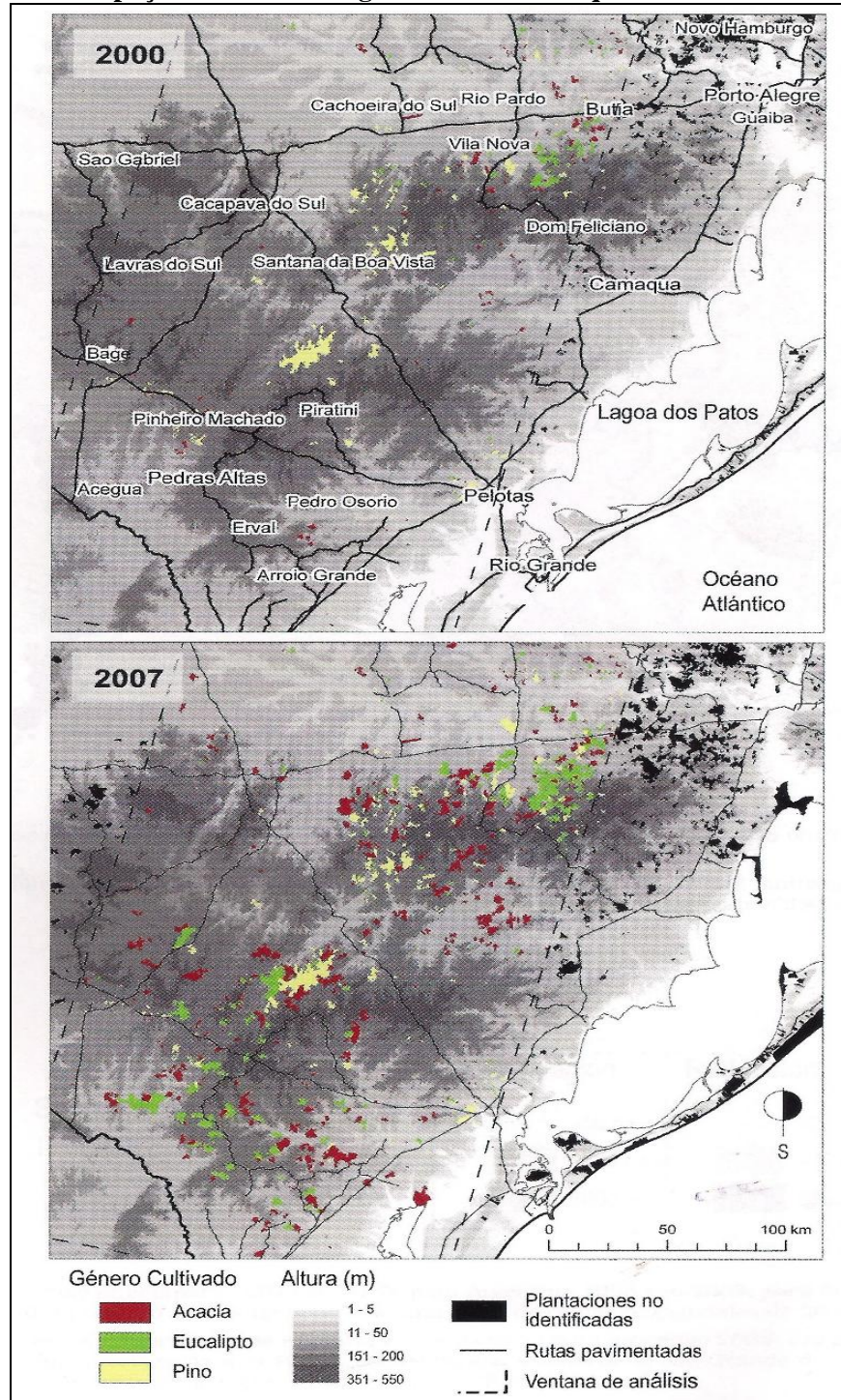
Em 2001 foi criado o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul – Fórum Mesosul, no sentido de acompanhar a nova Política de Desenvolvimento Regional criada pelo Ministério da Integração Nacional (criado em 1999), que previa estabelecer como prioridade a formulação e condução de políticas de integração e desenvolvimento regional sustentável, de planos e programas regionais de desenvolvimento e o estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais.

O Governo Federal passa, então, a atribuir a partir do Plano Plurianual 2004/2007, recursos específicos para as ações do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO. Com base nos debates e diagnósticos elaborados pelo Fórum Mesosul, uma das prioridades estabelecidas para a dinamização da economia regional foi o fomento florestal. Segundo Brose (2013, p. 232)

O Governo do Estado, por sua vez, alocando contrapartidas aos recursos federais ampliou o Programa de Financiamento de Longo Prazo Floresta Gaúcha - PROFLORA, promoveu capacitação de seu corpo técnico para assistência aos produtores rurais e facilitou os procedimentos de licenciamento ambiental para o setor florestal na Metade Sul, buscando atrair grandes empresas que pudessem liderar uma nova cadeia produtiva do papel e celulose na fronteira com o Uruguai, país com tradição na produção comercial de eucalipto.

Assim, na última década, a exemplo do Uruguai e Argentina, o estado do Rio Grande do Sul tem protagonizado ações intensas de desenvolvimento ligadas ao reflorestamento, centralizado na metade sul do estado e diretamente relacionado ao baixo dinamismo econômico da região (BINKOWSKI, 2009). De acordo com Brena (2011), entre 2001 e 2010 houve um aumento da área plantada com acácia, eucalipto e pinus no Rio Grande do Sul, de 80,7%, 170,1% e 71,5%, respectivamente. Os municípios da região Alto Camaquã também estão inseridos nos projetos florestais, onde os primeiros registros de plantio iniciaram na década de 1970 com o plantio de pinus no município de Piratini. Mas foi na década dos anos 2000 que os plantios de intensificaram, conforme é possível verificar na imagem a seguir.

**Figura 16 - Ocupação silvícola na região do Alto Camaquã entre 2000 e 2007**



Fonte: Gautreau (2014)

Mesmo em meio a tantas controvérsias sociopolíticas e tecnocientíficas a respeito do setor florestal no estado do Rio Grande do Sul (BINKOWSKI, 2009), a silvicultura desperta interesses e “encanta” quando o que está em jogo são significados do desenvolvimento que

apontam para possibilidades de ganhos econômicos. Abaixo é apresentado o posicionamento do vice-prefeito do município de Santana da Boa Vista em relação à silvicultura:

A silvicultura hoje é boa para o desenvolvimento do município, antigamente era um produto bruto que saía do município e não se agregava valor. Hoje não! já temos uma empresa no município, uma madeireira que está vendendo eucalipto beneficiado. Temos aproximadamente 70 empregos diretos. Então estamos gerando emprego e renda para pessoas daqui do município. (Trecho de entrevista: Vice-prefeito de Santana da Boa Vista, novembro/2012).

Também merece destaque o posicionamento do campo científico favorável ao setor florestal, o que evidencia a reprodução da colonialidade da natureza na região da região do Alto Camaquã. A seguir, destaca-se um registro favorável da Embrapa:

Mesmo havendo por vezes posicionamentos contraditórios em relação à silvicultura, o debate está em aberto. Se expôs muitos dados imprecisos, científicos, não reais, não comprovados para defender a entrada e não entrada da silvicultura. Perdemos com isso a oportunidade de dialogar com a iniciativa privada a forma como o plantio deveria ocupar os territórios. Perdemos uma oportunidade, e acho que a atividade florestal seria, e ainda é, importante para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, pensando, como disse, a ocupação dos territórios e a integração com outras atividades produtivas. (Trecho de entrevista: Pesquisador Embrapa, Bagé, novembro/2012).

Em outro estudo (NESKE, 2009), foi possível constatar alguns efeitos socioeconômicos e ambientais dos plantios silvícolas sobre a estrutura social e produtiva dos pecuaristas familiares, como a forte concentração e aumento do preço da terra, a diminuição das áreas de campos naturais, e a diminuição do fluxo de água, conforme relatado pelos pecuaristas. Mais recentemente, alguns outros trabalhos também analisaram alguns dos impactos da silvicultura na região, demonstrando as situações de vulnerabilidade que os pecuaristas familiares estão expostos aos plantios silvícolas (MATTE, 2013; GAUTREAU, 2014).

Essas transformações produtivas recentes na região, como as atividades florestais, da olivicultura e de expansão do cultivo da soja, são representativas de um processo que evidencia as transformações, os deslocamentos e a mobilidade do capitalismo global contemporâneo em direção às zonas rurais consideradas deprimidas economicamente. Desse modo, a região Alto Camaquã vem ingressando paulatinamente no circuito do capitalismo global, ganhando destaque e sendo pressagiado como um “berço de oportunidades” sem precedentes na história da região.

Acredita-se, por parte de um conjunto de atores locais posicionados em diferentes esferas de atuação, que capitalismo sem fronteira definitivamente é capaz de impulsionar o

desenvolvimento socioeconômico local, e o atrativo maior está nas possibilidades “inéditas” de apropriação e uso do meio natural. A biodiversidade local, que se manteve conservada ao longo do tempo em razão da relação estabelecida entre as formas de ocupação socioculturais e dos sistemas produtivos praticados por meio da atividade pastoril, é agora considerada ociosa aos “olhares” do capitalismo global e, portanto, das políticas de desenvolvimento.

**Figura 17 – Plantio de eucalipto na região do Alto Camaquã**



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Assim, a implantação das dinâmicas recentes de desenvolvimento está diretamente relacionada à condição geopolítica que denuncia a existência de uma natureza pouco “explorada” pela atividade produtiva pastoril. Em outras palavras, o que tem ocorrido é um processo intenso e acelerado de colonialidade da natureza na região, pois, conforme afirmam Borba e Trindade (2009), as estratégias recentes de desenvolvimento têm sido desenhadas, implantadas e controladas de “fora para dentro”, e são justificadas pela necessidade de que é preciso obter níveis de produção capazes de superar a improdutividade dos “recursos naturais”.

Esse é um fenômeno que está relacionado à colonialidade da natureza, já que a mercantilização do meio natural na região Alto Camaquã tem produzido “efeitos de verdade”,

que tendem a redefinir uma disposição simbólica e material de representação espacial sobre a natureza, atribuindo a essa uma condição de improdutiva. Assim, a exploração da natureza tem sustentado uma lógica que define um processo acentuado e perverso de colonialidade da natureza sobre essa região.

## 5 A GRAMÁTICA DECOLONIAL E A RESSIGNIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

O ponto de partida desse capítulo estabelece alguns questionamentos que estarão orientando as análises e discussões do capítulo: como identificar processos decoloniais? Onde e como ocorrem? Quem participa deles? Essas certamente não são perguntas de respostas e análises empíricas simples. Mignolo (2010) afirma que o primeiro passo para a gramática da decolonialidade tem sua passagem pela descolonização epistêmica, o que significa aprender a desaprender, para assim, reaprender. O que está em jogo, portanto, é colocar em evidência um pensamento fronteiriço em *ação* que emerge desde a subalternidade da colonialidade.

Com isso, ao se imaginar processos decoloniais, o que se está colocando como questão nesse capítulo são as condições de possibilidade de descolonização do desenvolvimento do Alto Camaquã que marcam a existência de projetos *outros* de existência que vivem a experiência da modernidade a partir do seu lado mais invisível, que é a colonialidade. Parte-se do pressuposto de que toda a experiência da história colonial legitimadora da modernidade/colonialidade tem algo a revelar enquanto processo decolonial. Nesse caso, a fim de proporcionar uma imagem de fundo de como a gramática da descolonização opera, à luz das questões e dos conteúdos dos capítulos decorrentes, estarei me detendo a explorar práticas e discursos que marcam posições contra-hegemônicas de desenvolvimento no Alto Camaquã.

### 5.1 COSMOPOLITISMO CRÍTICO-SUBALTERNO: O PROJETO ALTO CAMAQUÃ

A partir dos encontros que a etnografia me conduziu e das revelações produzidas a campo, tratarei nessa seção a respeito de traduzir das estratégias coletivas que tem produzido dispositivos responsáveis por emitir sinais de processos de insurgência decolonial na região do Alto Camaquã. É importante destacar, inicialmente, que muitas das experiências decoloniais tomadas e retratadas pelos teóricos do grupo MCD, envolvem diferentes experiências tratando de processos de ação coletiva entre sujeitos, como, por exemplo, as comunidades afrodescendentes do Pacífico Colombiano (ESCOBAR, 1997; 2005; 2008), o grupo Zapatista do México (MIGNOLO, 2003; GROSGOUEL, 2010), o movimento indígena do Equador (WALSH, 2008), ou mesmo a experiência do Fórum Social Mundial (ESCOBAR, 2005; SANTOS, 2010).

Os trabalhos de Escobar estão concentrados na experiência do Processo de Comunidades Negras (PCN) na região do pacífico colombiano, onde uma coalisão de 120 organizações constituídas contrariamente aos megaprojetos de desenvolvimento empreendidos pelo plantio de palma africana, a extração de minérios e madeira. Da mesma forma, Fleury (2013) trata de conflitos cosmopolíticos envolvendo o movimento Xingu Vivo em torno do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará. Existe nesses movimentos uma condição singular que é o fato de reivindicarem direitos de garantia de escolha em decidirem suas próprias trajetórias de desenvolvimento, as quais estão baseadas em processos ecológicos do *lugar*.

Desse modo, a análise empreendida toma como referência trabalhos já produzidos que traduzem processos decoloniais enquanto projetos coletivos. Assim, as análises aqui descritas que marcam processos de insurgência decolonial se localizam numa perspectiva que chamarei de *cosmopolitismo crítico-subalterno*, tomando emprestado como referência noções que se complementam a esse respeito elaboradas por Mignolo (2000) e Santos (2010)<sup>27</sup>. Os projetos de emancipação que representam um contramovimento aos desígnios modernos globais, Santos (2010) designa como cosmopolitismo subalterno, o qual tem promovido um “abalo” nas linhas abissais globais a partir de diferentes experiências de *oposição*. Para Santos, o cosmopolitismo subalterno manifesta-se por meio das iniciativas e movimentos contra-hegemônicos na luta contra as exclusões diversas e reside, acima de tudo, em seu profundo sentido de incompletude, sem contudo ambicionar a completude. Numa perspectiva corroborativa com Santos, Walter Mignolo (2000) fala de um cosmopolitismo crítico para se referir a um pensamento que alimenta um projeto para “deixar de fazer” o que está ordenado pelo sistema-mundo moderno/colonial. O autor considera que não é o ponto de chegada que alimenta o cosmopolitismo crítico, mas o ponto de saída, e por isso, é importante nessa perspectiva que o cosmopolitismo crítico seja pensado desde a experiência da colonialidade, e não somente desde a experiência da modernidade.

Com isso, o cosmopolitismo crítico-subalterno aqui assumido representa as condições de possibilidade para tornar inteligível análises que envolvem experiências pretéritas que tem repercutido em experiências emergentes desde as *margens* da modernidade. Assim, se quer evitar o caminho descomplicado e sedutor (para muitos) de se situar desde *dentro* da modernidade.

---

<sup>27</sup> Nota-se em uma perspectiva convergente entre Walter Mignolo e Boaventura de Sousa Santos que renúncia o cosmopolitismo universalisante moderno que tem sua origem em Kant.



De acordo com Escobar (2008), a colonialidade do poder estabelece dois processos paralelos: de um lado, a supressão sistemática dos conhecimentos, das culturas e dos lugares subordinados pela modernidade, e de outro, no choque com essa, a emergência de conhecimentos particulares que possuem o potencial de conversão em projetos alternativos. É nesse sentido que em meio ao regime de desenvolvimento que marca *as colonialidades* na região do Alto Camaquã que se reproduz sob o manto da modernidade, desde meados da década dos anos 2000 tem emergido processos contestatórios coletivos que vêm se contrapondo frontalmente a esse regime estabelecido e consolidado, e essa região se converteu numa arena de tensos conflitos em torno dos significados e práticas do desenvolvimento.

Nessa conjuntura específica marcada por uma reestruturação em curso do desenvolvimento, conforme visto no capítulo anterior, emerge na metade dos anos 2000 um movimento contestatório chamado de Projeto Alto Camaquã (PAC), o qual compreende um agenciamento sociotécnico<sup>28</sup> arquitetado em forma de rede e articulado em torno de multiatores<sup>29</sup>, multi-processos empreendidos em ações de contra-desenvolvimento.

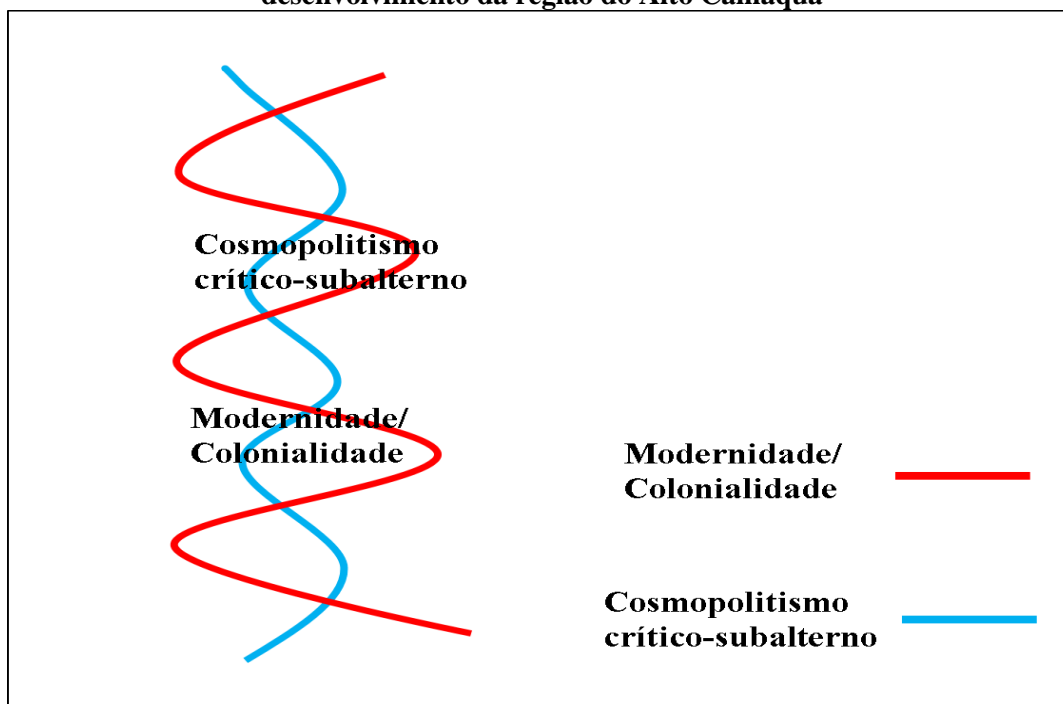
Esse movimento, assim constituído, e aqui compreendido como uma forma de movimento social, tem criado formas de ação coletiva (entre humanos e não humanos), e por detrás do sentido etimológico da palavra projeto está a consonância de uma mobilização em torno de um projeto de mudança social. Com isso, outros significados e interesses em torno das noções de desenvolvimento têm questionado e confrontado a narrativa modernizante do desenvolvimento, intercruzando-se com essa. Estabelece-se enunciações de um cosmopolitismo crítico-subalterno que vem renunciando, resignificando e traduzindo os signos dessa narrativa moderna de outros modos, em narrativas “descolonizantes” de defesa e valorização do local (Figura 18).

---

<sup>28</sup> A expressão agenciamento sociotécnico segue a noção empregada pela ANT. Callon (1986a) e Latour (2001) utilizam o termo agenciamento sociotécnico para descrever a diversidade de formas de agência, que não somente a agência humana, mas também a agência dos não humanos. Nesse sentido, conforme será apresentado nas próximas seções, a natureza é capaz de mobilizar e agir sobre os humanos.

<sup>29</sup> Latour (2001) considera que a palavra “ator” no sentido sociológico se limita a humanos, e dessa forma, toma emprestado da semiótica o termo actante para se referir à simetria existente entre humanos e não humanos. Ao abordar a palavra ator, estarei utilizando a perspectiva da ANT de ator, onde a natureza, os artefatos técnicos, por exemplo, são considerados como ator.

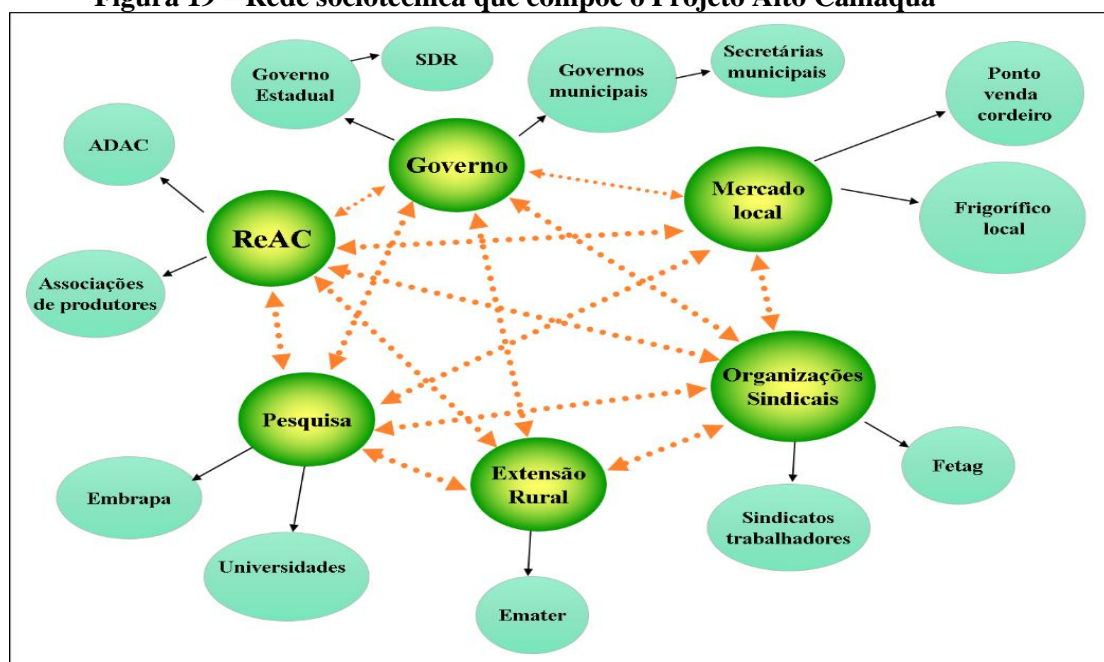
**Figura 18 - Narrativas em ação cosmopolítica crítica-subalterna e modernidade/colonialidade do desenvolvimento da região do Alto Camaquã**



Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

O desenho do arranjo da rede de atores que compõem o Projeto Alto Camaquã é integrado por diferentes organizações públicas e representações da sociedade civil, além dos poderes públicos municipal e estadual (Figura 19).

**Figura 19 – Rede sociotécnica que compõe o Projeto Alto Camaquã**



Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

A emergência do Projeto Alto Camaquã não ocorreu com prévia anuência entre os atores. Pelo contrário, é marcada por conflitos que se circunscrevem nas interações das estruturas político-organizacionais-institucionais que definem e posicionam os atores a atuarem de forma diferenciada. No capítulo anterior ficou claro quem são e como agem os atores que têm legitimado as noções de desenvolvimento ancoradas na noção totalitária de modernidade. Pois bem, no mínimo pode parecer contraditório que muitos desses atores mantêm situações de interface com o Projeto Alto Camaquã, o que pressupõe a existência de algum tipo de interesse em comum. Porém, é nessa situação de interface que se capta os encontros e desencontros que definem o descumprimento e rompimento de regras e contingências institucionalizadas.

Toda enunciação decolonial envolve um comprometimento que passa por um processo de desobediência epistêmica, a qual conduz a outras desobediências, civil e política (MIGNOLO, 2009). Nesse sentido, afirma Mignolo (2010), a gramática da decolonialidade começa por um estado de consciência que reconhece que *as colonialidades* (do poder, saber, ser, política, econômica e da natureza) têm reprimido outras formas de ser/estar/habitar o mundo.

É na interface entre atores heterogêneos do Projeto Alto Camaquã que se verificam processos emergentes de *desobediências*, onde atores individuais tem revisado não somente o papel de atuação dos dispositivos político-organizacionais-institucionais a que pertencem, mas também e, sobretudo, se verifica a criação de novas formas de ordenação e atuação desses dispositivos em apoio aos pecuaristas familiares e a valorização do *lugar*. O que faz, então, os atores (re)posicionarem suas formas de atuação? Nesse sentido, é importante destacar as trajetórias de vida individuais que definem e são definidas por um imperativo de justificação situacionais que sustenta e coordena a conduta dos indivíduos (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999) que, associado à correlativa liberdade de pensamento e a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos, esses tem definido outras formas de compreensão e retóricas do desenvolvimento.

A Embrapa é um ator que cumpre um papel importante nas ações do Projeto Alto Camaquã, e é dentro dessa organização de pesquisa agropecuária que surgiram as primeiras ações desencadeadoras do Projeto, tomando por referência a *desobediência* de um pesquisador em particular. O trabalho de doutorado do pesquisador em questão representou a primeira experiência de análise do Alto Camaquã partindo de uma perspectiva que contém elementos epistemológicos enquadrados nos estudos decoloniais. A tese defendia que regiões que permaneceram à margem do processo de modernização, conservaram características e

experiências capazes de mudar o curso da concepção hegemônica do desenvolvimento orientada pelo horizonte da modernização dos espaços rurais (BORBA, 2002). Portanto, a gênese do movimento epistêmico que redundou nos passos iniciais que deu origem ao Projeto Alto Camaquã, tem por base a trajetória individual desse pesquisador, o qual argumenta para defender seu posicionamento sobre o desenvolvimento e fazê-lo que seja reconhecimento, conforme segue:

Eu acabei fazendo doutorado numa escola que me permitiu construir uma visão crítica sobre o desenvolvimento, e eu me interessei por fazer um estudo de caso nessa região. Então, eu, embora sendo veterinário, não tenho nenhuma pretensão de ser antropólogo, mas acabei bebendo minimamente dessas fontes da antropologia, e isso me influenciou muito, essa ideia, essa noção que desenvolvimento não se importa. E essa visão eurocêntrica do desenvolvimento que acabou colonizando tudo, principalmente o pensamento, para mim não era válida, não servia, porque o mundo inteiro acabou sendo definido e ordenado por um padrão de desenvolvimento como algo a ser alcançado... O grande equívoco dessa região está primeiramente na análise, porque ao olharmos para a metade sul e a classificarmos como subdesenvolvida, incapaz, atrasada, economicamente frágil, tudo isso justamente deriva, esse olhar, essa classificação, deriva de um olhar que traz a priori uma imagem sobre como deveria ser o desenvolvimento. Então o seguinte, a metade sul, essa região onde trabalhamos, é abordada como se ela fosse dotada de uma doença que precisa de cura, e que é justamente a promoção de uma estratégia já conhecida de desenvolvimento... Eu olho para essa região a partir das suas potencialidades, das oportunidades que isso representa para pensar o desenvolvimento a partir das diferenças, entende!? Eu entendo o processo de desenvolvimento como algo que se constitui a partir do local, sobre o controle do local e em benefício do local. Fora a isso, é um processo de colonização, essa noção que globalizar trata-se de um processo de homogeneização epistêmica, produtiva, de modelo, de se inserir no mercado, de relações entre pessoas, de cultura, etc e tal. Eu trabalho como um dos pressupostos que estratégias de desenvolvimento se constroem localmente e conduz a um processo de diferenciação, ou seja, as regiões não são iguais, portanto, a cultura, os seus produtos, os seus serviços são diferentes. (Trecho de entrevista: Pesquisador Embrapa, Bagé, dezembro/2012).

Tomando por referência uma realidade apreendida no decorrer da sua trajetória, ao justificar as suas posições, o pesquisador exerce um processo de desobediência marcado por uma disputa pelo reconhecimento de outra visão de desenvolvimento que coloca em jogo a colonialidade em questão, mas também a entrada para a gramática da descolonização do desenvolvimento na região Alto Camaquã. Assim, está em evidência controvérsias sobre os significados e práticas do desenvolvimento em torno da atuação da organização que pertence, e das demais estruturas organizacionais-institucionais locais. O que o pesquisador está afirmando através da sua forma de pensar e agir, é uma opção decolonial que inicia pela deslegitimação e recusa das ideias e noções consagradas de desenvolvimento (do passado e do presente). Mas, mais do que isso, assume um *locus* de enunciação de “baixo para cima” que, ao colocar em voga a valorização do local, subverte e desloca os essencialismos do desenvolvimento, se fundamentando no que Mignolo (2010) chama de gramática decolonial.

Segundo Mignolo (2008), a opção decolonial envolve um pensar a partir da exterioridade da modernidade, numa posição epistêmica subalterna à hegemonia epistêmica que cria e rege um exterior a fim de assegurar a sua interioridade. Seguindo nesse sentido, a recusa epistêmica a partir da exterioridade envolve outros atores, formando vis-à-vis um *encadeamento* epistêmico que representa vínculos e alianças discursivas em movimento (rede) entre diferentes atores, o qual (encadeamento) evoca como ponto em comum um regime discursivo contra-hegemônico. Percebe-se, que regras institucionais estabelecidas no âmbito das organizações de acordo com os postulados modernizantes, são questionadas e suspensas em uma situação de desacordo, conforme expresso nos trechos abaixo:

Hoje em todo o mundo tem surgido focos de processos contestatórios dos padrões hegemônicos de desenvolvimento, na universidade, no campo político alguma coisa, dos movimentos sociais etc e tal. Bom, dentro da Embrapa não é diferente. Começam a surgir focos, do que nós poderíamos chamar de resistência ou de insatisfação, e esse é o meu caso. Mas o domínio ainda é de uma concepção de desenvolvimento que está muito mais para os padrões dos 70, do que uma revisão das noções de desenvolvimento, entende! Nós ainda como instituição olhamos para o passado. Nós ainda estamos fazendo o mais do mesmo. É só nós analisarmos aonde a gente coloca foco, aonde a gente coloca recursos né! ... Nós não compramos a discussão de fazer novas perguntas sobre as noções que orienta as nossas ações, e talvez essa seja a questão. A Embrapa ainda não está no ponto de formular novas perguntas que incorporem novas concepções de desenvolvimento e que nos remeta buscar outro tipo de solução. (Trecho de entrevista: pesquisador Embrapa, Bagé, dezembro/2012).

Eu trabalho na Emater a mais de 30 anos, hoje estou alocado na SDR, e nesse tempo todo, passei por momentos complicados na instituição porque me diziam para eu fazer uma coisa, eu enrolava, enrolava, desobedecia as ordens e acabava fazendo muitas vezes uma coisa completamente diferente. Vou te dar um exemplo: quando surgiu o boom dos eucaliptos, a Emater entrou nessa, e os técnicos eram orientados a fazer visitas nas propriedades para divulgar o programa florestal. Eu ia até as propriedades mas nem tocava no assunto dos eucalipto. Discutia outras coisas com as famílias. Ai tu pode me perguntar, por que eu faço isso? Porque eu tô vendo que a maioria das políticas que vem de cima para baixo não servem para as comunidades. São projetos e programas de todos os tipos que procuram sempre mudar de alguma forma o que já existe, e é por isso que não servem para as comunidades.... Com o Projeto Alto Camaquã o que está sendo dito é uma resposta positiva que existe outra forma de pensar o desenvolvimento. O foco não são projetos e programas de governo, projetos da Emater, da Embrapa, do que for. O foco é na valorização do que nós temos aqui, a nossa cultura, a nossa natureza, o nosso campo nativo, o Rio Camaquã...A maior certeza que tenho com o Projeto Alto Camaquã é que tem muitas pessoas descontentes com essa história que a nossa região é incapaz, que somos pobres, e esse descontentamento tá fazendo um barulho grande. (Trecho de entrevista: funcionário SDR, Bagé, dezembro/2012).

As manifestações de desobediência epistêmica apresentadas nas entrevistas assumem um estado de consciência dos atores que negam a colonialidade que é pertencente a uma “ferida colonial”, e que persiste no período atual ao considerar essa região como pobre e subdesenvolvida, conforme visto no capítulo anterior. Verifica-se, pelo conjunto dos trechos

das entrevistas, que os atores tomam consciência dos efeitos da matriz da colonialidade (o que pesquisador da Embrapa chama de colonização) que se reproduz em padrões de subjetividades que consideram a região Alto Camaquã pobre, atrasada, estagnada.

Em outras palavras, o que é evocado representa um pensamento de fronteira produzido enquanto um cosmopolitismo crítico-subalterno como parte da diferença colonial. Vejamos, agora, a narrativa de um pecuarista familiar que empreende um discurso relacional invocando modelos locais de natureza na defesa do lugar.

Nós aqui fizemos parte da natureza, e muita coisa da natureza nós temos que usar, e por isso temos que conservar o que a natureza nos dá. O campo é o maior tesouro que nós aqui temos. Foi com o campo que meus avôs, meus pais se criaram. Foi com o campo que me criei, e é com o campo que tô criando os meus filhos. Foi nós que sempre conservamos o campo, porque dependemos dele para viver. Só que hoje dá uma dor ver o que tá acontecendo na região com essas plantaçoão que tão destruindo os nossos campo. Nós não podemos aceitar que esses eucalipto, e a agora a soja, continuem invadindo os nossos campo do jeito que tá acontecendo nos últimos tempos. Alguma coisa precisa ser feita, porque sem o campo, o pequeno produtor não é ninguém. (Trecho de entrevista: pecuarista familiar, Pinheiro Machado, novembro/2012).

Como ontologias se manifestam em narrativas, ao demonstrar uma preocupação com o desaparecimento do campo nativo, o pecuarista familiar expressa o seu direito epistêmico de se posicionar no mundo, onde expressa na sua fala princípios de uma ontologia relacional, articulando experiência de vida, conhecimentos *enraizados* e práticas cotidianas vinculadas às relações com a natureza. Se as suas condições de existência se definem por uma circularidade de conhecimentos estabelecidos com a natureza, hoje, muitas dessas conexões estão colocadas em risco, e expressa uma preocupação em estabelecer um movimento pela defesa do *lugar*, o qual mantêm vínculo existencial.

Portanto, o Projeto Alto Camaquã emerge nos interstícios da modernidade/colonialidade sob o exercício de uma complexa rede formadas por alianças que atravessam as fronteiras da diferença colonial. Outros agenciamentos surgiram como efeitos transformadores em uma arena do desenvolvimento para pensar o impensável. O que está colocado pelo Projeto Alto Camaquã como jogo para ser jogado são lutas ontológicas (ontologia relacional), que caracteriza o que Blaser (2010) chama de ontologia política. De um lado, uma ontologia moderna que tem na sua essência a dicotomia dos domínios de sociedade e cultura, ambos separados pela colonialidade. De outro, uma ontologia relacional, invisibilizada pela ontologia moderna, mas marcada por práticas decoloniais.

Assim, um dos maiores desafios que é colocado por alguns membros do Projeto Alto Camaquã diz respeito a superação da pouca compreensão das questões que o projeto tem

suscitado, o que redundava numa baixa participação de atores representados por organizações públicas, da sociedade civil e dos poderes públicos municipais e estadual. O reclamo de alguns atores sobre o pouco envolvimento e participação das administrações municipais, foi uma questão recorrente durante a pesquisa de campo.

O que se observou é que não existe uma preocupação com questões relativas ao desenvolvimento regional que parta das administrações e da maioria das organizações (civil e pública), e que articulem interesses em comum de desenvolvimento. A maior parte da forma de atuação das organizações e do setor público se dá de maneira setorial, individualizada, através de programas e projetos específicos. Como as organizações e as administrações públicas tem dificuldades, ou pouco interesse em mudar essa forma de atuação, as suas participações no Projeto Alto Camaquã se mostram, muitas vezes, por conveniência. Desse modo, as ações e participações mais efetivas ocorrem a nível mais individualizados, conforme é possível perceber no relato a seguir

A Embrapa como instituição tem o dever de agir de alguma forma. A forma como eu escolhi foi trabalhando com os produtores excluídos. Por isso eu digo, a Embrapa é uma coisa, agora, a Embrapa que acredita nesse tipo de concepção de trabalho do Projeto Alto Camaquã, é outra bem diferente. Podem até dizer que apoiam, mas a efetividade do comprometimento e do entendimento dos pressupostos do Projeto pode ser questionada. (Trecho de diário de campo: fala do pesquisador da Embrapa, Pinheiro Machado, agosto/2012).

Uma alternativa encontrada para superar a pouca adesão e apoio ao Projeto Alto Camaquã, foi a criação, em 2009, da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC). Segundo o presidente da ADAC na época da pesquisa, a criação da ADAC foi uma estratégia retroativa encontrada pelos atores para se fortalecerem, já que do ponto de vista institucional e político havia pouco comprometimento com o Projeto Alto Camaquã.

A criação da ADAC nasce pela falta de apoio das instituições e do poder público ao que denominamos de Projeto Alto Camaquã, ou seja, de uma ideia, de uma concepção que compreendemos de desenvolvimento que é totalmente diferente do que tem acontecido nos últimos anos na nossa região... Juntamos meia dúzia de pessoas que pertencem a essas instituições, aos governos, e juntamente com os pequenos produtores, definimos que podemos pensar o desenvolvimento de outra forma. Mas aí vem uma questão: quem realmente apoia essa ideia? Começamos a perceber que todo mundo dizia que apoiava o pequeno produtor, que defende a preservação do campo, do Rio Camaquã e tal, mas existe uma questão de fundo que é uma incompreensão grande do que o Projeto Alto Camaquã pode representar para o desenvolvimento da região... Os discursos não estão alinhados, tu vê que tem prefeito que diz que apoia o projeto Alto Camaquã, e é o mesmo prefeito que apoia o plantio de eucalipto na região, ou que defende que a construção de barragem no Rio Camaquã pode ser boa. Então posso te dizer que ADAC tem nos dados uma maior representação e mais força para defendermos as nossas ideias. (Trecho de entrevista: presidente da ADAC, Piratini, novembro/2012).

Assim, a ADAC representa um conjunto importante de associações de pecuaristas familiares da região Alto Camaquã, e tem um papel fundamental para levar à frente as discussões e decisões compartilhadas entre os atores partícipes do Projeto Alto Camaquã. Isso significa que depois de décadas de descaso, esses atores, historicamente marginalizados, estão assumindo um protagonismo e empoderamento social e político, se transformando em sujeitos com voz e consciência do lugar que ocupam.

Em 2011 foi criada a Rede de Produtores do Alto Camaquã, que passou a congrega o conjunto das associações filiadas à ADAC (na seção 5.3 será analisado a atuação da ADAC e REAC). Atualmente a REAC é constituída por 20 associações comunitárias de pecuaristas familiares, o que representa em torno de 420 famílias. No Quadro 2 é apresentada a relação das associações.



**Quadro 2 - Relação de Associações Comunitárias de pecuaristas, por município, filiadas à ADAC**

<b>Município</b>		<b>Associação</b>
Bagé	1	Associação das Comunidades Quilombolas Rurais de Palmas
	2	Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores Rurais das Comunidades da Toca, Lixiguana, Coxilha das Flores, Pedreira e Cerro do Mal Criado
Caçapava do Sul	3	Associação de Produtores Rurais do Entorno do Cerro da Cruz
	4	Associação dos Moradores das Guaritas
	5	Associação Caçapavana dos Produtores de Ovinos e Caprinos
Encruzilhada da Sul	6	Associação dos Produtores de Ovinos de Encruzilhada do Sul
Lavras do Sul	7	Associação dos Apicultores de Lavras do Sul - APIMEL
	8	Grupo Tecelagem Lavrense
	9	Associação dos Criadores de Ovinos de Lavras do Sul - ACOL
	10	Associação Comunitária Quilombo Corredor dos Munhos
Pinheiro Machado	11	Associação de Senhoras e Moças de Torrinhãs
	12	Associação de Desenvolvimento Comunitário São Miguel
	13	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Areal
	14	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Jaíba
	15	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Restinga
	16	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural Boa União
	17	Associação de Desenvolvimento Comunitário Novo Horizonte
Piratini	18	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Capela
	19	Associação Comunitária do Barroco
Santana da Boa Vista	20	Associação de Criadores de Ovinos e Caprinos - ACROC
Alto Camaquã	21	Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã - ADAC

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

As práticas de organização social construídas pelos atores do Projeto Alto Camaquã, através da criação da ADAC e da REAC, trazem um sentido de uma prática social refletida em verdades que estão sendo construídas por meio de experimentações e aprendizagens coletivas. Essas aprendizagens definem experiências sociais que tem assumido compromissos que levam a criação de outras formas de pensar o desenvolvimento a partir do empoderamento e emancipação dos atores. A seguir estarei descrevendo práticas sociais

emancipatórias do Projeto Alto Camaquã que compreendem ações decoloniais do desenvolvimento.

## 5.2 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS. O CAMPO NATIVO MOBILIZANDO OS HUMANOS NA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO LOCAL.

Uma característica importante a ser destacada em relação a cobertura da vegetação da região Alto Camaquã é que o perfil dessa vegetação se caracteriza pelo predomínio de mosaicos campo/formações herbáceo-arbustivas e floresta nativa (TRINDADE et al., 2010), o que determina práticas e conhecimentos bastante particularizados de uso e manejo da vegetação campestre<sup>30</sup> pelos pecuaristas. Então, seria possível indagar: trata-se de uma pecuária que é realizada em “campo sujo”, conforme a expressão usada pelos pecuaristas para se referir à vegetação campestre? Sim, exatamente isso. O “campo sujo” é o campo que oferece a base da alimentação para os animais, não sendo constituído apenas por espécies forrageiras, mas por diferentes padrões de vegetação que incluem espécies herbáceas, arbustivas e florestais.

Se adotada uma concepção convencional, produzir em “campo sujo” é um problema que precisa ser erradicado. Desse ponto de vista, os esforços deveriam ser no sentido da uniformização e da busca de alta produtividade, superando as possíveis condições naturais desfavoráveis pelo uso de tecnologias modernas, uma vez que a ideia generalizada é de que não é possível obter rendimentos produtivos e ganhos econômicos satisfatórios em situações não ideais.

Mas então, como domesticar uma natureza que é “selvagem” e tornar a produção pecuária produtiva? Para os problemas formulados com esse tipo de pergunta, o progresso técnico-científico tem apresentado soluções convencionais. No norte do País, por exemplo, no bioma Amazônia, a pecuária avança sobre a floresta pelo uso de práticas de desmatamento, deixando impactos irreparáveis; na região centro-oeste, a pecuária avança sobre o bioma Cerrado do mesmo modo; e, no Rio Grande do Sul, na intenção de aumentar a produtividade da pastagem natural, os campos do bioma Pampa têm cedido espaço para poucas espécies cultivadas ou para a integração lavoura-pecuária<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Quando falamos em vegetação campestre, estamos nos referindo ao campo nativo, que é um tipo específico de vegetação nativa que serve de alimentação para os animais.

<sup>31</sup> De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2010), a supressão da vegetação nativa do bioma Pampa provocado pela reconversão produtiva, atinge 54% da área original de 177.767 km<sup>2</sup>. Entre o período de 2002 e 2008 o bioma Pampa contabilizou uma perda de 251.400 hectares de vegetação nativa.

O questionamento anterior certamente não faz sentido para os pecuaristas familiares, pois para eles não se trata de domesticar uma natureza “selvagem”, o que está em jogo é a criação de espaços de convivência dentro de limites que são estabelecidos entre humanos e natureza. Essa condição tem se mantido ao longo do tempo devido a um processo coevolucionário estabelecido entre humanos e natureza, no qual a cultura local, consolidada através da atividade pastoril, ao se adaptar às condições naturais, vem sendo responsável pela manutenção e conservação dos campos naturais (BORBA; TRINDADE, 2009). Portanto, as perguntas “convencionais” formuladas pelos *experts* em relação ao que é um problema de pesquisa que precisa ser solucionado, certamente não são as mesmas perguntas e, tampouco, as respostas elaboradas pelos pecuaristas familiares.

Assim, nas formas de uso da terra onde a vegetação campestre representa o principal recurso forrageiro de alimentação dos animais, o excesso de “mato”, a primeira vista, parece ser um problema que impõe limitações ao processo produtivo. No entanto, são os próprios pecuaristas familiares que demonstram, por meio de seus conhecimentos tácitos, o nível de intervenção com o qual devem ser manejadas as áreas, visando conciliar a produção (desde uma racionalidade econômica específica) e a manutenção de uma base de “recursos naturais” (NESKE; MIGUEL; BORBA, 2012).

No entanto, os processos produtivos da pecuária familiar têm sido associados a uma produção de baixa eficiência, com rendimentos inexpressivos, sendo esses fatores interpretados na visão convencional da pesquisa e extensão rural, também, como consequência do manejo “inadequado”<sup>32</sup> exercido pelos produtores sobre a vegetação campestre. Ou seja, parte-se do princípio que rendimentos satisfatórios da produção pecuária requerem um “bom” manejo da vegetação campestre seguindo orientações técnico-produtivas comprovadas cientificamente.

Essa “visão” é herdeira do paradigma científico cartesiano, onde o pesquisador ao intervir em situações controladas, e não em situações da realidade social, considera que o único resultado válido é a eficiência produtiva, culminada com a combinação entre taxas elevadas de crescimento das pastagens e o maior desempenho animal. Essa conduta, associada à especialização do conhecimento, gera uma situação na qual a maior parte dos cientistas tem dificuldades em lidar com sistemas complexos, que combinam elementos naturais e sociais, humanos e não humanos. Com isto, a complexidade de um determinado sistema social-natural

---

<sup>32</sup> O manejo considerado inadequado das pastagens nativas refere-se principalmente ao sobrepastejo, que é um termo técnico utilizado para designar uma situação em que há excesso de animais por forragem (partes comestíveis das plantas) produzida (SANTOS et al., 2008).

é reduzida, passando a ser estudada isolando-se alguns fragmentos do sistema natural (animais, solo, plantas, *etc.*) para estudo, de preferência em condições controladas, como campos experimentais e laboratórios.

Portanto, historicamente o conhecimento técnico-científico produzido a respeito do manejo da vegetação campestre tem sido armazenado em caixas-pretas<sup>33</sup>, onde somente o pesquisador ou a comunidade científica possui a chave que decodifica o conhecimento que se encontra dentro dela. Os estudos científicos sobre pastagens naturais no Rio Grande do Sul consagram uma longa tradição de pesquisa, que remonta aos últimos 50-60 anos em centros universitários e empresas públicas de pesquisa<sup>34</sup>, no entanto, pouco dialogam com os conhecimentos dos pecuaristas familiares.

Essa postura epistemológica e metodológica da produção do conhecimento é reveladora de um processo onde os agentes do desenvolvimento não atuam como elo de união entre mundos diferenciados, pois eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que torna possível este modo específico de interligação (NEVES, 2008). Segundo Sardan (1995), na maior parte dos casos os agentes do desenvolvimento não “aprenderam” a ser mediadores entre dois sistemas de conhecimentos, devido ao fato de que as suas competências técnicas foram construídas sobre uma denegação e rejeição dos conhecimentos dos agricultores.

Nas diferenciações entre os conhecimentos de peritos (cientista) e leigos (agricultor), os peritos constroem “áreas de ignorância” que perpetuam a superioridade do seu conhecimento contra o dos agricultores (GUIVANT, 1997). Nesse sentido, as capacidades técnicas dos especialistas aprisionadas em caixas pretas é uma forma de exercício do poder, o qual serve para impor uma “lei da verdade” onde o objetivo é fazer o agricultor reconhecer e respeitar essa verdade. No entanto, o poder coloca em jogo relações entre indivíduos que são ao mesmo tempo receptores e emissores de poder (FOUCAULT, 2011).

Portanto, apesar dos especialistas ocuparem posições privilegiadas para a construção do conhecimento técnico-científico e se utilizarem de dispositivos de poder<sup>35</sup> para a

---

<sup>33</sup> A expressão caixa-preta é utilizada por Latour (2000) para se referir a ciência “fechada” e “pronta”, uma expressão da cibernética apropriada por Latour da cibernética que significa que um fato ou técnica científica se revela complexo demais, onde a seu respeito não é preciso saber nada, além do que entra nela e o que dela sai.

<sup>34</sup> Em relação as pesquisas universitárias, especialmente cabe destacar aquelas realizadas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Quanto as empresas públicas de pesquisa, destacam-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Fundação Estadual de Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO).

<sup>35</sup> Para Foucault (2011) dispositivo representa uma rede tecida por um conjunto de elementos heterogêneos (discursos, instituições, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados e práticas

legitimação desse conhecimento, o poder nem sempre é algo coercivo que limita os espaços de escolhas dos agricultores. Muito pelo contrário, orientados por seus códigos morais e comportamentos culturais, os agricultores criam seus regimes de ação e reação contra as imposições colocadas de “cima para baixo”, e ao fazerem isso, os especialistas também sofrem os efeitos do poder provocados pelas estratégias reativas dos agricultores. Assim, mais do que se opor às formas de submissão e dominação, os agricultores afirmam seus direitos e asseguram a sua autonomia enquanto sujeitos produtores de conhecimento.

A partir da atuação da ADAC, se estabeleceram parcerias entre os pecuaristas familiares e as instituições de pesquisa e extensão, orientadas a ações de valorização dos “recursos naturais” e conhecimentos locais. Iniciou-se, então, um processo de geração do conhecimento dentro de uma perspectiva de “*ciência no contexto do local*” (BORBA; TRINDADE, 2009). Trata-se de um espaço construído deliberadamente dentro do Projeto Alto Camaquã, que tem suscitado a pesquisadores e técnicos a necessidade de novas abordagens epistemológicas e metodológicas no que se refere ao estudo da vegetação campestre.

Com isso, a “*ciência no contexto do local*” passou a promover “desvios de regras” no campo da produção do conhecimento sobre as formas de uso dos “recursos naturais”. Desse modo, os conhecimentos tácitos “escondidos” ou ignorados presentes nas práticas coprodutivas dos pecuaristas familiares em relação às estratégias de uso da vegetação campestre passaram a ter valor na produção de novos conhecimentos. Agentes de pesquisa e extensão rural e os pecuaristas começaram a estabelecer conjuntamente uma série de relações dentro de um espaço sociotécnico local<sup>36</sup> visando à solução dos problemas acerca do manejo e uso da vegetação campestre.

Assim, a partir da configuração desse espaço sociotécnico local, processos criativos de aprendizagem e geração de novos conhecimentos no que se refere ao estabelecimento de estratégias de uso da vegetação campestre têm emergido em um contexto de formação e fortalecimento de novos conhecimentos, envolvendo a ação coletiva de pesquisa, extensão e os próprios pecuaristas familiares. Desse modo, a própria concepção do que vem a ser um problema envolvendo a vegetação campestre não é mais atribuição exclusiva do conhecimento científico, onde o pesquisador tem um espaço privilegiado de domínio do

---

científicas, proposições filosóficas e morais), os quais definem processos de produção do saber, do poder e modos de subjetivação.

<sup>36</sup> Segundo Sabourin (2009), o espaço sociotécnico refere-se ao lugar e às circunstâncias que servem de suporte privilegiado para os encontros entre aqueles atores sociais que mantêm elos de proximidade de densidade suficiente para poder falar e realizar intercâmbios sobre assuntos e objetivos técnicos vinculados a seu trabalho.

conhecimento, mas a solução de problemas acontece a partir do próprio local, tendo por base a interação entre conhecimentos científicos com conhecimentos tácitos.

Com isso, o aparente manejo “inadequado” da vegetação campestre exercido pelos pecuaristas familiares passou a ser visto não como um anacronismo do processo de desenvolvimento, mas como resultado de um processo particular representativo de uma *condição camponesa*. Tal condição representa a luta por autonomia dos pecuaristas como uma forma de construção e reprodução dos seus meios de vida em um contexto adverso, caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2008; SABOURIN, 2009).

Essas constatações passaram a ser evidenciadas após a criação de Unidades Experimentais Participativas (UEPAs) em 2009, que se compuseram em um espaço sociotécnico de geração de novos conhecimentos a respeito da vegetação campestre (Figura 20).

**Figura 20 – Dia de trabalho em uma UEPA**



Fonte: Pesquisa de campo (2012).

As UEPAs constituem um nó importante da rede sociotécnica do Projeto Alto Camaquã, um “ponto de passagem obrigatório” que mobiliza e reúne atores humanos (pecuaristas,

técnicos, pesquisadores) e não humanos (artefatos, plantas, solo, água, fauna do solo, *etc.*), e juntos, de forma coletiva, são responsáveis pela geração de novos conhecimentos. Se os pesquisadores, extensionistas e pecuaristas são capazes de “socializar” a vegetação campestre para estudá-la e lhe atribuírem importância, a vegetação campestre tem estabelecido grande capacidade de “naturalizar” esses atores sociais, mobilizando-os como seus porta-vozes. Ou seja, a vegetação campestre está permanentemente inserida nos discursos dos pesquisadores, extensionistas e pecuaristas, capaz de provocar e produzir novas ações e acontecimentos (*e.g.* dias de campo, relatórios, artigos), que tem modificado a história da produção do conhecimento a seu respeito. Como afirma Latour (2008), os não humanos são capazes de mobilizar e agir sobre o “mundo”, não sendo possível entender a sociedade sem o recrutamento de não humanos socializados. Portanto, as ações e os resultados efetivamente produzidos nas UEPA são eventos envolvendo ações de humanos e não humanos atuando em rede.

Através do espaço sociotécnico de integração proporcionado pelas UEPA, revelou-se aos pesquisadores e extensionistas que as decisões que definem as práticas de manejo da vegetação campestre são orientadas por objetivos, interesses e experiências que os pecuaristas familiares (re)criam constantemente para desenvolver seus projetos de vida. Por disporem de áreas pequenas, se observa altas lotações de animais por área, as quais se justificam por um comportamento econômico específico. Ou seja, no *calculus* econômico dos pecuaristas, o maior número de animais no campo representa segurança frente às necessidades futuras do grupo familiar (NESKE, 2009; RIBEIRO, 2009).

De acordo com Ribeiro (2009), se do ponto de vista técnico e produtivo as altas lotações caracterizam uma “irracionalidade” (pois menores lotações por área proporcionam maior produtividade), do ponto de vista da racionalidade dos pecuaristas familiares, o maior número de animais disponíveis é considerado como mercadoria de reserva. Portanto, segundo o autor, a racionalidade produtiva é estabelecer mais reservas por intermédio do gado e não de incrementar a produção e a produtividade.

No entanto, as altas lotações utilizadas como prática de manejo não isenta os animais de restrições alimentares, sobretudo, no período de inverno que corresponde à época mais crítica devido ao menor crescimento das pastagens naturais. É nesse período que frequentemente ocorrem óbitos de animais em razão da escassez de alimentos e/ou os pecuaristas se veem obrigados a vender animais para evitar futuras perdas. Em outras

situações, devido às restrições de alimentos no inverno, os pecuaristas recorrem ao plantio de pequenas áreas de pastagens cultivadas (0,5 a 2 hectares)<sup>37</sup>.

Os pecuaristas reconhecem que a falta de controle da lotação de animais é uma prática que reduz a escassez de alimentos para os animais, principalmente no inverno. Nesse contexto, as UEPA's têm representado um espaço onde o conhecimento "válido" visando à solução dos problemas é o conhecimento construído na interface entre conhecimentos científicos e conhecimentos tácitos. Conforme Borba et al., (2009), é inconcebível promover novos conhecimentos e novas estratégias de manejo da vegetação campestre sem levar em consideração a experiência prévia dos pecuaristas familiares.

Assim, o foco não tem sido abordar os problemas relacionados com o manejo da vegetação campestre como um sistema isolado, mas procurar entendê-los dentro de um contexto mais amplo, considerando as práticas co-produtivas dos pecuaristas familiares previamente existentes que estão relacionadas com seus meios de vida. Por isso, a "*ciência no contexto local*" tem se constituído em um princípio fundamental pelos agentes do desenvolvimento da pesquisa e extensão rural para o descobrimento de conhecimentos tácitos dos pecuaristas familiares.

Portanto, a contextualização local da ciência vem promovendo a interação dos conhecimentos de pesquisadores e extensionistas em uma situação de interface sociotécnica, onde sentidos a respeito dos conhecimentos gerados nas UEPA's são confrontados e negociados. No entanto, tais conhecimentos não têm sido excludentes, pelo contrário, são preponderantemente complementares. Para os pecuaristas familiares, esses conhecimentos gerados passaram a fazer sentido ao seu repertório cultural, pois, eles próprios, também têm protagonizado a sua geração. O relato abaixo é de um pecuarista, e evidencia a forma como os conhecimentos da "*ciência no contexto local*" têm sido incorporados em suas práticas cotidianas.

Todo mundo perdeu gado aqui na região. Eu tive vaca ganhando até 1 kg por dia. Depois que começamos a trabalhar juntos [se referindo ao trabalho na UEPA], tô mudando a maneira de ver o campo. Tem que permitir o campo rebrotar. Comecei a usar divisão de potreiro como reserva, e hoje penso em deixar reserva [de pasto] para cada estação... hoje tô usando a propriedade de acordo com a minha necessidade. (Trecho do diário de campo, Pecuarista familiar, Pinheiro Machado, setembro/2012).

O relato da entrevista evidencia que o pecuarista tem conseguido aliar mudanças na gestão do manejo da vegetação campestre de acordo com suas necessidades, sem com isso,

---

<sup>37</sup> Ver Neske (2009) e Ribeiro (2009).



comprometer as estratégias que garantem a sua reprodução social e econômica. Assim, a modificação nas estratégias de manejo da vegetação campestre não tem como objetivo maior auferir ganhos econômicos, mas de estabelecer um controle sobre a melhoria do processo de pastejo que seja apropriado pelos pecuaristas, visando a resolução dos problemas que enfrentam ou convivem cotidianamente, sobretudo, a escassez de alimentação no inverno.

Do lado dos pesquisadores e técnicos, as UEPAs têm possibilitado uma revisão dos preceitos históricos de intervenção das organizações, e, ao mesmo tempo, ampliam-se os horizontes para novos espaços de aprendizagem e mudanças de atitudes.

As instituições de pesquisa e extensão passaram 50 anos tentando fazer os pecuaristas mudarem de atitude, e eles não mudam!! Aí de repente tu cria uma unidade experimental participativa onde a partir da interação entre os pecuaristas familiares e os técnicos se exercitam coisas, se fazem reflexões, se formulam perguntas, se constroem respostas de maneira que isso faça sentido para os pecuaristas. Isso é um aprendizado muito grande. Por que? Ensina as instituições que existe um equívoco histórico por parte dos técnicos de querer impor modificações no sistema sem que elas façam sentido para a vida desses pecuaristas. (Trecho de entrevista: pesquisador Embrapa, Bagé, dezembro/2012).

Esses relatos permitem constatar que a pesquisa participativa colocada como estratégia de aprendizagem tem assegurado a construção de novos conhecimentos anteriormente não existentes. Os conhecimentos individuais previamente existentes ao interagirem conjuntamente têm produzido efeitos e se constituído em saberes coletivos. O que promove o processo de aprendizagem é o fato de que perguntas e respostas vêm sendo formuladas e respondidas de forma coletiva, compondo uma intrincada composição entre conhecimentos tácitos e científicos, não havendo privilégio desses últimos em detrimento dos primeiros.

A partir das posições que os pesquisadores, os técnicos e os pecuaristas familiares ocupam no contexto das UEPAs, formas de conhecimento sobre “si mesmos”, constituindo a construção de diferentes modos de subjetivação<sup>38</sup>. Neste caso, a constituição das subjetividades humanas é agenciada pela *natureza*, pois a vegetação campestre, como principal “ator em cena”, é que tem mobilizado os atores sociais ao seu redor. Esta reflexão, a partir da observação e acompanhamento dos todos os atores (ou actantes) leva a entender a emergência da produção de novidades para além da ação humana.

Conforme Latour (1997), a ontologia moderna é pautada pela divisão entre sociedade e natureza em zonas separadas, cabendo à ciência o papel de controle sobre a natureza. A rede sociotécnica relacionada ao Projeto Alto Camaquã parece que vai, aos poucos, contribuindo

---

<sup>38</sup> Foucault (1984) usa a expressão modos de subjetivação para se referir às práticas de constituição do sujeito.

para o rompimento desta noção, antes tão presente entre a comunidade científica envolvida nos estudos da vegetação campestre.

São os agenciamentos de humanos e não-humanos que têm criado as condições para a formação de novos enunciados<sup>39</sup> que expressam um novo olhar e uma maior valorização dos recursos naturais do Alto Camaquã, possibilitando a construção de outra trajetória de produção do conhecimento. Portanto, o *lugar* de onde emerge a produção de interconhecimento, é o próprio lugar, e está assentado num processo de autodeterminação dos atores na defesa dos conhecimentos e defesa e valorização da natureza.

### 5.3 ECONOMIAS DE *OUTROS* MODOS: O CORDEIRO DO ALTO CAMAQUÃ

A experiência organizativa das UEPA's passou a exercitar e desencadear discussões visando a criação de estratégias de comercialização dos produtos e serviços regionais ligados aos conhecimentos dos pecuaristas e suas práticas de manejo dos “recursos naturais”. Assim, os processos de ação do Projeto Alto Camaquã passou a criar e definir estratégias de promover a imagem do *lugar*, e vincular esta imagem e seus atributos com produtos e serviços localmente existente. As primeiras iniciativas para acessar mercados com os produtos do Alto Camaquã iniciaram 2011. Durante esse ano foram organizados encontros da REAC, contando com as participações da ADAC (e as associações de produtores filiadas), sindicatos dos trabalhadores rurais, Embrapa, Emater, prefeituras municipais e Secretária do Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SDR). Os objetivos desses encontros envolveram discussões visando a definição das primeiras tratativas e estratégias de comercialização de produtos e serviços do Alto Camaquã, além da criação de uma marca coletiva dos produtos e serviços que visa à certificação participativa e à venda coletiva.

No ano de 2012 novos encontros da REAC possibilitam avançar na construção de acesso aos mercados. Em maio e junho do mesmo ano duas novas reuniões definiram os produtos para iniciar a comercialização e as estratégias de uso da marca territorial coletiva<sup>40</sup>. Cabe destacar que a definição de cada produto enquanto potencial para comercialização envolve uma decisão partilhada entre pecuaristas das distintas associações e demais atores de agências já mencionadas. O universo de produtos identificados como próprios da região foram organizados em cinco “linhas” de produtos (Quadro 3). Entre algumas das características

---

<sup>39</sup> Para Foucault (1997) o enunciado é uma função de existência materializada como acontecimento e que pertence a certa formação discursiva. Ou seja, a noção de enunciado está relacionada a acontecimento e discurso.

<sup>40</sup> Atualmente a marca se encontra em fase de registro junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

definidas na escolha dos produtos estão aspectos relacionados ao “saber-fazer”, produtos “ecológicos” (sem uso de insumos externos) e adaptados ao local, paisagem e “recursos naturais” preservados.

**Quadro 3 – Produtos gerados pelos pecuaristas familiares em cada linha produtiva**

<b>Arte Rural</b>	<b>Carnes</b>	<b>Produtos alimentícios elaborados</b>	<b>Produtos primários</b>	<b>Turismo</b>
Couro	Aves	Biscoitos	Mel	Roteiros
Crina	Bovina	Bolo de amendoim	Terneiros	Eventos
Fibras vegetais	Bubalina	Cucas	Feijão	Gastronomia
Lã	Caprina	Doces (figada, doce de leite, ambrosia)	Milho	Hotéis
Madeira	Ovina	Licores		Pousadas
Pele ovina	Peixes	Pães		
Pele caprina	Suíños	Queijo		
		Vinho		

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

As primeiras comercializações dos produtos ocorreram na feira de produtos do Alto Camaquã, que ocorre anualmente no mês de julho. No entanto, a carne de cordeiro foi o produto que obteve um processo mais acelerado e fortalecido de comercialização. Isso porque a produção ovina é praticada em 100% das propriedades familiares que participam do Projeto Alto Camaquã, o que ampliaria a possibilidade de inserção nos mercados de boa parte dos pecuaristas familiares.

Definido o cordeiro como “carro-chefe” do processo de comercialização, foi estabelecido na reunião da REAC, em junho de 2012, os critérios e regulamentos do “cordeiro típico” do Alto Camaquã: devem ser produzidos no território (produção própria dos membros da ADAC); podem ser de raças diversas, nascidos entre maio e setembro e ser castrados; criados a campo nativo, aceitando-se suplementação para acabamento com milho ou ração formulada a partir de componentes não transgênicos próprios da região Alto Camaquã; comercializados com peso entre 25 kg (para raças laneiras) e 50 kg (raças para carne).

Os primeiros anos do Projeto Alto Camaquã foram marcados por processos de aprendizagem e o fortalecimento do processo de organização social, pois trata-se de uma experiência de desenvolvimento que tem suscitando regimes de enunciação até então

inexistentes na região Alto Camaquã. No curso do Projeto Alto Camaquã constantemente novos atores se aproximaram, da mesma forma que outros se afastaram.

Nesse sentido, em março de 2013 a REAC realizou uma nova reunião para definir estratégias de comercialização do cordeiro Alto Camaquã com dois novos atores. Nessa ocasião foi fechado acordo comercial com um pequeno frigorífico local, com sede em Encruzilhada do Sul, que passou a ser responsável pelo abate e comercialização dos cordeiros.

Assim, os diferentes atores definiram estratégias de industrialização e comercialização da carne de cordeiro com a marca coletiva do Alto Camaquã (Figura 21). A carne de cordeiro vem sendo comercializada no mercado local do território, e a inserção da pecuária familiar nesse mercado está associada a um mercado construído socialmente que teve a participação efetiva dos pecuaristas. Mas, além disso, a construção desse mercado somente foi possível, entre outras coisas, porque se trata de um mercado que se mostra “adequado” à realidade das formas de produção e trabalho desses pecuaristas. Trata-se, portanto, de um mercado “protegido”, mas não simplesmente por ser um mercado emergente, mas por possuir fronteiras permeáveis para a entrada de novos atores que redefine constantemente estruturas de trabalho e relações sociais pautadas por objetivos comuns.

**Figura 21 – Elementos do processo organizativo da comercialização do cordeiro Alto Camaquã**

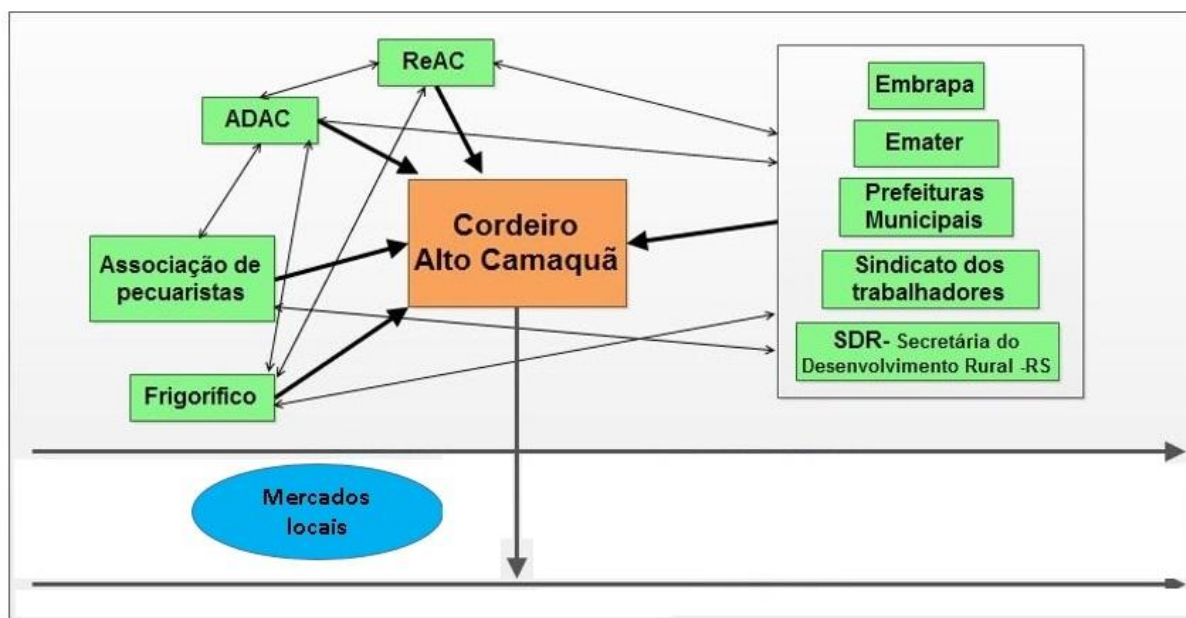


Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Dessa maneira, se construiu uma rede de abastecimento, que funciona da seguinte maneira. A cada semana uma associação é responsável pela comercialização dos animais. Os animais são reunidos, pesados e levados diretamente para um pequeno frigorífico com sede no

município de Encruzilhada do Sul. O preço praticado foi estipulado de maneira que o produtor possa receber um preço justo, sendo o valor pago maior que o preço do mercado “convencional”. Na época da pesquisa de campo o parceiro comercial responsável pela venda da carne de cordeiro era do município de Encruzilhada do Sul. O que se verifica é um processo organizativo que estabeleceu um sistema de produção, processamento e distribuição do cordeiro Alto Camaquã onde todos os atores assumem responsabilidades. Por mais que a construção do mercado envolva Mas, fundamentalmente, os produtos familiares estão sendo os protagonistas principais desse processo de construção do mercado, tendo as mesmas oportunidades de participação e se beneficiar dos mercados.

**Figura 22 – Rede de comercialização do cordeiro Alto Camaquã**



Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

A noção de qualidade ganha relevância na construção do mercado do cordeiro Alto Camaquã. Ou seja, a qualidade está relacionada às *qualidades* presentes em ativos culturais, sociais, econômicos, produtivos, institucionais e ambientais presentes no local, os quais estão sendo mobilizados para a diferenciação dos produtos e dos processos de comercialização. Desse modo, se a produção de cordeiro ocorre em um *local* único, de paisagem e características naturais e culturais únicas, portanto, é um produto diferenciado por conta destes aspectos. Essa noção de “qualidades” está enraizada no local, pois foi construída e vem sendo compartilhada entre diferentes atores engajados na construção do mercado do cordeiro.

O campo nativo e o modo de criação dos animais (sabe-fazer dos pecuaristas) representam importantes elementos no *localismo* da carne de cordeiro. Nesse sentido, os cordeiros produzidos sobre essas áreas de campo nativo possuem diferenciações em seu sabor se comparado a animais que têm em seu sistema de criação uma alimentação pré-elaborada pela indústria.

Os atores sociais passaram a definir uma imagem dos produtos da região Alto Camaquã como “naturalmente único”, pois são produtos integrados a processos produtivos onde a cultura “ganadeira” desenvolveu formas específicas de relação com a natureza, mantendo preservado ao longo do tempo a paisagem e os “recursos naturais”. Essa característica representa um dos atributos da carne de cordeiro do Alto Camaquã, enquanto uma estratégia de valorização dos recursos locais e naturais, e, portanto, um pressuposto a valorização da origem do alimento. Assim, com base nesses elementos, a rede de atores e processos que compõem o Projeto Alto Camaquã vem trabalhando em uma proposta de *localismo* do desenvolvimento, pautado pela valorização dos ativos do *lugar*.

## 6 CONCLUSÕES

O ponto de partida desse trabalho de tese foi que a história da modernidade euro-amerocêntrica pode ser narrada de diferentes maneiras a partir das experiências diferenciadas que se consolidaram pela relação entre colonizador-colonizado. Na sua visão hegemônica, a modernidade é uma representação que considera a existência de apenas uma única história válida e uma única experiência de mundo que afirma a sua própria universalidade. Trata-se de uma história moderna provinciana que, na sua sutileza diligente, se naturalizou como um processo universal e globalizante, porém, a sua cara oculta, a colonialidade, permite perceber como essa narrativa hegemônica permanece desqualificando, silenciando e encobrindo os demais tipos de histórias e saberes presentes no interior da matriz colonial do poder. Ao buscar tensionar a todo momento a modernidade, procurou-se desessencializá-la, evidenciando as maneiras como a colonialidade persiste, legitimando a sua própria constituição hegemônica.

No processo histórico de colonização do Alto Camaquã, o qual seguiu os rastros do “descobrimento” do Brasil e da América Latina, instaurou-se um padrão de poder vinculado à inferiorização do *outro* que moldou a estrutura da narrativa moderna. Assim, a dominação colonial pressupôs a produção de um conhecimento sobre o colonizado que foi, simultaneamente, a produção de desconhecimento, uma vez que, o caráter violento como o colonialismo se impôs, silenciou o sujeito colonial subalterno (índios, negros, camponeses) no curso da sua história colonial, perpetuando na história “pós-colonial”. Forjou-se, de tal modo, no curso da formação do sistema-mundo moderno/colonial, uma subjetividade de inferioridade não apenas de sujeitos, mas também do lugar, ou seja, o Alto Camaquã como uma região pobre, atrasada, subdesenvolvida e sem competências para sustentar um modelo de desenvolvimento ancorado nos padrões da modernidade.

Ao se inventariar a colonialidade desde a diferença colonial, verificou-se como ela (colonialidade) tem se tornado cada vez mais potente, reconfigurando a todo momento discursos e práticas que são capazes de imprimir regimes de verdade que acentuam as noções modernizantes do desenvolvimento. A pobreza, o subdesenvolvimento são criações modernas, portanto, problemas modernos, e que têm sido enfrentados com soluções modernas mantendo, com isso, a reprodução da colonialidade. Em nome das urgências do desenvolvimento e do progresso, verifica-se na região Alto Camaquã um processo “tirano” da colonialidade da natureza, que coloca sob suspeita o comprometimento de relações natureza/sociedade historicamente constituídas desde uma ontologia relacional. Observou-se que a expansão das

atividades agrícolas e silvícola em relação à pecuária tem acentuado as estratégias de exploração da natureza. Assim, essas estratégias produtivas, ligadas à linha abissal da modernidade, tem acentuado o peso da colonialidade na região.

Procurando reescrever a história colonial desde *baixo*, foi possível identificar no contexto empírico estudado, a existência de outros lócus de enunciação que operam nas margens da modernidade/colonialidade. Esses lócus enunciativos demarcam outras posições dos sujeitos subalternos, que são, eles próprios, lócus enunciativo contra-hegemônico à verdade imputada pela modernidade euro-amerocêntrica.

Assim, considerando que o desenvolvimento é simultaneamente um processo contra-hegemônico, para colocar sob suspeita a visão hegemônica do desenvolvimento na região Alto Camaquã, foi necessário percorrer outros espaços epistêmicos que permitissem a invocar a pluriversalidade ontológica, tratando de resgatar conhecimentos situados, baseados em práticas e experiências de vida do lugar.

Assim, enquanto a história local foi constituída e sendo projetada para legitimar projetos modernos globais, outras histórias locais de “oposição”, na fronteira do sistema mundo moderno/colonial, têm coexistido sincronicamente com esses projetos globais, resistindo a eles, e mais do que isso, reinventando o lugar a partir de outras narrativas. Trata-se de reconhecer o cosmopolitismo das minorias, das pessoas e regiões subatnizadas, para evidenciar que desde as *margens* emergem reverberações retroativas das histórias locais.

Esse é o caso que foi evidenciado pelo Projeto Alto Camaquã (PAC), que representa um cosmopolitismo crítico-subalterno, onde as experiências são estruturadas e acontecem desde a diferença colonial. O *locus* de enunciação do PAC envolve a construção positiva de si mesmo, naquilo que historicamente tem sido negado e colocado a uma condição de inferioridade (saberes locais, natureza), e que preservam experiências que são capazes de mudar o curso dos acontecimentos e criar alternativas ao “mundo desenvolvido”. São experiências de desenvolvimento assentadas numa opção decolonial, traduzida em formas de resistência propositiva de novas tessituras sociais que desafiam e se opõe a colonialidade.

Existe uma suspeição epistêmica que envolve diferentes saberes locais tem contestado e refutado as estratégias de desenvolvimento que estão pautadas pela visão *top down* do desenvolvimento. O que se verificou foi a existência de outros lócus enunciativos que demarcam outras posições dos sujeitos, os quais tem colocado em jogo as condições de possibilidade de evidenciar o lugar, as pessoas e a natureza fora de regimes de verdade que os associados ao fracasso (pobres, subdesenvolvidos).



Desse modo, os sistemas produtivos, as relações econômicas, o universo cognitivo e práticas sociais que moldam os propósitos do Projeto Alto Camaquã, são configurados em modelos “locais de natureza”, evidenciando uma construção não dualista da natureza. O Projeto Alto Camaquã, representa uma conquista histórica para grupos sociais e conhecimentos subalternizados, e a defesa desse modelo de desenvolvimento, traz consigo conteúdos e significados que definem práticas enriquecidas de alteridade.

Se a diferença colonial silenciou saberes e conhecimentos por séculos, o Projeto Alto Camaquã representa atualmente um espaço epistemológico e político privilegiado, onde o que emerge é a necessidade de olhar seriamente a força epistemológica e política das histórias locais e dos grupos subalternizados historicamente silenciados. Tendo o pensamento fronteiriço como “método”, e a opção decolonial como horizonte, a insurreição de tais saberes é projetada a partir de forças locais coletivas, e tem proporcionado o fortalecimento e a articulação de transformações políticas e econômicas, não como esferas vinculadas à ideia de atraso, pobreza, subdesenvolvimento, mas como um espaço enriquecido para formas distintas de pensar, ser e fazer que colocam em evidência a alteridade da própria questão do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, N. S. da. **História do Município de Caçapava do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
- ACUAB, C.; VICTORA, C.; LEITE, S. Nós somos os verdadeiros Charrua que não perderam o idioma, que preservam a cultura. In: ROSADO, R. M.; FAGUNDES, L. F. C. (Org.). **Presença indígena na cidade: reflexões, ações e políticas**. Porto Alegre: Hartmann, 2013. p. 194-201.
- AGUIAR, S.; AROCENA, F. **Multiculturalismo en Uruguay: ensayo y entrevistas a once comunidades culturales**. Durazno: Ediciones Trilce, 2007.
- ALADRÉN, G. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, 1777-1835)**. 2012. 374f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- ALMEIDA, D. **História do Município de Piratini**. Piratini: CTG 20 de setembro, 1969.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 33-55.
- ALMEIDA, M. V. de. **Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade**. Oeiras: Celta, 2000.
- ALONSO, J. A. F. Análise do crescimento da região Sul nas últimas décadas – 1959 -90. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística - FEE, 1994. p. 49-94.
- ALONSO, J. A. F. A persistência das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p. 101-114, mar. 2006.
- ALVES, F.; SILVEIRA, V. C. P. Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 26, p. 1- 15, jun. 2008.
- ANDREATTA, T. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas**. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da Região Sul. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio**

**Grande do Sul: causas e perspectivas.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística - FEE, 1994. p. 7-48.

BARROSO, V. L. M. Açorianos no Rio Grande do Sul: uma presença desconhecida. In: CARELI, S. DA S.; KNIERIM, L. C. (Org.). **Releituras da história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: CORAG, 2011. p. 115-138.

BECKER, I. I. B. **Os Índios Charruas e Minuanos na antiga banda oriental do Uruguai.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

BELEDO, D. Verdes Vales/John Deere inaugura em Bagé. **Jornal Minuano**, Bagé, 22 maio 2014. Disponível em: <<http://www.jornalminuano.com.br/VisualizarNoticia/8721/verdes-valesjohn-deere-inaugura-em-bage.aspx>>. Acesso em: 25 maio 2014.

BHABHA, H. K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BINKOWSKI, P. **Conflitos Ambientais e Significados Sociais em torno da Expansão da Silvicultura de Eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul.** 2009. 212f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BLASER, M. **Storytelling Globalization from the Chaco and Beyond.** Durham and London: Duke University Press, 2010.

BLASER, M. Ontology and indigeneity: on the political ontology of heterogeneous assemblages. **Cultural Geographies**, [S.l.], p. 1-10, Oct. 2012. Disponível em: <<http://cgj.sagepub.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, London, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.

BORBA, M. F. S. **La marginalidad como potencial para la construccion de “outro” desarrollo:** El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil. 2002. 362 f. Tesis (Doctorado em Sociologia, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) - Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, Córdoba, 2002.

BORBA, M. F. S. et al. **Ecologização da pecuária familiar na Serra do Sudeste.** Documento Técnico. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/853435>>. Acesso em: 11 out. 2013.

BORBA, M. F. S.; TRINDADE, J. P. P. Desafios para conservação e a valorização da pecuária sustentável. In: PILLAR, V. P. de; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S. de; JACQUES, A. V. Á. (Org.). **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 391-403.

BORBA, M. F. S.; TRINDADE, J. P. P.; BOAVISTA, L. R. **Pesquisa participativa para estratégias de manejo sustentável dos recursos forrageiros dos campos naturais:** pressupostos e aspectos metodológicos. Documentos. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/853454>>. Acesso em: 11 out. 2013.

BRASIL, C. R. M. **Pioneiros açorianos: notas históricas e genealógicas**. Porto. Alegre: Edigal, Renascença, 2005

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/metadesul/abrangencia.asp>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

BRENA, D. A. **Sustentabilidade das florestas plantadas no Rio Grande do Sul**. [S.l.], 2011. Disponível em: <[www.crea-Rs.org.br/.../5\\_Doadi\\_Sustentabilidade\\_das\\_Florestas\\_Plantas](http://www.crea-Rs.org.br/.../5_Doadi_Sustentabilidade_das_Florestas_Plantas)>. Acesso em: 11 out. 2012.

BROSE, M. E. Florestas e participação como vetores do desenvolvimento regional: reflexões sobre os casos Acre e Rio Grande do Sul – Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 3, p. 226-239, set./dez. 2013.

CALLON, M. The Technology of an Actor-Network: The case of the Electric Vehicle. In: CALLON, M. et al. (Org.) **Mapping the Dynamics of Science and Technology: Sociology of Science in the Real World**. London: The Macmillian, 1986a. p. 19-34.

CALLON, M. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. (Comp.). **Power, Action and Belief. A New Sociology of Knowledge?** London: Routledge & Regan Paul, 1986b. p. 196-223.

CALLON, M. A coperação das ciências e da sociedade. Entrevista com Michel Callon. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, p.383-408, abr. 2009.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO-GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (Org.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 9-24.

CHAKRABARTY, D. Una pequeña historia de los estudios subalternos. In: SANDOVAL, P. (Org.). **Repensando la subalternidad**. Miradas críticas desde/sobre América Latina. 2. ed. Popayán: Enviñón, 2010. p. 25-52.

COITINHO, M. C. Cultivo da soja traz reflexos para a economia de Bagé. **Jornal Minuano**, Bagé, 30 maio 2014. Disponível em: <<http://www.jornalminuano.com.br/VisualizarNoticia/9011/cultivo-da-soja-traz-reflexos-para-a-economia-de-bage.aspx>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

COLUSSI, J. Soja semeia novas cores nos campos e na economia da Metade Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 maio 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2014/05/soja-semeia-novas-cores-nos-campos-e-na-economia-da-metade-sul-4491510.html>>. Acesso em 25 maio 2014.

COMO a soja transforma a Metade Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 02 maio 2014. Disponível em: <<http://videos.clicrbs.com.br/rs/zerohora/video/economia/2014/05/como-soja-transforma-metade-sul/75885/>>. Acesso em 25 maio 2014.

CONTERATO, M. A.; S., S.; WAQUIL, P. Desenvolvimento rural no Estado do Rio Grande do Sul: uma análise multidimensional de suas desigualdades regionais. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 163-165, mai./ago. 2007.

CORONEL, D. A. O modelo italiano de desenvolvimento: algumas proposições para a Metade Sul do Rio Grande do Sul. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 17-28, jul./dez. 2007.

CORRÊA, A. N. do. **Ao sul do Brasil Oitocentista**: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821 – 1850. 2013. 118f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

COSTA, L. A. P.; RABENSCHLAG, D. R. Análise crítica do subdesenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 17, 1997, Gramado, RS. **Anais...** Gramado, RS: E.N.E., v. 1, 1997. p. 1-5.

COSTA, S. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CUNHA, M. C. da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. In: PIZARRO, A. (Org.). **América Latina**: palavras, literatura e cultura. São Paulo; Campinas: Memorial da América Latina; Ed. Unicamp, 1993. p. 151-172.

DAMATTA, R. O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues. **Boletim do Museu Nacional**, Nova Série, Rio de Janeiro, 1978.

DE VRIES, P. Don't compromise your desire for development. A Lacanian/Deleuzian rethinking of the anti-politics machine. **Third World Quarterly**, Wageningen, v. 28, n. 1, p. 25-43, 2007.

DE VRIES, P. Redimir la promesa utópica del desarrollo: hacia un mundo, una mundialización, una modernidad. In: ZALDÍVAR, V. B. S. de. (Org.). **Saturno devora a sus hijos**. Miradas críticas sobre el desarrollo y sus promesas. Barcelona: Icaria, 2010, p. 87-126.

DE VRIES, P. Comunidad y Desarrollo en Los Andes Peruanos: Una Crítica Etnográfica al Programa de Modernidad/Colonialidad. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 248-281, mai./ago. 2013.

DREYS, N. **Notícia Descritiva da Província de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961.

DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

ESCOBAR, A. Anthropologie et développement. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, Paris, v. 154, p. 539-559, 1997.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma, 1998.

ESCOBAR, A. **Más allá del Tercer Mundo**. Globalización y diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B. S. de (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 639-666

ESCOBAR, A. **Territories of Difference**: Place, Movements, Life, Redes. Durham: Ed. Duke University Press, 2008.

ESCOBAR, A. Epistemologías de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. Variedad de realismo e constructivismo. In: MARTINEZ, M. L (Org.). **Cultura y naturaleza**: aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, 2010. p. 49-74.

ESCOBAR, A. **Notes on Ontological Design**. 2012a. Disponível em: <[http://sawyerseminar.ucdavis.edu/files/2012/12/ESCOBAR\\_Notes-on-the-Ontology-of-Design-Parts-I-II-\\_-III.pdf](http://sawyerseminar.ucdavis.edu/files/2012/12/ESCOBAR_Notes-on-the-Ontology-of-Design-Parts-I-II-_-III.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2013.

ESCOBAR, A. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. **Revista de Antropología Social**, Madrid, v. 21, p. 23-62, 2012b.

ESCOBAR, A. Postdesarrollo, modernidad y otros mundos. **Oxímora**, Barcelona, n. 2, p. 233-248, 2013.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FANON, F. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

FARINATTI, L. A. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil. (1845-1865). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 359-383, jul. 2008.

FARINATTI, L. A. E. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825–1865). Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2010.

FAVRET-SAADA, J. **Ser afetado**. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p.155-161, 2005.

FERGUSON, J. **The Anti-politics Machine**: “Development”, Depoliticization and Bureaucratic Power in Lesotho. Cambridge: New York, Cambridge University Press, 1990.

FERNANDES, V. D. **Estratégias de sobrevivência e cotidiano dos Pecuaristas familiares (1860 a 1910 - Santana do Livramento/ RS)**. 2012. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FERREIRA FILHO, A. **História Geral do Rio Grande do Sul**: 1503-1957. Porto Alegre: Globo, 1958.

- FLECK, E. C. D. De terra de ninguém à terra de muitos: olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Colonia**. Volume 1. Passo Fundo: Meritos, 2006. p. 273-307.
- FLEURY, L. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira**: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. 2013. 320f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Ediplat, 2007.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- FREITAS, D. **O Capitalismo pastoril**. Porto Alegre: EST - SLB, 1980.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – FEPAM, Porto Alegre, 2010. Disponível em: < [http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/bacia\\_camaqua.asp](http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/bacia_camaqua.asp)>. Acesso em: 11 abr. 2010.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **FEEDADOS**, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/fontes.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2010.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **IDESE**, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- GAMBINI, R. **O espelho índio**: os jesuítas e a destruição da alma indígena. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- GARCIA, A. M.; MILDNER, S. E. S. Particularidades históricas e culturais dos Charrua e dos Minuano do Pampa Sul-americano. **Estudios Históricos**, Rivera, v. 4, n. 8, p. 1-10, jul. 2012.
- GARCIA, E. F. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa. 2007. 320f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- GARCIA, G.B. **O domínio da terra**: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. 2005. 195f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- GARCIA, G. B. **Terra, trabalho e propriedade**: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). 2010. 208f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GAUTREAU, P. **Forestación, territorio y ambiente: 25 años de silvicultura transnacional** en Uruguay, Brasil y Argentina. Montivideo: Editorial Trilce, 2014.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOLIN, T. Cartografia da guerra guaraníca. **Estúdios Históricos**, La Plata, v. 8, p. 75-90, 2012.

GOULART, J. S. **A Formação do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos da economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-492.

GROSGOUEL, R. El concepto de “racismo” en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 16, p. 79-102, ene./jun. 2012.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-448, set./dez. 1997.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: Embrapa, 1988.

ILHA, A. da S. et al. **Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: o caso da metade sul**. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1., 2002, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: FEE, v.1, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção Agrícola Municipal, 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=44](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44)>. Acesso em: 23 nov. 2013.

KUHN, F. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LAROQUE, L. F. DA S. Os nativos charrua/minuano, guarani e kaingang: O protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra e planalto do Rio Grande do Sul. In: CARELI, S. DA S.; KNIERIM, L. C. (Org.). **Releituras da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2011. p. 15-42.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1997.

LATOUR, B. **Ciência em ação**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.



LATOURE, B. **A esperança de pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOURE, B. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na natureza. Bauru: EDUSC, 2004.

LATOURE, B. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría del actor-rede. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LESTER, T. **A quarta parte do mundo**: A corrida aos confins da Terra e a épica história do mapa que deu nome à América. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LI, T. M. **The Will to Improve**: Governmentality, Development, and the Practice of Politics. Durham: Duke University Press, 2007.

LIEBGOTT, R. A. Os Guarani: o contínuo caminhar guarani. **IHU** [On-Line], São Leopoldo, 2010. Entrevista a Patricia Fachin. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3243&secao=331](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3243&secao=331)>. Acesso em: 17 set. 2013.

LÜBECK, E.; SCHNEIDER, F. M. Caracterização, entraves e potencialidades, prioridades estratégicas e programas estruturantes do desenvolvimento da mesorregião Metade Sul. In: LÜBECK, E.; SCHNEIDER, F. M. (Org). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003. p.107-119.

LUCAS, E. L.; LOPES, C. G. **Cerros de Baye – Santa Tecla**. Origens de Bagé. Bagé: Editora Bageense, 2011.

MAESTRI, M. J. **O Escravo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/Caxias do Sul/EDUCS, 1984.

MAESTRI, M. Farroupilha: história e mito. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 21, p. 21, 2003.

MAESTRI, M. Catando cipó: o cativo fujão no Brasil escravista: história e representação. **Revista História & Luta de Classes**, Curitiba, v. 3, p. 19-32, 2006.

MAESTRI, M. Representação dos oprimidos nas sociedades pré-capitalismo: o escravismo colonial. **Revista História & Luta de Classes**, Curitiba, v. 14, p. 14-24, 2012.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre-Iesco-Pensar Editores, 2007. p. 127-168.

MATTE, A. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**. 2013. 186f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2013.

MEZZADRA, S.; RAHOLA, F. La condición postcolonial. Unas notas sobre la cualidad del tempo histórico en el presente global. In: MEZZADRA, S. (Org.). **Estudios postcoloniales**: ensayos fundamentales. Madrid : Traficantes de sueños, 2008. p. 261-277.

MIGNOLO, W. D. The Many Faces of Cosmo-polis: Border Thinking and Critical Cosmopolitanism. **Public Culture**, Durham, v. 12, n. 3, p. 721-748, 1 out. 2000.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: lógica de la colonialidad y postcolonialidad imperial. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 3, p. 47-71, 2005.

MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007a. p. 25-46.

MIGNOLO, W. D. **La Idea De América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007b. p. 242

MIGNOLO, W. D. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 8, p. 243-281, ene./jun. 2008a.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008b.

MIGNOLO, W. D. Desobediencia Epistémica II: Pensamiento Independiente y Libertad De-Colonial. **Outros logos - Revista de Estudios Críticos**, Neuquén, v. 1, n. 1, p. 8-42, 2009.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica**: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, W. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. **IHU online - Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, v. 431, p. 21-28, 2013.

MIGUEL, L. D. A. et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 14, n. 2, p. 95-123, 2007.

MITCHELL, T. **Rule of Experts**: Egypt, Techno-Politics, Modernity. Berkeley: University of California Press, 2002.

MOL, A. Política ontológica: Algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Org.). **Objectos Impuros**: Experiência sem estudos sobre a ciência. Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 63-75.

MOORE, D. **Suffering for Territory**: Race, Place, and Power in Zimbabwe. Duke: Duke University, 2005. p. 424

NESKE, M, Z. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural**: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul. 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NESKE, M.Z.; MIGUEL, L. A. de; BORBA, M. F. S. Capital ecológico e a construção de autonomia na produção familiar: o caso da pecuária familiar do Rio Grande do Sul. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 291-317, jan./abr. 2012.

NEUMANN, E. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, v. 26, p. 73-92, 2000.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. In: NEVES, D. P. (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 21- 44.

O'GORMAN, E. **La invención de América**: investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir. 2. ed. México: FEC, 1977.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – **UNESCO**. Um Mapa do Mundo Inteiro Conforme o Método Tradicional de Ptolomeu e Corrigido com Outras Terras de Américo Vespúcio. **Biblioteca Digital Mundial**, [S.l.], 9 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.wdl.org/pt/item/369/#q=Martin+Waldseem%C3%BCller&qia=pt>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

OSÓRIO, H. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. 315f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

OSÓRIO, H. Estancieiros do Rio Grande de São Pedro: constituição de uma elite terratenente no século XVIII. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa, **Anais...** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005. p. 1-11.

OSÓRIO, H. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande do Sul no período colonial. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo; Brasília: Unesp; Nead, 2008. p. 43-62.

OSÓRIO, H. Com a sua marca: trajetórias e experiências de trabalhadores escravos e livres da pecuária no Brasil meridional. In: FORTES, A. et al. (Org.). **Cruzando fronteiras**: novos olhares sobre a história do trabalho. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2013, p. 187-203.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Movimento, 1980.

PESAVENTO, S. J. **Pecuária e indústria**: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX. Porto Alegre: Movimento, 1986.

PICERNO, J. E. **El genocidio de la población charrúa**. [S.l.]: Ediciones Editora Montevideo, 2009.

PIETERSE, J. N. After post-development. **Third World Quarterly**, Wageningen, v. 21, n. 2, p. 175-191, abr. 2000.

PLOEG, J. D. van Der. **Camponeses e impérios alimentares**. Editora da UFRGS, 2008.

PRAKASH, G. Writing Post-orientalist Histories of Third World: Indian Historiography is Good to Think. In: DIRK, N. (Org.). **Colonialism and Culture**. Ann Arbor: Michigan University Press, 1992. p. 353-388.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. **Plano de Desenvolvimento Econômico 2011-2031**. Bagé: EdiUrcamp, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad-racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2005. p. 107-130.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-193, fev. 2011a.

RADOMSKY, G. F. W. Pós-desenvolvimento, culturas de auditoria e etnografia de projetos: problemas recentes em antropologia do desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: IPEA, 2011b. v. 1, p. 1-16.

RADOMSKY, G. F. W. Pós-desenvolvimento, indicadores e culturas de auditoria: reflexões críticas sobre governança e desenvolvimento. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 2, p. 155-163, jul. 2013.

RAMBO, A. G. et al. O índice de condições de vida (ICV) do território rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul: primeiras análises. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2012, Belém. **Anais...** Belém, PA: REDE, 2012. p. 1-15.

RAMINELLI, R. **Imagens da Ccolonização: A representação de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Universidad del Cauca; Instituto Pensar, Universidad Javeriana, 2010.

RIBAS, R. P.; MIGUEL, L. A. A herança sesmeira-pecuarista e seus reflexos sobre o desenvolvimento atual: o caso de Encruzilhada do Sul - RS, segundo uma abordagem de sistemas agrários. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 107-138, jan./jun. 2005.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos Pecuaristas Familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 304f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIST, G. **The History of Development: from Western Origins to Global Faith**. New York: Zed Books, 2002.

ROCHA, J. M. **As raízes da crise da Metade Sul: estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul**. Bagé: Fundação Universidade Federal do Pampa, 2011.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ROTERMUND, H. **História de Bagé do século passado**. Bagé: Academia Bageense de Letras, 1981.

RURAL. Secretário aposta na olivicultura para diversificar produção na região. **Diário Popular**, Pelotas, 18 mar. 2013. Disponível em: <[http://www.diariopopular.com.br/index.php?n\\_sistema=3056&id\\_noticia=NTQ5Ng==&id\\_area=MTA=>](http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=NTQ5Ng==&id_area=MTA=>). Acesso em: 01 jun. 2013.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SANTOS, S. A. et al. **Guia para estimativa da taxa de lotação em pastagens naturais do pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008.

SARDAN, J. P. O. de. **Anthropologie e Développement: essai en Socio-Anthropologie Du Changement Social**. Paris, APAD- Karthala, 1995.

SCHMITZ, P. I. O mundo da caça, da pesca e da coleta. In: **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**. Documentos 05. Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS. São Leopoldo, 2006.

SEPP, A. **Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1980.

SHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SILVA, S. B. da. Categorias sócio-cosmológico-identitárias indígenas recentes e processos de consolidação de novos sujeitos coletivos de direito: os Charrua e os Xokleng no Rio Grande do Sul. In: FREITAS, A. E. DE C.; FAGUNDES, L. F. C. (Org.). **Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2008. p. 25-35.

SILVA, S. B. da. Cosmo-ontológica mbyá-guarani: discutindo o estatuto de ‘objetos’ e ‘recursos naturais’. **Revista de Arqueologia** (Sociedade de Arqueologia Brasileira), São Paulo, v. 26, n. 1, p. 42-54, jul. 2013.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

TABORDA, A. **Baje na história.** Bagé: Cetuba, 1959.

VÍCTORA, C. “A viagem de volta”: o reconhecimento de indígenas no sul do Brasil como um evento crítico. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 299-309, jul./dez. 2011.

VIDART, D. **Caballos y jinetes:** pequeña historia de los hombres ecuestres. 2. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

VIEIRA, F. E.; RANGEL, S. S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Sagra, 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2. p.115-144, out. 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, abr. 2002.

WAGNER, R. **A Invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World System.** New York: Academic Press,

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento ‘outro’ desde la diferencia colonial. In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento.** Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.

WAQUIL, P. D. et. al. Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104-127, jan./abr. 2010.

WINK. JR. M. V. et al. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) e pobreza extrema: um cenário para municípios gaúchos. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, vol. 40, n. 2, p. 19-32, mar. 2013.

YEHIA, E. Descolonización del conocimiento y la práctica: un encuentro dialógico entre el programa de investigación sobre modernidad/colonialidad/decolonialidad latinoamericanas y la teoría actor-red. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 6, p. 85-114, jun. 2007.

ZARTH, P. A. **Do Arcaico ao Moderno.** Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

ZARTH, P. A.; GERHARDT, M. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, A. (Org.). **Lavouras de destruição:** a imposição do consenso. Pelotas: Livraria Mundial, 2009, v. 1, p. 249-295.

ZIAI, A. The Ambivalence of Post-Development: Between Reactionary Populism and Radical Democracy, **Third World Quarterly**, Wageningen, v. 25, n. 9, p. 1045-1060, 2004.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H (Org.). **La Naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: Ed. CLACSO, 2011. p. 21-60.
- ANJOS, J. C. dos. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U; GIDDENS, A. e LASH, S. (Org.). **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. p. 11-71.
- BLOOR, D. **Conocimiento e imaginario social**. Barcelona: Gedisa, 1998.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand, 1998.
- CALLON, M. El proceso de construcción de la sociedad. El estudio de la tecnología como herramienta para el análisis sociológico. In: DOMÈNECH, F.; TIRADO, J. T (Orgs). **Sociologia simétrica: ensayos sobre ciência, tecnologia y sociedad**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998. p. 142-172,
- CALLON, M.; LAW, J. De los intereses y su transformación. Enrolamiento y contraenrolamiento. In: DOMÈNECH, F.; TIRADO, J. T (Org.). **Sociologia simétrica: ensayos sobre ciência, tecnologia y sociedad**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998. p. 51-62.
- CARVALHO, J. J. de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001.
- CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 431-458.
- CHAKRABARTY, D. Una pequeña historia de los estudios subalternos. In: SANDOVAL, P. (Org.). **Repensando la subalternidad**. Miradas críticas desde/sobre América Latina. 2ª ed. Popayán: Enviñón, 2010. p. 25-52.
- DE LA CADENA, M. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond 'politics'. **Cultural Anthropology**, Durham, v. 25, n. 2. p. 334-370, mai. 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Volume 5. São Paulo: Editora 34, 2007.

DESCOLA, P. Constructing Natures: Symbolic Ecology and Social Practice. In: Descola, P.; PÁLSSON, G. (Org.). **Nature and Society: anthropological perspectives**. London: Routledge, 1996. p. 82-102.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: UFPA; NAEA; CEJUP, 1997. p. 243-261.

DESCOLA, P. Mas allá de la naturaleza y la cultura. In: **Etnografias contemporâneas**. n. 1. Buenos Aires, Escuela de Humanidades, UNSAN, 2005.

DESCOLA, P. Genealogia de objetos e antropologia da objetivação. **Horizontes Antropológicos**, n. 18, p. 93-112, 2002.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIRLIK, A. El aura poscolonial. In: SANDOVAL, P. (Org.). **Repensando la subalternidad**. Miradas críticas desde/sobre América Latina. 2. ed. Popayán: Envión, 2010. p. 53-102.

DUPAS, G. **O mito do progresso**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

DUSSEL, E. **Ética de la Liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

DUSSEL, E. Meditaciones anti-cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidade. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 40, n.123, p. 105-162, 2008.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELLIS, F. Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, Malden, v.19, n. 4, p. 437-48, 2001.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: FLACSO, 2000. p. 113-143.

ESCOBAR, A. Culture Sits Place: Reflections on Globalism and Subaltern Strategies of Localization. **Political Geography**, v. 20, n. 2, p. 139-174, 2001.

FALS BORDA, O. **Uma sociologia sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Clacso, 2009.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: uma interpretação sobre comportamento humano**. 2005. 213 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.



FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FOUCAULT, M. Poder e saber. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Estratégia, poder-saber**. Coleção Michel Foucault, Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.223-240.

FREIRE, L. L. de. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p.46-65, jan./jun., 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GIDDENS, A. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. São Paulo: Celta, 2000.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia**. Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

GOODMAN, D. Agro-Food Studies in the ‘Age of Ecology’: nature, corporeality, biopolitics. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 39, n. 1, p. 17-36, 1999.

GUHA, R. **A Subaltern Studies Reader: 1986-1995**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

GUHA, R. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Crítica, 2002.

GUPTA, A. FERGUSON, J. Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (Org.). **Espaço da diferença**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. p.30-49.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill**. London/New York: Routledge, 2000.

INGOLD, T. A evolução da sociedade. In: FABIAN, A. C. (Org.). **Evolução: sociedade, ciência e universo**. Bauru: Edusc, 2003. p. 107-131.

INGOLD, T. Sobre a distinção entre evolução e história. **Revista Antropolítica**, n. 20, p. 17-36, 2006.

LATOUR, B.; S. WOOLGAR. **A vida de laboratório: a produção dos atos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, B. La tecnología es la sociedad hecha para que dure. In: DOMÈNECH, F.; TIRADO, J. T (Org.). **Sociologia simétrica: ensayos sobre ciência, tecnologia y sociedad**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998. p. 109-143.

LAW, J. Del poder y sus tácticas. Um enfoque desde la sociología de la ciência. In: DOMÈNECH, F.; TIRADO, J. T (Org.). **Sociologia simétrica: ensayos sobre ciência, tecnologia y sociedad**. Barcelona: Editorial Gedisa. 1998.p. 63-107.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento selvagem**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

MALLON, E. F. Promesa y dilema de los estudios subalternos. In: SANDOVAL, P. (Org.). **Repensando la subalternidad**. Miradas críticas desde/sobre América Latina. 2ª ed. Popayán: Envió, 2010. p. 151-196.

NORGAARD, R. B. **Development Betrayed: the end of Progress and a Coevolutionary**. Londres: Routledge, 1995.

PALERMO, Z. Revisando fragmentos del «archivo» conceptual latinoamericano a fines del siglo XX. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.9, p. 217-246, jul./dec. 2008.

PLOEG, J. D. van der.; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

PRAKASH, G. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. **The American Historical Review**, Indiana, v.5, p. 1475-1490, 1994.

PREMEBIDA, A.; ALMEIDA, J. Desenvolvimento rural e biopoder: reflexões a partir do campo tecnocientífico. **Sociedade & Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 459-486, 2006.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n.55, p.9-31, 2005.

RADOMSKY, G. F. W. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. 2010. 302f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RIBEIRO, C. M. Pecuária Familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul. **Pecuária familiar**. Porto Alegre: EMATER RS / ASCAR, 2003. p. 11-46. (Série Realidade Rural, 34).

RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório. Etapas da evolução sociocultural**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

RIBEIRO, D. **O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Série Antropologia**, Brasília, n. 383, p. 1-19, 2005.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1994. p. 15-20.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13. n. 27, p. 82-12, 2011.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, p. 511-531, 2010.

SCOTT, J. C. **Domination and the Aarts of Resistance: Hidden Transcripts**. New Havenand London: Yale University Press, 1990.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p.10-31, jan./jun. 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

SPIVAK, G. Estudios de la subalternidad: deconstruyendo la historiografía. In: RIVERA, S.; BARRAGÁN, R. (Orgs.) **Debates PostColoniales. Una introducción a los estudios de la subalternidad**. Bogotá: historias/SEPHIS/Aruwiyiri, 2007. p. 291-326.

STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

TODOROV, T. A. **Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TOLEDO, V. M. Metabolismos rurales: hacia una teoría económica-ecológica de la apropiación de la naturaleza. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, Morelia, v. 7, p.1-26, 2008.

VELHO, O. Comentários sobre um texto de Bruno Latour. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, abr., 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WALSH, C. Introducción - (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. In: WALSH, C. (Org). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas**. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad- las insurgencias político-epistémicas. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 131-152, jul/dec. 2008.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: “*Colonialidade e desenvolvimento: a ressignificação do lugar em “zonas marginalizadas” no sul do Rio Grande do Sul*”, que tem como objetivo analisar, a partir dos discursos e das práticas envolvendo a relação entre diferentes atores, como se constrói as estratégias de intervenção que estão relacionadas ao desenvolvimento da região Alto Camaquã.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será **divulgado** o seu nome em qualquer fase do estudo. Os dados coletados serão utilizados apenas **nesta** pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

A participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista semi-estruturada. A entrevista será gravada em gravador digital para posterior transcrição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador, por meio dos quais poderá entrar em contato para esclarecer quaisquer dúvidas do projeto e de sua participação.

Desde já agradeço!

**Nome do Pesquisador:** Márcio Zamboni Neske

**Telefone:** (51) 81738270

**e-mail:** marcio.neske@yahoo.com.br

**Instituição de Pesquisa:** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PGDR/UFRGS

**Endereço:** Av. João Pessoa, 31. Cep: 90040-000. Porto Alegre, RS.

**Telefone/fax:** (51) 3308-3281

### CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Declaro estar ciente deste **TERMO DE CONSENTIMENTO** e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador: \_\_\_\_\_

**ANEXO A – ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO ALTO CAMAQUÃ**

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
ALTO CAMAQUÃ

# ESTATUTO

APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA  
EM 22 DE SETEMBRO DE 2009.

## CAPITULO I

### DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Sociedade criada para dar respaldo e, mobilizar a sociedade civil em geral, para uma participação mais ativa na definição de ações e políticas para o desenvolvimento territorial dos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e Santana da Boa Vista localizados na Macrorregião Serra do Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º. – A Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã, ADAC, com sede e foro na cidade de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, possui tempo de duração indeterminado, número de sócios ilimitados e se regerá pelo presente Estatuto. Sua sede será na Av. 6 de julho, 1501, bairro Erni Pereira Alves, Piratini R/S.

Art. 2º. – A Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã tem por objetivo apoiar, e promover atividades, auxiliando a preservação do patrimônio histórico, do meio ambiente, das culturas étnicas e produtivas, mediante a execução em parceria, de projetos, programas de desenvolvimento, e planos de ações para a conservação de seus fins, respeitando suas normas e regulamentos vigentes, praticando os seguintes atos:

- a) Fornecer e/ ou colaborar para a obtenção de recursos financeiros, materiais, humanos e outros necessários, captando contribuições de seus membros, auxílio e subvenções de entidades públicas ou privadas, doações, legados, patrocínios e outras rendas, de modo a proporcionar o desempenho de atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável do território Alto Camaquã;
- b) Obrigar-se perante terceiros à manutenção, ampliação e aprimoramento de seus objetivos;
- c) Patrocinar, organizar e/ ou apoiar a realização de eventos, exposições, seminários, cursos, encontros e eventos culturais;
- d) Sensibilizar a comunidade a dar apoio à preservação, a conservação do território Alto Camaquã.
- e) Preparar os municípios para a exploração racional das potencialidades socioeconômicas e ecológicas mediante uma estratégia de Desenvolvimento Territorial Endógeno;

- f) Fortalecer as atividades econômicas tradicionais, especialmente o setor agropecuário, promovendo sua sustentabilidade;
- g) Fortalecer os setores secundário e terciário da economia regional, mediante a facilitação de sua integração do Desenvolvimento Territorial Endógeno;
- h) Organizar e promover o potencial turístico regional;
- i) Incentivar novas atividades econômicas baseado nos critérios de sustentabilidade social, econômica e ambiental;

Art. 3º. - Para a realização de seus objetivos, a ADAC poderá angariar recursos financeiros junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, públicas ou privados, associados ou não.

Art. 4º. – A ADAC assessorará, resguardará e também protegerá o território, perante atos inadequados que não se enquadrem dentro dos objetivos que serviram de base para o atual projeto de desenvolvimento territorial endógeno do Alto Camaquã.

## CAPÍTULO II DO QUADRO SOCIAL

Art. 5º. – Podem ser sócias da ADAC pessoas físicas e jurídicas que contribuam com taxas, periodicamente fixadas pela Diretoria, e participem, quando solicitadas, das programações que venham a ser planejadas.

Art. 6º. – Consideram-se associados da ADAC, além de seus associados fundadores, quaisquer pessoas físicas que, desejando contribuir para a execução dos fins da entidade, apresentem proposta abonada por um associado e paguem à contribuição fixada pela Assembleia Geral.

§ 1º. – As pessoas físicas pertencerão à categoria dos sócios individuais e as pessoas jurídicas à categoria dos sócios institucionais.

§ 2º. - Serão considerados associados fundadores da ADAC todos aqueles que assinarem sua Ata de Fundação, bem como os admitidos no primeiro mês de constituição da entidade.

§ 3º. – Mediante proposta fundamentada pela Diretoria e aprovada em Assembleia Geral, poderá ser conferido o título de Benemérito a associado ou sócio Honorário a estranho aos



quadros sociais, quando tiver prestado relevantes serviços a Associação ou ao território Alto Camaquã.

Art. 7º. – Os sócios não respondem subsidiariamente pelos compromissos assumidos pela Diretoria.

Art. 8º. – Deixará de fazer parte do Quadro de Associados da ADAC o associado que:

I – solicitar sua exclusão;

II – atrasar por mais de 12 (doze) meses o pagamento da contribuição social;

III – infringir este Estatuto, regulamentos internos da entidade ou deliberações da Assembleia Geral ou da Diretoria.

### CAPITULO III DEVERES E DIREITOS DOS SÓCIOS

Art. 9º. – São direitos dos sócios:

I – votar e ser votado para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, e Conselho Consultivo;

II – participar das Assembleias Gerais, com direito a voto;

III – convocar Assembleia Geral Extraordinária, observado o disposto no artigo 12;

IV – propor a admissão de novo(s) associado(s);

V – propor à Diretoria qualquer medida que julgue de interesse da ADAC.

Art. 10º. – São deveres dos associados:

I – colaborar para a consecussão dos fins da ADAC;

II – pagar pontualmente a contribuição de associado;

III – cumprir e fazer cumprir o Estatuto, os regulamentos internos e decisões da Assembléia Geral e da Diretoria.

## CAPÍTULO IV DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 11º. – A Assembleia Geral é o órgão máximo de administração da ADAC, decidindo por maioria simples dos associados presentes e sendo soberana em suas deliberações não contrárias à lei ou a este Estatuto.

Art. 12º. – A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – em caráter ordinário, uma vez por ano, para apreciação do relatório e da prestação de contas da Diretoria e tratamento de assuntos gerais, e, também, a cada dois anos, para eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal;

II – em caráter extraordinário, por convocação na qual estejam definidos os itens a serem submetidos a debate, feita pela Diretoria ou pelo Conselho Fiscal, ou ainda por um mínimo de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) dos associados quites com a tesouraria.

Art. 13º. – Compete à Assembleia Geral:

I – votar o Estatuto, reformá-lo ou alterá-lo, em obediência ao Artigo 33º;

II – eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

III – pronunciar-se sobre o relatório das atividades de cada exercício, elaborado pela Diretoria;

IV – tomar e julgar as contas de cada exercício financeiro apresentadas pela Diretoria, com parecer do Conselho Fiscal;

V – fixar o valor, periodicidade e forma de pagamento da contribuição de associado;

VI – extinguir a ADAC, de acordo com o Artigo 31º;

VII – decidir, soberanamente, sobre tudo quanto possa interessar à entidade e a seus associados.

VIII – Não será admitido voto por procuração.

Art. 14º. – A Assembleia Geral se instalará, em primeira chamada, com a presença de, pelo menos, metade mais um dos associados quites com a tesouraria, ou em segunda chamada, meia hora mais tarde, com qualquer número de associados, salvo as exceções previstas nos artigos 31º e 33º deste Estatuto.

## CAPÍTULO V

## DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 15º. – São órgãos da Administração:

- 1) – Diretoria;
- 2) – Conselho Fiscal;
- 3) – Conselho Regulador da Marca
- 4) – Conselho Consultivo
- 5) - Assembleia Geral.

Art. 16º. – Integram a Diretoria:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro;
- e) Consultor Jurídico.
- f) Assessor de comunicação

§ 1º. – A Diretoria será eleita em Assembleia Geral, com mandato de 02 (dois) anos e podendo ser reeleita por até três mandatos consecutivos, excetuando-se o Consultor Jurídico que será escolhido pela diretoria eleita.

§ 2º. – Os membros da Diretoria não serão remunerados a qualquer título.

§ 3º. – Na vacância de um ou dois cargos das letras b), c), d), e) e f) do Art. 16º. poderá a Diretoria escolher substitutos para preenche-los até a conclusão do seu mandato sem convocação de Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 17º. – Compete à Diretoria, coletivamente:

- I – dar cumprimento aos objetivos da ADAC;
- II – executar a política administrativa da ADAC;
- III – cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- IV – prestar contas à Assembleia Geral e elaborar, para apreciação desta, o relatório anual de atividades;

V – resolver sobre a admissão ou eliminação de associados, de acordo com o Estatuto;  
VI – praticar atos de livre gestão e resolver sobre todos os assuntos de interesse da ADAC.

Parágrafo Único – As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria dos seus membros nas Reuniões Ordinárias que se realizarão com periodicidade mensal;

Art. 18º. – Compete ao Presidente:

I – representar a ADAC, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante os poderes públicos, bem como nos atos da vida civil, podendo delegar poderes a outro membro da Diretoria;

II – convocar as reuniões de Diretoria sempre que julgar necessário, ou quando lhe for requerido por mais de um de seus membros, e presidi-las;

III – convocar e instalar as Assembleias Gerais;

IV - assinar as atas das reuniões e Assembleias e a correspondência oficial da ADAC;

V – superintender todas as atividades da ADAC.

Art. 19º. – Compete ao Vice-Presidente:

I – colaborar de modo permanente com o Presidente no desempenho de suas atribuições;

II – substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

III – suceder o Presidente em caso de vacância do cargo.

Art. 20º – Compete ao Secretário:

I – redigir e assinar a correspondência ordinária da ADAC, encaminhando o que for necessário para ser assinado pelo Presidente;

II – secretariar as reuniões da Diretoria;

III – organizar e manter em dia o fichário de associados e demais arquivos da Associação, facilitando a sua utilização.

Art. 21º – Compete ao Tesoureiro:

I – superintender os serviços da Tesouraria, tendo sob sua guarda os livros contábeis e os valores monetários da entidade;

II – assinar, com o presidente, os cheques e títulos, e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados, inclusive organizando a cobrança da contribuição social;

III – elaborar o balanço anual da entidade, apresentando-o à Diretoria e ao Conselho Fiscal.

Art. 22º. – Compete ao Consultor Jurídico:

I – Pronunciar-se sobre matéria de sua competência em reuniões de Diretoria ou quando consultado;

II – Prestar assistência jurídica a Diretoria, ao Conselho Fiscal e a Assembléia Geral quando solicitado;

III – Defender e representar a Associação perante os foros legais sempre que for autorizado.

## CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL

Art. 23º. – Integram o Conselho Fiscal:

I – 03 (três) membros eleitos em Assembleia Geral, juntamente com a Diretoria.

Art. 24º. – Compete ao Conselho Fiscal:

I – examinar as contas, livros, documentos e registros da ADAC, emitindo parecer que será anexado ao relatório anual da Diretoria;

II – convocar Assembléia Geral Extraordinária para tratar de assunto de sua competência, desde que a Diretoria se recuse a fazer tal convocação;

III – O conselho Fiscal será eleito a cada dois (2) anos, com eleição não coincidente com a eleição da diretoria;

IV – O primeiro conselho fiscal eleito terá mandato de 12 meses.

## CAPÍTULO VII DO CONSELHO REGULADOR DA MARCA “ALTO CAMAQUÃ”

Art. 25º – Integram o Conselho Regulador da Marca “ALTO CAMAQUÃ”:

I – Equipe sem número limitado, indicada pela Diretoria, priorizando sócios com conhecimento técnico relacionados a certificação de produtos, serviços, e uso da marca “ALTO CAMAQUÃ”.

Art. 26º. – Compete ao Conselho Regulador da Marca:

I - Certificar produtos e serviços passíveis de serem associados com o território e que promovam a participação dos atores sociais, garantam níveis de renda, e conservem os recursos naturais,

II - Estabelecer os critérios para certificação através de regulamentação específica.

III – Elaborar e conduzir o programa de promoção de “marketing territorial”

## CAPÍTULO VIII DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 27º. – Integram o Conselho Consultivo:

I – 03 (três) membros eleitos em Assembleia Geral, juntamente com a Diretoria.

Art. 28º. – Compete ao Conselho Consultivo:

I – Emitir parecer sempre que for solicitado pela diretoria ou assembleia a respeito de assuntos referentes ao território e aos objetivos da associação.

II – Assessorar a elaboração de projetos de interesse da ADAC

## CAPÍTULO IX DAS ELEIÇÕES

Art. 29º – A eleição da Diretoria e de membros dos Conselhos será realizada em Assembleia Geral Ordinária, a cada 02 (dois) anos, por escrutínio secreto.

§1º - Aberta à sessão, o presidente da mesa determinará prazo não excedente a 30 (trinta) minutos para o registro de chapas concorrentes ao pleito, após o que será realizada a votação e, a seguir, a apuração.

§2º - Cada chapa será composta por 08 (oito) nomes: 05 (cinco) para os cargos da Diretoria e 03 (três) cada conselho eletivo.

Art. 30º. – A Diretoria e os Conselhos serão empossados na mesma Assembléia Geral em que forem eleitos.

## CAPÍTULO X DO PATRIMÔNIO

Art. 31º. – O patrimônio da ADAC será composto de todos os bens que possua ou venha a adquirir e do saldo de sua receita em caixa ou em valores depositados ou aplicados em estabelecimentos de crédito, e só poderá ser utilizado para o cumprimento de suas finalidades.

Art. 32º. – As fontes de renda da ADAC serão:

- I – contribuições periódicas de seus associados;
- II – contribuições de terceiros;
- III – rendas produzidas por seu patrimônio;
- IV – taxa de manutenção cobrada pela utilização de bens patrimoniais seus ou de que venha a ter permissão de uso;
- V – doações, contribuições e auxílios financeiros de qualquer natureza;
- VI – outras fontes de recursos;

Art. 33º. – A ADAC, com o objetivo de obter renda para a consecução de suas finalidades, poderá aplicar seus bens de forma lucrativa.

## CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34º. – Os associados não respondem, isolada ou subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela ADAC.

Art. 35º. – A extinção da ADAC só poderá ser decidida por Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, e cujo quorum deverá ser de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados quites com suas obrigações.

Parágrafo único - Em caso de extinção, o patrimônio da ADAC será destinado a obras de preservação do território Alto Camaquã respeitando objetivos desta associação.

Art. 36º. – Os casos omissos a este Estatuto serão decididos pela Diretoria, cabendo recurso por parte dos interessados à Assembléia Geral.

Art. 37º. – Este Estatuto só poderá ser alterado, no todo ou em parte, por uma Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, observando o artigo 14º deste estatuto.

Este Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral, na data de 22 de setembro de 2009, presidida por Roger Morales e secretariada por Glauce Gonçalves.

Piratini, 22 de setembro de 2009.

Presidente da ADAC.

CPF

RG

Consultor Jurídico

OAB

CPF